

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO
AGOSTO · SETEMBRO · OUTUBRO 1993 Nº 30 Cr\$ 350.000,00

PRINCÍPIOS



**O BRASIL NA
ENCRUZILHADA**

Revista Teórica
Política e de
Informação

**Diretor e
Jornalista Responsável**
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.
Comissão Editorial
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
José Carlos Ruy
Walter Sorrentino

Conselho Editorial
Aldo Arantes
Bernardo Joffily
Fernando Pupo
Haroldo Lima
Helena de Freitas
Jô Moraes
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Luís Fernandes
Luís Paulino
Luiz Manfredini
Madalena Guasco
Olival Freire Jr.
Pedro de Oliveira
Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins
Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva
Altamiro Borges
Ana Maria Rocha
Ary Normanha
Carlos Pompe
Clóvis Moura
Luiz Marcos Gomes
Loreta Valadares

Edição de Arte
Pedro de Oliveira

Copidesque
Maria Beatriz de Melo (Bia)

Revisão
Antonia M^a do C. Rangel
Iracema Guisoni

Diagramação
Adélia Cukauskas

Ricardo Yorio dos Santos
Administração, Distribuição
Divo Guisoni

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Compuart - (011) 251-1571

**Publicação da
Editora Anita Ltda.**
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar
CEP 01320-020 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 35-8150

Artigos, resenhas, notas e
cartas devem ser enviadas ao
editor, no endereço da
Editora Anita Ltda.

Í N D I C E

SALÁRIO É O NOVO VILÃO	3
O QUE PIOROU NA DÉCADA PERDIDA? Luiz Marcos Gomes	4
O QUE OS EUA QUEREM COM A LEI DE PATENTES Antônio Carlos Queiroz	10
IDÉIAS NÃO OCUPAM LUGAR NO ESPAÇO Alfredo Bosi	14
O SIGNIFICADO POLÍTICO DA GUERRA DE CANUDOS Clóvis Moura	17
CARTISMO: A ESTRÉIA POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA Loreta Valadares	24
LILA RIPOLL José Carlos Ruy e Clóvis Moura	32
A FAMÍLIA E A VIOLÊNCIA EM RELAÇÃO À MULHER Olívia Rangel	38
PALAVRA, OBJETO SOCIAL Maria Aparecida Baccega	42
EVOLUÇÃO DAS IDÉIAS SOBRE O UNIVERSO José Lourenço Cindra	49
APONTAMENTOS PARA UMA ESTÉTICA MARXISTA Ichi Terukina	53
A OBRA DE ELIFAS ANDREATO Maria Rita Leal	57
DESEMPREGO PERMANENTE É O FUTURO CAPITALISTA José Carlos Ruy e Olival Freire	62
LE DRÔLE DE GUERRE OU UNIÃO SAGRADA? Edgard Carone	65
RESENHAS	71

Salário é o novo vilão

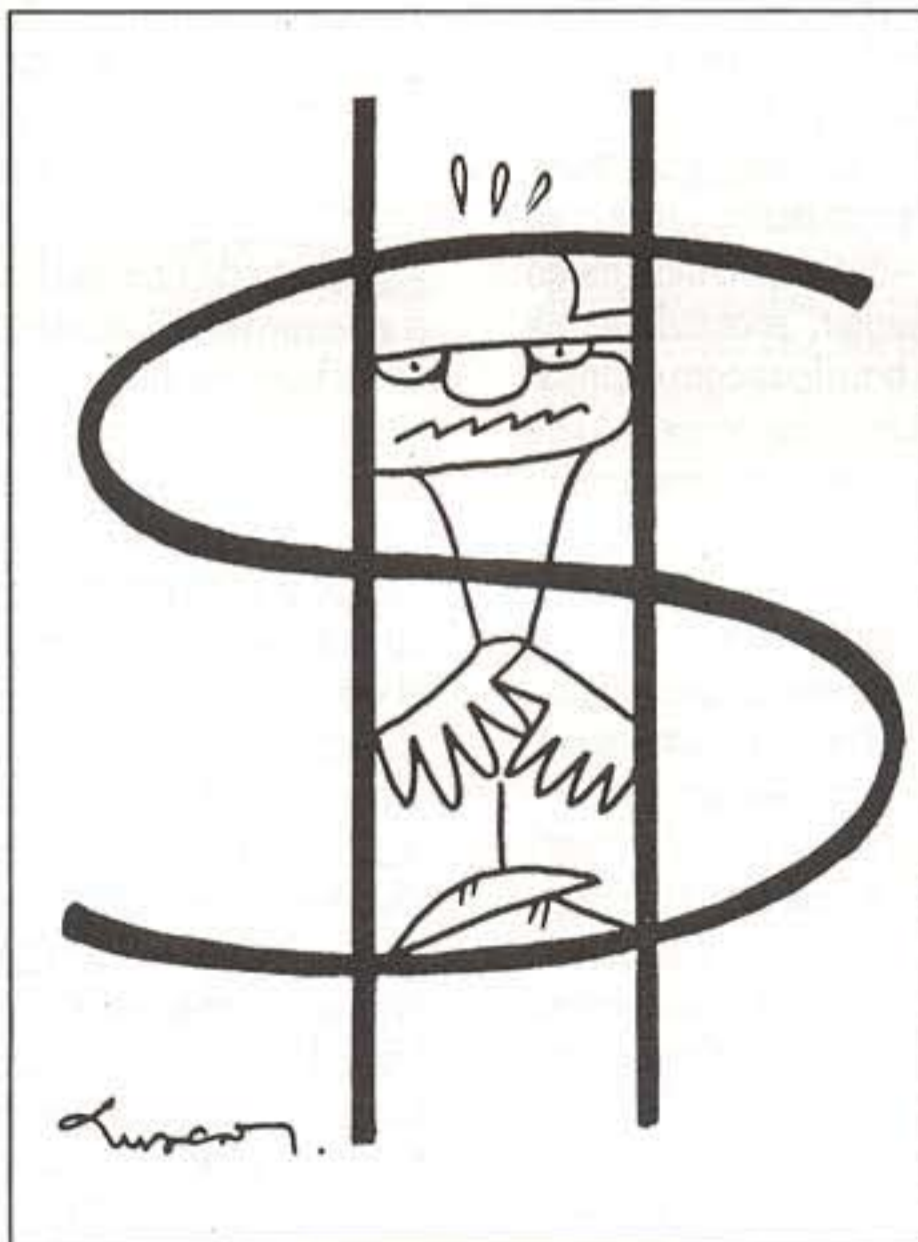
Na ausência de um bode expiatório para a persistente crise nacional, o salário foi escolhido para o papel de vilão da história. Decidindo-se pelo alinhamento às forças mais conservadoras – monopólios estrangeiros e nacionais a ele associados – Itamar Franco entrega a coordenação de seu governo ao tucano Fernando Henrique Cardoso. Este pede ao público que esqueça o que já escreveu ao longo de sua vida acadêmica e política e elabora a mais *moderna* teoria sociológica: os simples reajustes, da inflação passada, são os responsáveis pela inflação ascendente e pela recessão. Nem uma palavra sobre os juros das dívidas, externa e interna, e nada sobre a verdadeira liquidação do patrimônio nacional realizada sob o título de *privatização*.

A incapacidade do governo Itamar Franco/Fernando Henrique para apresentar perspectivas até para a mera retomada do crescimento econômico é expressão de uma incapacidade maior: as classes dominantes brasileiras perderam a possibilidade de liderar qualquer projeto que busque o desenvolvimento soberano do país. Esta falência das oligarquias nacionais atualiza a necessidade de uma saída socialista para a crise brasileira. Outras classes, que não as dominantes, são chamadas à linha de frente da cena política.

Os resultados do censo do IBGE, analisados nesta edição em artigo de Marcos Gomes, nos ajudaram a entender o impasse vivido pela sociedade brasileira. A expressão *Década Perdida* diz bem o esgotamento do modelo econômico. Não se trata de crise episódica, ou conjuntural. São dez anos que atravessam variadas conjunturas políticas, do período final da ditadura militar, passando pela Nova República aos governos Sarney e Collor de Mello. Dez anos de crescimento do desemprego, da concentração de rendas, das dívidas externa e interna, das desigualdades sociais, da inflação, ao lado da redução dos índices de crescimento

econômico. O impasse portanto decorre não tanto de determinados sistemas políticos, mas principalmente do esgotamento dos projetos das classes dominantes. A sua superação depende então não da mudança dos políticos à frente do Planalto, mas de uma nova alternativa, um novo projeto, democrático, popular e socialista.

PRINCÍPIOS, também nesta edição, resgata memórias da experiência de luta do nosso povo, homenageando a poeta gaúcha e comunista Lila Ripoll e analisando, em artigo de Clóvis Moura, a guerra travada, há cem anos, pelos camponeses do sertão de Canudos.



O que piorou na década perdida?

LUIZ MARCOS GOMES

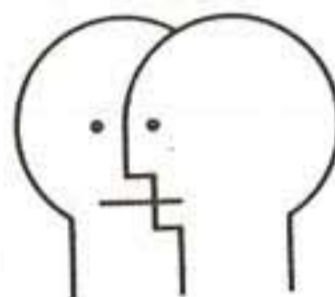
Censo divulgado pelo IBGE revela cifras da década perdida. Aumentaram a concentração de rendas, as dívidas, o desemprego e a inflação. Diminuiu o crescimento da economia nacional.

• 4 •

Em 1972, em plena ditadura militar do período do *milagre brasileiro*, o general Médici, então ocupando a presidência da república, fez uma viagem ao interior do Nordeste e viu de perto a situação de miséria em que vivia o povo. Médici pronunciou, durante sua visita, uma frase que retratava efetivamente o que vinha ocorrendo no país: "(...) a economia vai bem, mas o povo vai mal", disse ele na ocasião. Após esta visita, o regime militar produziu alguns chamados, na época, *programas de impacto*, como o Proterra (Programa de Distribuição de Terras e de Apoio à Agro-indústria do Norte e Nordeste), um arremedo de uma mini reforma agrária que na prática não resultou em nada. E, assim, o povo — mesmo naqueles anos de *milagre econômico*, em que a economia brasileira chegou a crescer durante anos consecutivos a taxas de 8% a 10% — continuou indo muito mal. Na verdade, o regime militar, apoiando-se na aliança entre a grande burguesia brasileira com o capital financeiro internacional, impôs ao país um modelo de modernização conservador, buscando o crescimento econômico com forte endividamento externo, preservando a grande propriedade fundiária e, no plano político, destruindo as liberdades públicas e praticando o terrorismo aberto contra os trabalhadores. Neste contexto, em que mesmo uma simples luta reivindicatória por melhoria salarial era violentamente reprimida e o aparelho do estado estava a serviço, da forma mais completa e direta, do processo de acumulação capitalista, o povo só podia mesmo ir muito mal. É uma das faces mais visíveis dos anos do *milagre econômico* foi o acelerado processo de concentração da renda e da riqueza que ocorreu no país.

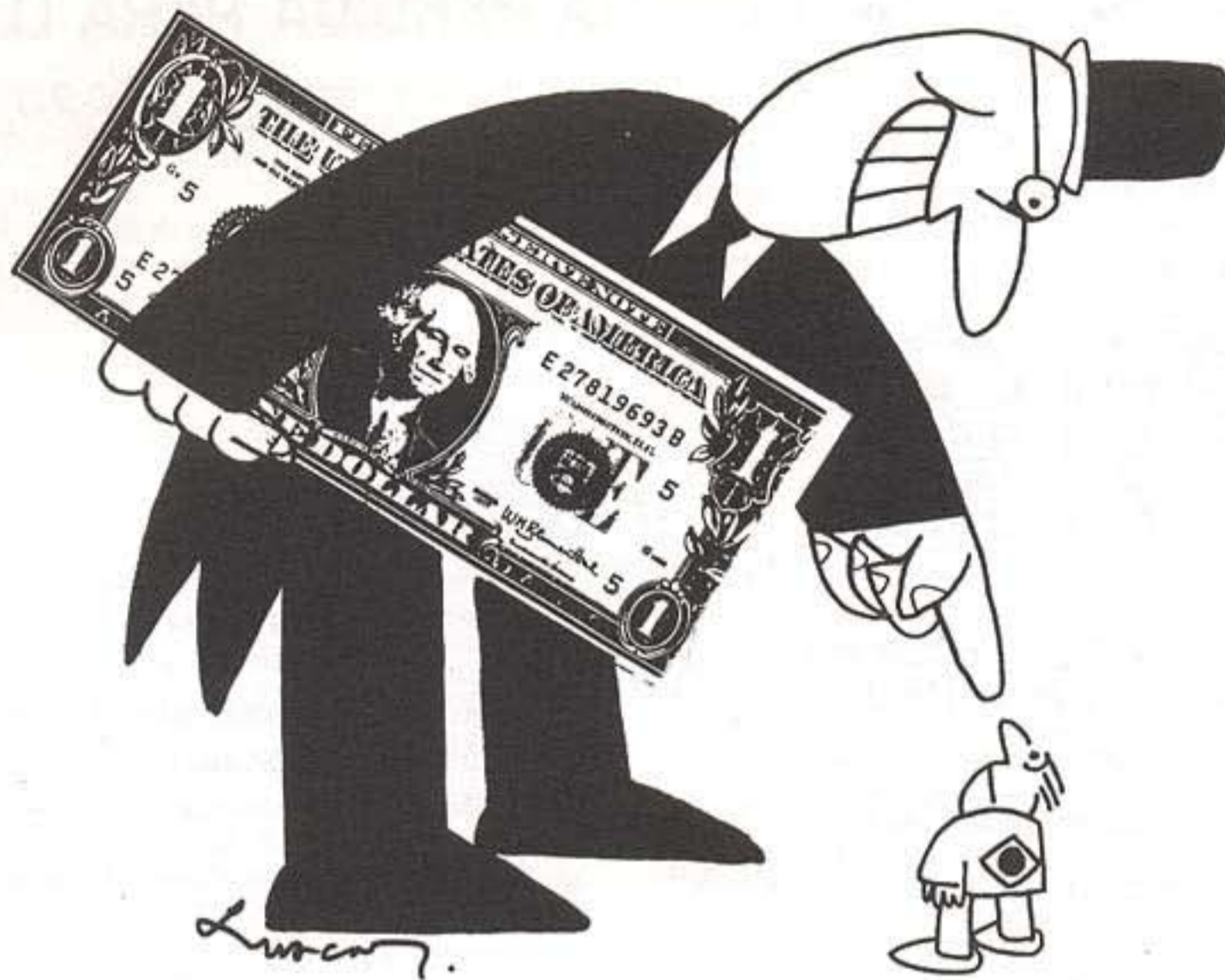
É sabido como este modelo de crescimento econômico com endividamento externo entrou em completo

colapso no início dos anos 80, em decorrência da recessão cíclica verificada nos países capitalistas adiantados e da enorme elevação das taxas de juros vigentes no mercado financeiro internacional. Para o Brasil, isso significou não somente a interrupção do fluxo de capitais externos, como uma transferência insuportável de recursos para os credores externos via serviço da dívida (pagamento de juros e amortização do principal).



Crescimento da dívida interna está na origem da inflação crônica que tomou conta do país

A partir do final da década de 70 e início dos anos 80, o governo dos EUA se transforma num grande tomador de dólares no mercado financeiro internacional para cobrir sua gigantesca dívida e faz disparar as taxas de juros vigentes neste mercado. Entre 1976 e 1980, a taxa anual de juros no mercado internacional salta de 5% para 21%. O Brasil, rigorosamente, quebra. A dívida externa do país passa de 49,8 bilhões de dólares, em 1979, para 100 bilhões em 1984. Os juros pagos pela dívida externa atingem níveis que os economistas oficiais jamais previram: de 2,7 bilhões de dólares em 1978 para 4,2 bilhões em 79, para 8,5 bilhões em 81 e para 11,4 bilhões em 82. O *milagre econômico* vai se esvaindo diante da fatura apresentada pelos credores externos. Em 1981, pela primeira vez na história documentada do país, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu (-1,6%) e, desde então, a economia brasileira entrou num período de estagnação. E, obviamente, se o povo já ia mal na época em que, segundo o general Médici, a economia ia bem, nestas



novas circunstâncias, com a economia indo de mal a pior, sua situação só podia mesmo piorar.

Resumidamente, a origem dos problemas que produziram a chamada *década perdida* (os anos 80), está nos fatos citados acima. Desde o início da década de 80, de forma direta e explícita, toda a máquina pública (e suas políticas tributária, fiscal, cambial etc) se voltou à tarefa de pagar o serviço da dívida externa. Praticamente todas as empresas estatais, a partir desta época, também foram utilizadas, de todas as maneiras possíveis, para a captação de divisas externas, entrando num brutal processo de endividamento. Ao mesmo tempo, criaram-se mecanismos não menos graves de elevação desenfreada da dívida interna pública. Inicialmente, nos anos de forte ingresso de empréstimos em moeda estrangeira, o governo, para enxugar a contrapartida em cruzeiros provocada por estes empréstimos, passou a oferecer títulos públicos em grande quantidade, a taxas de juros atraentes (que pelo menos superassem o que o tomador do empréstimo estava pagando no mercado internacional). Em seguida, com o estrangulamento do modelo econômico, o comprometimento total da máquina pública na tentativa desesperada de superação da crise, tendo inclusive o governo chamado para si todo o risco cambial assumido pelos grupos privados, a dívida interna pública cresceu tanto que o chamado giro desta dívida se transformou num problema não menos importante que o da dívida externa, estando na origem do processo inflacionário crônico que o país vem enfrentando há anos. Assim, a inflação (medida pelo índice geral de preços-IGP/DI-da Fundação Getúlio Vargas), pulou de 42,7% em 1977, para 100,2% em 1980 e 220,65% em 1984. As elites dominantes se defendiam nas moedas indexadas do mercado financeiro, nas aplicações em títulos públicos,

na compra de dólares e nas remessas de dinheiro para o exterior (grande parte das quais de forma ilegal e clandestina). E o povo? Com a economia estagnada e uma alta generalizada e crescente dos preços, o povo só podia mesmo ir muito mal.

A par desta enorme crise econômica e social, o país ainda sofreu, no decorrer dos anos 80, uma enorme ofensiva das classes dominantes contra a máquina pública e as empresas estatais, ou seja, a famosa ofensiva neoliberal, cujos maiores incentivadores, no plano mundial, foram os governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos. Nos anos do *milagre econômico*, o Estado brasileiro fez uma parceria verdadeiramente ideal com o grande capital nacional e internacional: realizou grandes investimentos em obras de infra-estrutura econômica para facilitar a acumulação de capital (e para isso endividou-se enormemente), subsidiou de todas as formas os grandes grupos econômicos por meio de incentivos, empréstimos a juros abaixo da inflação, anistias fiscais e financeiras, utilização de recursos do Tesouro para cobrir rombos de bancos e de financeiras, compras de empresas privadas falidas etc. Quando o sistema ruiu e o Estado não mais conseguiu continuar exercendo seu papel neste modelo de capitalismo sem risco, a saída dos grandes grupos privados foi a de cobrar a privatização do capital social investido nas empresas públicas como forma de continuar garantindo para si mais e mais ganhos. Simultaneamente, passaram a pressionar e cobrar do Estado o seu *saneamento financeiro* por meio da diminuição dos investimentos públicos e dos gastos nos programas sociais. Os neoliberais exigiam, contudo, que o Estado honrasse suas dívidas (externa e interna).

A chamada operação desmonte da máquina pública

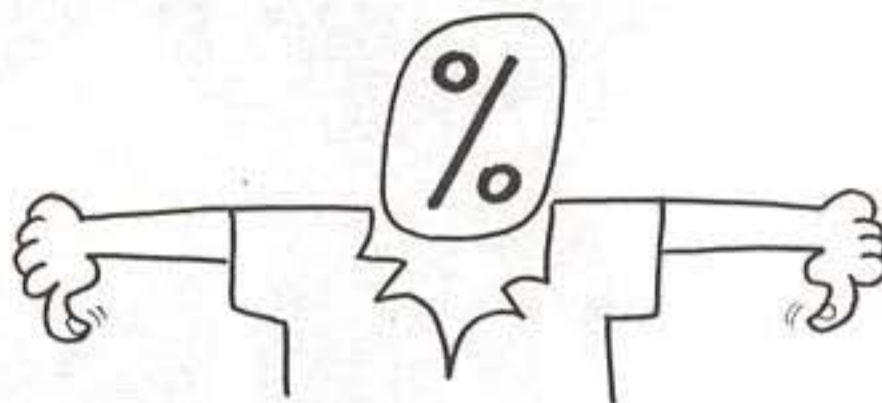
O QUE PIOROU NA DÉCADA PERDIDA PARA O PAÍS...

(a situação em 1980/81 em comparação com a de 1990/91)

PIB

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto: diminuiu

Na década de 70 a taxa média anual de crescimento do PIB foi 6,5%, caindo para 1,9% durante a década de 80.



Taxa de investimento da economia nacional: caiu

Esta taxa, medida pela formação bruta de capital fixo, foi de 23% sobre o PIB em 1980, caindo para 15% em 1991.



Produção industrial de setores estratégicos: decresceu

Caiu a produção industrial de setores como: bens de capital, cimento, tratores e auto-veículos.



Dívida externa: aumentou

Em 1980 era de 53,8 bilhões de dólares e, em 1990, 100 bilhões, representando mais de 23% do PIB.

• 6 •

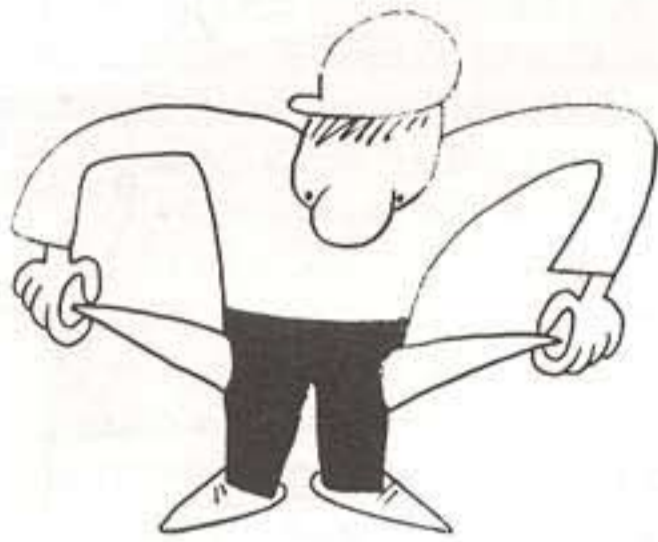
se acentuou no final do governo Sarney e atingiu seu delírio durante o governo Collor (1990-1992), governo na verdade, financiado, eleito e sustentado por estas mesmas forças, que somente abandonaram o barco quando se convenceram que seu fim era irreversível. Ao final de todo este período, a situação não tinha provavelmente paralelo no passado, em termos do estrago e da regressão ocorrida para o país e para o povo. Esta situação podia ser resumida da seguinte forma: estagnação econômica, inflação descontrolada, desorganização e desmantelamento da máquina pública e situação caótica das finanças públicas em decorrência das dívidas interna e externa contraídas pelo Estado.

Tomando-se como base os dados do *Anuário Estatístico do Brasil-1992*, do IBGE, divulgado em março

deste ano, em que, pela primeira vez, saíram os dados preliminares do Censo de 1991, procurou-se construir uma tabela comparativa sobre a situação do país e do povo entre 1980 e 1990 (quando não se encontraram dados relativos exatamente a estas duas datas, procurou-se trabalhar com datas próximas a elas). O quadro procura retratar, por meio de uma série de indicadores, pelo menos parte do estrago que as classes dominantes impingiram ao país e ao povo ao longo da década de 80.

Há um primeiro grupo de indicadores macroeconômicos que visa mostrar a situação mais geral da economia: situação do PIB, taxa de investimento da economia, produção de setores industriais estratégicos, dívida externa, transferências de recursos ao exterior via pagamento de juros, inflação e nível de comprometi-

...E PARA OS TRABALHADORES



Renda per capita: piorou

Ao longo da década a renda real per capita dos brasileiros caiu 5,7%: em cruzeiros de 1980, ela baixou de 105 para 99 em 1990.

Transferências aos credores externos por pagamentos de juros da dívida: aumentou

Na década de 70 o Brasil enviou ao exterior 14,3 bilhões por pagamentos dos juros da dívida e, na década de 80, estes pagamentos aumentaram 93,8 bilhões.

Peso do pagamento dos juros da dívida externa na receita da administração pública: aumentou

Em 1980, os juros da chamada dívida interna pública representavam 8,2% da receita, passando em 1990, a representar 49,6% destas receitas.



Inflação: aumentou

A taxa anual de desvalorização da moeda nacional, medida pelo IGP-DI, da FGV, foi de 100% em 1980, passando para mais de 1.400% em 1990.

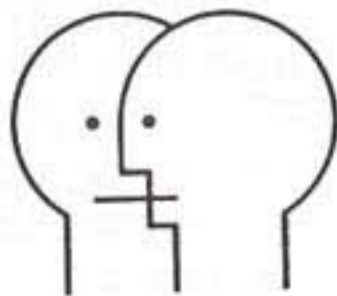
Situação geral da população trabalhadora: piorou

Em 1990, 52,8% da população ocupada ganhava até dois salários mínimos por mês; apenas 38% da população ocupada trabalhava com carteira assinada; 22% da população ocupada trabalhava mais de 48 horas semanais; na Grande São Paulo, a taxa de desemprego em abril/1992 atingiu 16,2% da população economicamente ativa, o que representava, só naquela região um record de 1,3 milhão de trabalhadores desempregados; em 1990, 32 milhões de crianças e adolescentes viviam em famílias miseráveis, com renda mensal menor do que meio salário mínimo.

(Fontes dos dados: IBGE, FGV, SEADE, DIEESE, BC, IPEA, IPARDES)

mento, das receitas públicas com o serviço da dívida interna.

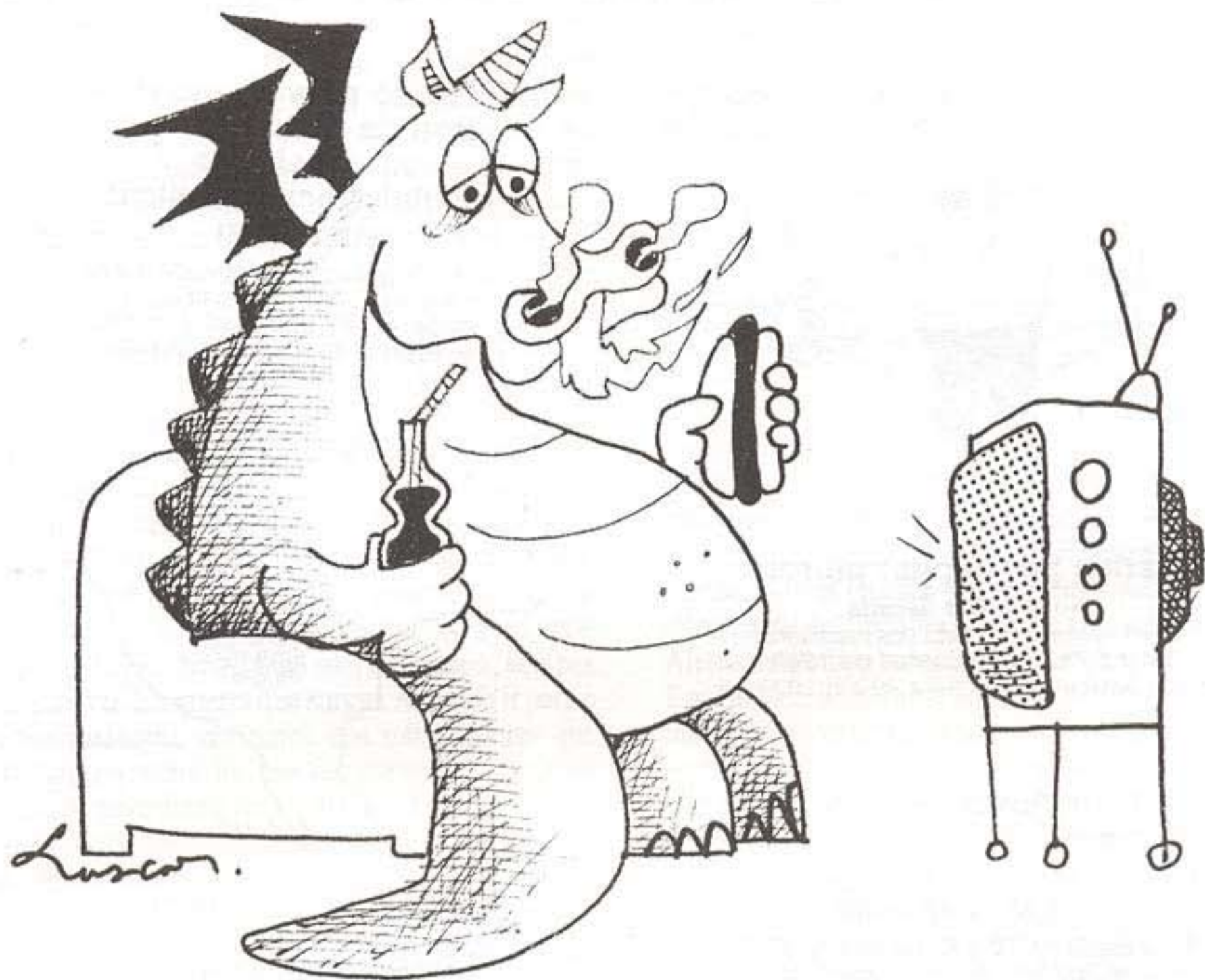
Juros da dívida pública consomem mais de 50% das receitas correntes



Os dados mostram que a taxa de crescimento do PIB baixou drasticamente durante a década de 80 (foi, em média, de 1,9% ao ano, em comparação com 6,5% ao ano na década de 70), como resultado direto da queda do nível de investimento da economia (de 23% sobre o PIB em 1980, para 15% em 1991). Sem investimentos

produtivos em edificações, estradas, máquinas e equipamentos, a economia não repõe seu desgaste e não amplia sua capacidade de produzir. Não cria empregos e nem aumenta a oferta de bens. Os dados sobre a produção de alguns setores estratégicos como o de bens de capital, cimento, tratores, auto-veículos (inclusive ônibus e caminhões) indicam uma única tendência: queda.

No período 1980-90, a dívida externa não somente dobrou, como as transferências para o exterior via pagamento dos juros desta dívida passaram de 14,3 bilhões de dólares durante os anos 70, para 93,8 bilhões na década de 80 (aumento de mais de 550%). Efetivamente, um país que sofre uma tal sangria de recursos dificilmente terá condições de trilhar um desenvolvimento auto-sustentado e garantir o nível dos investimen-



• 8 •

tos produtivos vitais para o bem estar de seu povo.

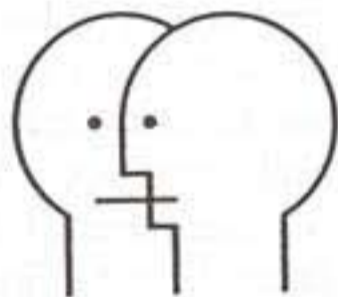
Outra componente presente na economia brasileira é a inflação crônica e, no período considerado, sempre ascendente. Em 1980, a taxa anual de inflação já havia atingido os 100%, mas em 1990 esta taxa foi de mais de 1.400%. Não há país e nem povo que consiga se defender de uma tal escalada de preços e de desvalorização da moeda nacional. Mas esta escalada está instalada no Brasil há muitos anos e vai se estendendo porque os grandes grupos dominantes montaram um enorme esquema no sentido de auferir superganhos com esta fúria inflacionária, investindo sobretudo nos títulos da dívida pública, que garantem ganhos extraordinários se comparados a aplicações semelhantes em qualquer país capitalista adiantado (uma das maiores mentiras que se costuma repetir no país é a de que “ninguém ganha com a inflação”). O quadro mostra que, em 1990, os pagamentos de juros da dívida pública comprometiam, em média, cerca de 50% das receitas correntes das administrações públicas, impedindo, conseqüentemente, gastos e investimentos em saúde, educação, habitação popular, saneamento etc. A administração pública já estava completamente falida e transformada numa máquina de transferência de recursos para os grandes grupos financeiros. E o que ela menos fazia era atender as necessidades

básicas da população, razão precípua de sua existência.

Um segundo grande grupo de indicadores selecionados diz respeito mais propriamente à situação econômica e social da população e, em grande medida, é decorrência e efeito do estado da economia do país, mostrado nos indicadores macroeconômicos já citados. Este segundo grupo de indicadores refere-se à renda per capita (calculada dividindo-se o valor do PIB pelo número de habitantes do país), à distribuição da renda nacional e a um conjunto de dados sobre a situação da população trabalhadora. Quase tudo aponta no sentido do agravamento da condição do povo trabalhador, com o crescimento da pobreza, da miséria e, conseqüentemente, da desagregação social do país. Se em 1980, a distribuição da renda nacional já era uma das piores do mundo (os 50% mais pobres detinham apenas 13,4% do total), em 1989 o quadro se agravou ainda mais: a participação dos 50% mais pobres caiu para 10,4% e a participação do 1% mais rico subiu para 17,3%. É hoje a pior situação entre todos os países que possuem algum tipo de estatística sobre distribuição de renda, sejam da América Latina, Ásia ou África. Outros dados completam este quadro: 53% da população ocupada ganhava, em 1990, até 2 salários mínimos, sendo que 16,4% tinha rendimento mensal de zero (nenhum

rendimento) a meio salário mínimo. Da população ocupada, apenas 38% tinha carteira assinada, fato que, associado ao problema do desemprego, explica a grave crise por que passa a previdência social brasileira, já que os empregadores destas pessoas sem carteira nada recolhem à previdência, que, por sua vez, aumenta muito seus gastos em períodos de crise social. Quanto ao problema do desemprego, preferiu-se utilizar os dados da pesquisa DIEESE/SEADE referente à Grande São Paulo, que aponta taxas de desemprego alarmantes e ascendentes: 9,4% da população economicamente ativa (PEA) desta região em dezembro de 1990; 10,5% em dezembro de 1991; 14,4% em dezembro de 1992 e 16,1% em abril de 1993, com 1,287 milhão de trabalhadores desempregados na região mais industrializada e rica do país. Cita-se ainda um dado relativo à infância e adolescência, que hoje se transformaram em assunto geral de demagogia barata dos grandes veículos de comunicação, com suas denúncias hipócritas, que fogem à análise das causas deste fenômeno em nosso país, pois a economia brasileira é uma fábrica cujas engrenagens são capazes de usinar diferentes produtos: por um lado produz e reproduz ininterruptamente miséria e pobreza em grande escala para a grande maioria da população e, aí, um de seus aspectos mais terríveis são os efeitos nas crianças e adolescentes (segundo o IBGE, em 1990, 32 milhões de crianças e adolescentes viviam em famílias miseráveis, com renda mensal menor do que meio salário mínimo); mas por outro lado, esta mesma economia é capaz de lançar riquezas incalculáveis nas mãos de 1% de super-ricos, que já possuem mais de 17% da riqueza nacional e, a continuar este esquema, abocanharão fatias cada vez maiores do bolo da riqueza do país.

Cinquenta maiores bancos tiveram quase dois bilhões de dólares de lucros líquidos



É provável que um tal quadro provoque sentimentos contraditórios em muitas pessoas que acompanharam todo este processo e lutaram para modificar a situação do Brasil e de seu povo. Talvez uma parcela destas pessoas possa desenvolver um grande desânimo e ceticismo em relação às perspectivas de mudanças reais neste quadro, tendo em vista todas as esperanças que foram criadas a partir do fim do regime militar e da democratização do país, as quais, pode-se argumentar, não se concretizaram. É importante, no entanto, não se esquecer que o processo de democratização acabou sendo hegemonizado por forças conservadoras. Estas mesmas forças acabaram conseguindo derrotar, nas eleições de 1989, o candidato da Frente Brasil Popular, lançando mão de um jogo pesado e sujo, com o apoio do grande capital e dos meios de comunicações por ele controlado. Mesmo agora, no período pós-Collor, assiste-se a estas forças se

assenhorearem do governo Itamar e fazê-lo sucumbir, progressivamente, à receita neoliberal. O ceticismo, no entanto, é apenas uma das tendências que se desenvolvem diante deste panorama tão grave.

Uma outra tendência que se observa é aquela que preconiza (consciente ou inconscientemente) o abandono, por parte das forças populares, dos objetivos programáticos gerais em prol de ações puramente emergenciais visando supostamente resolver graves problemas imediatos da população, como o da fome. Esta seria uma cruzada de todos, sem distinção de classes, para equacionar o problema de 32 milhões de brasileiros que estariam hoje passando fome. Na verdade, esta é, objetivamente, uma proposta ingênua e pueril, que procura estabelecer uma muralha entre os problemas emergenciais e os problemas estruturais do país. É também uma atitude que faz crescer a confusão para uma maior compreensão da crise e para se ter clareza entre os que se beneficiam dela e os que são por ela vitimados. Em 1992, a economia brasileira continuou estagnada, o PIB caiu 0,93%, o desemprego aumentou e agravou-se a crise social. Mas os cinquenta maiores bancos que atuam no país tiveram um lucro líquido de 1,9 bilhão de dólares, 18% a mais que em 1991. Segundo a revista de negócios *Exame*, "(...) foi uma festa para os bancos e seus acionistas" (*Exame*, 23/06/93).

As forças populares e democráticas não devem, de forma nenhuma, descurar de um programa emergencial para a crise em que o país está mergulhado, apresentando propostas concretas para remediar a fome, a miséria, o desemprego, articulando, porém, o emergencial e o imediato com os objetivos programáticos estratégicos, pois somente eles apresentam soluções cabais para estes problemas. Talvez seja oportuno lembrar a velha lição de Marx e Engels formulada no *Manifesto Comunista*: "Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento".

LUIZ MARCOS GOMES é economista.

BIBLIOGRAFIA

- IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil, 1992*, Rio de Janeiro, 1993.
- BECKER, Berta K., EGLER, Claudio A. G. *Brasil. Uma Nova Potência Regional na Economia - Mundo*. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 1993.
- TONI, Dilermando. *Brasil, um país de contrastes e muita miséria*, in *Classe Operária*, São Paulo, 05/04/93.
- Retrato do Brasil. *Da Monarquia ao Estado Militar*, Política Editora, 4 v., São Paulo, 1984.
- Larousse Cultural. *Brasil A/Z*, Ed. Universo, São Paulo, 1990.
- IPARDES. *Análise Conjuntural*, Curitiba, março/abril 1993.
- REVISTA EXAME, *O que está em jogo nos bancos*, São Paulo, 23/06/93.
- REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA, *Os 100 maiores em 1993* (matéria especial sobre bancos), Rio de Janeiro, Junho/1993.

O que os EUA querem com a Lei de Patentes

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ

A acusação de pirataria esconde os objetivos dos americanos: garantir os lucros com as novas tecnologias e barrar o acesso do Brasil ao desenvolvimento científico.

• 10 •

A poderosa *Pharmaceutical Manufacturers Association* (PMA), que reúne os principais laboratórios farmacêuticos dos Estados Unidos, denunciou o Brasil em junho de 1987 por, supostamente, adotar práticas de *pirataria* nas indústrias de química fina e farmacêutica. A denúncia, formalizada junto à *United States Trade Representative* (USTR), a principal autoridade comercial americana, levou o ex-presidente Ronald Reagan a sobretaxar produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos. A retaliação atingiu certos tipos de papéis, produtos químicos e artigos eletrônicos, causando prejuízos calculados em 205 milhões de dólares. A iniciativa, adotada em outubro de 1988, teve o objetivo explícito de forçar o Brasil a adotar uma legislação de patentes. Tratava-se de castigar um país considerado um *mau exemplo* para o Terceiro Mundo.

Um mês antes, o então representante brasileiro no Conselho do Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas), Paulo Tarso Flecha de Lima, defendeu o Brasil, argumentando que a decisão de excluir o patenteamento de produtos farmacêuticos já estava em vigor quando os laboratórios estrangeiros se instalaram no País. E que era improvável que os danos às multinacionais pudessem ser relevantes, já que a maior parte do mercado, 80% ou mais, pertencia a elas, sendo que 35% disso correspondiam ao faturamento das empresas norte-americanas. Os restantes 20%, afirmou Flecha de Lima, sob controle de brasileiros, estavam em mãos de empresas que fabricavam "(...) medicamentos populares, feitos localmente com ervas". Flecha de Lima disse mais: "Além de não reconhecer que o governo norte-americano tem qualquer autoridade moral para fazer julgamento sobre o tema, deixe-me recordar aos colegas que o único tipo de familiaridade que o Brasil teve com a *pirataria*

foi na condição de vítima. Assim como a maioria de nossos vizinhos latino-americanos, desde o início do período colonial temos sido constantemente saqueados por notáveis perpetradores dessa segunda ou terceira mais antiga profissão, pessoas cujos nomes são Drake, Cavendish, Fenton, nomes que, aliás, não são portugueses ou espanhóis".

Esta história foi lembrada pela jornalista Maria Helena Tachinardi, da *Gazeta Mercantil*, em seu livro *A Guerra das Patentes – O Conflito Brasil x EUA sobre Propriedade Intelectual* (Paz e Terra), lançado em Brasília no final de junho. Trata-se de uma obra oportuníssima, um excelente subsídio para quem acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 824/91, que trata do patenteamento de produtos e processos químicos, farmacêuticos e alimentares.



O Gatt não reconhece a lei de comércio dos EUA por ser ilegal e unilateral

Está na moda a grande imprensa qualificar os defensores dos interesses nacionais – e, portanto, contrários ao patenteamento nesses ramos industriais – de *atrasados*, *dinossauros*, *piratas*, enquanto os entreguistas são chamados de *modernos*, *eficientes*, *honestos*.

Mas, como observou o embaixador Flecha de Lima, que moral tem o governo dos Estados Unidos – e, acrescentando-se, seus colaboradores nacionais – para chamar quem quer que seja de *piratas*?

Edward Fenton e Thomas Cavendish, dois dos flibusteiros mencionados por Lima, eram ingleses. Fenton



atacou o porto de Santos com dois galeões, em 1583, quando o Brasil estava sob domínio espanhol. Foi rechaçado. Cavendish ocupou a cidade de Santos com três navios, em 1591, pilhando-a durante dois meses. Que diferença há entre essas ações e as retaliações autorizadas por Reagan em 1988? Nenhuma. A posição brasileira, de excluir o patenteamento de produtos farmacêuticos, é legal, baseada na Lei 5.772, de dezembro de 1971, e ancorada na Convenção de Paris, à qual o Brasil aderiu em 1884. A posição dos Estados Unidos, baseada na Seção 301 da *Trade Act* de 1974, é, ao contrário, unilateral, ilegal, não reconhecida pelo Gatt. Tanto assim que o Gatt, por solicitação do governo brasileiro, constituiu pela primeira vez um comitê de arbitragem (*panel*) para julgar a legislação comercial dos Estados Unidos. “O *panel* foi uma das mais amargas pílulas que o governo norte-americano teve de engolir. Pela primeira vez, a Lei de Comércio dos EUA foi julgada pelo mecanismo de solução de controvérsias do Gatt, o mesmo que eles diziam que deveríamos fortalecer na Rodada Uruguai”, afirmou o embaixador Flecha de Lima à jornalista Maria Helena Tachinardi. Ele acrescentou que na época “(...) começou a haver interpretações absurdas, como a de que a legislação dos EUA tinha irradiações extraterritoriais para atingir o infrator fora da jurisdição escrita norte-americana”. Como se vê, não é de hoje que os americanos se arrogam o “direito de ingerência” sobre países alheios.

O Projeto de Lei nº 824/91, todo mundo sabe, foi enviado ao Congresso Nacional, no final de abril de 1991, em regime de urgência, pelo ex-presidente Fernando Collor. Absolutamente submisso à cartilha neoliberal da *Nova Ordem Econômica Mundial*, ele estava cumprindo uma promessa feita ao governo norte-

americano, em Washington, no início de 1990, na presença de sua principal assessora econômica e futura ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello. Os antecedentes conjunturais e a história do projeto são contados em detalhes por Maria Helena Tachinardi, em *A Guerra das Patentes*.

Tachinardi recorda que na década de 80 os Estados Unidos desencadearam uma política comercial mais agressiva, objetivando reduzir seu déficit e as práticas comerciais que consideravam *desleais*. Antes, no fim dos anos 60 e durante a década de 70, os EUA haviam perdido muito de seu poder econômico, devido a uma série de fatores: perda de competitividade industrial para o Japão e os novos países industriais da Ásia; fim da hegemonia monetária americana, com o abandono da convertibilidade do dólar em 1971, posterior valorização do dólar e a queda das exportações; altas taxas de inflação e o agravamento do déficit fiscal. Esses problemas continuaram durante a década de 80, ao lado da erosão do Gatt, a piora da estagflação nos EUA e na Europa, as altas taxas de desemprego, rápido crescimento dos preços e contínuo movimento de flutuação nas taxas de câmbio. Sempre, segundo Tachinardi, tudo isso pressionou o sistema de formulação das políticas comerciais nos Estados Unidos. O *Trade Act* foi adotado em 1984 e revisado em 1988.

Um fator que irritou bastante os americanos foi o crescimento da participação de alguns de seus parceiros, considerados *desleais*, no comércio exterior. As exportações desses parceiros, que incluíam a Coreia, Taiwan, Cingapura, Brasil e México, ampliaram-se de 6%, em 1970, para 9,3% em 1980, e 11,4% em 1983.

Diante deste quadro, os americanos definiram uma nova política estratégica para as áreas de alta tecnologia, que, como as dos demais países desenvolvidos, levava em conta “(...) a necessidade de adaptar o sistema de direitos de propriedade intelectual às características particulares das novas tecnologias para manter, conquistar ou expandir o controle dos mercados internacionais, modificar as leis nacionais de propriedade intelectual que estão limitando a apropriação do novo desenvolvimento tecnológico: desenvolver políticas nacionais para estimular áreas de alta tecnologia e protegê-las de invasores estrangeiros; promover a internacionalização do sistema de direitos de propriedade intelectual para permitir a expansão econômica dos líderes tecnológicos (...) iniciar negociações diretas bilaterais sobre assuntos específicos, relacionados com propriedade intelectual, com alguns países”.

Em 1983, informa Tachinardi, o *Congressional Budget Office of the United States* indicou que as principais questões envolvendo a alta tecnologia davam prioridade às indústrias nas quais os EUA tinham a liderança tecnológica e lutavam pela remoção de barreiras a essas indústrias no exterior, além de eliminar restrições em mercados estrangeiros e combater a falta de proteção à propriedade intelectual. O *Software Protection Act* foi uma das políticas de reciprocidade

adotadas com os objetivos mencionados. Já o *Trade Act* de 1984 incorporou medidas de retaliação contra países que adotavam práticas restritivas consideradas não razoáveis nem justificáveis, e que estivessem sendo inconsistentes com os direitos internacionais legais dos EUA.

Mau exemplo para o Terceiro Mundo, o Brasil é um dos alvos principais das retaliações dos EUA



O Brasil foi um dos países-alvos das retaliações americanas, tanto por causa da Lei de Reserva de Mercado para a indústria de informática, em 1985, como por causa de sua legislação de patentes, em 1988.

Analisando o conflito entre os EUA e o Brasil neste contexto, Maria Helena Tachinardi chega à seguinte conclusão: "O conflito revela que a lógica que desperta a agressividade dos EUA é gerada por uma força ainda hegemônica de impor ao mundo as suas políticas comerciais. Mais que isso, trata-se de dizer aos países em desenvolvimento o que eles devem fazer para adequar-se às exigências norte-americanas. Os EUA foram o único país desenvolvido a adotar políticas de sanções contra nações que desrespeitem os direitos de propriedade intelectual, e assumiram também o papel de líder na área de proteção à propriedade intelectual".

Repita-se: o suposto "(...) desrespeito aos direitos de

propriedade intelectual" neste caso refere-se à faculdade legal concedida pela Convenção de Paris de esses países excluírem ramos industriais de seu sistema doméstico de patentes. Para os países centrais, a propriedade intelectual, como afirma Tachinardi, "(...) é um instrumento de controle de mercados e uma forma de reduzir as incertezas dos inovadores devido à obsolescência das tecnologias e à facilidade com que elas são imitadas e difundidas no mundo contemporâneo". Ou, em outras palavras, "(...) uma barreira à entrada de *newcomers* (recém chegados) no processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Os direitos de propriedade intelectual são usados para manter o monopólio de novas idéias e para o controle e apropriação dos resultados financeiros dos fluxos de inovação. Em suma, o que os EUA e outros países industrializados desejam é o benefício dos frutos da inovação".



A pressão americana repete o mesmo propósito colonizador de Maria I, a Louca

O Projeto de Lei nº 824/91, fruto de pressões diretas das autoridades americanas, como se vê, tem o objetivo de retirar do Brasil a possibilidade de desenvolver independentemente tecnologias nas áreas da química fina, da indústria farmacêutica e da biotecnologia. Repete-se, neste caso, o mesmo propósito colonial de Maria I, a rainha Louca que quis impedir o sonho dos Inconfi-

•12•

A batalha para resistir ao imperialismo

Após uma longa batalha, os parlamentares que lutaram contra o Projeto de Lei nº 824/91, conseguiram aprovar, num acordo de liderança, algumas salvaguardas que preservam alguns dos interesses brasileiros. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em meados de maio e já está tramitando no Senado Federal.

As forças que apóiam o projeto terão grande interesse em apressar a sua aprovação naquela casa legislativa porque se prevê a conclusão da Rodada Uruguai do Gatt até o mês de dezembro próximo. Essas forças não vão correr o risco de verem aprovadas normas que atendam aos interesses internacionais e não apenas aos dos Estados Unidos na questão da propriedade intelectual. Sua posição mais realista que o rei, isto é, mais estadunidense do que a dos americanos, seria denunciada de maneira constrangedora.

O tema da propriedade intelectual foi incluído no Pacote de Normas elaborado pelo ex-diretor-geral do GATT, Arthur Dunkel, e assumido pelo novo diretor, Peter Sutherland. Segundo o jornalista Frances Williams, do Financial Times, "(...) na opinião de muitos diplomatas comerciais, tanto de países ricos como pobres, o maior obstáculo a um acordo na Rodada Uruguai poderá ser a insistência dos Estados Unidos a respeito da primazia de suas leis comerciais nacionais sobre os acordos multilaterais, especialmente em relação ao

uso e ameaças de sanções unilaterais contra parceiros comerciais desleais (Gazeta Mercantil de 12 de julho de 1993).

Os principais pontos modificados na proposta original do deputado Ney Lopes, relator do projeto, foram os seguintes:

1) Direitos patentários - *As importações de produtos ou processos patenteados eram dificultadas por regras restritivas ao comércio, previsto para a chamada "importação paralela". Foram retiradas, o que diminuiu o poder de monopólio dos detedores de patentes.*

Foi suprimida também a patente de importação, uma reserva de mercado ao contrário, que garantia o monopólio de importação de produtos com a proibição de sua fabricação no Brasil.

2) Licença compulsória - *O dever de explorar a patente, seria, pelo projeto do relator, apenas um direito do titular. Criava tantos obstáculos à concessão da licença compulsória por abuso do direito patentário, que tornava praticamente impossível ao poder público licenciar um produto que fosse do interesse público ou estratégico para o País. Pelo acordo de liderança, foi possível garantir a licença compulsória por abuso do poder econômico, definido em ato administrativo do Poder Executivo.*

dentes Mineiros de desenvolver uma indústria brasileira. Repete-se, ainda, no contexto da chamada Terceira Revolução Industrial, em que o fator tecnológico passou a ser fundamental na definição de vantagens comparativas entre os países, a tentativa de imposição de uma nova divisão internacional do trabalho. Em que países como o Brasil, a Índia, o México, a Argentina teriam o papel de fornecer, aos países centrais, produtos de baixa tecnologia, manufaturados, produtos agrícolas e matérias primas. E, em contrapartida, abrir seus mercados para as mercadorias de alta tecnologia, produzidas exclusivamente por aqueles países.

Uma historinha contada pelo jornalista americano Daniel Burstein, em seu livro *Yen – O Japão e seu novo Império Financeiro* (Cultura Editores Associados), ca-lha como ilustração desta nova divisão internacional do trabalho. Burstein conta que Ichiro Yamanouchi, um alto executivo da NTT, a maior empresa da telefonia do mundo, fez em discurso informal pouco antes do lançamento das ações da NTT ao público americano. “Certo dia, durante o almoço, Yamanouchi mencionou que realmente fazia questão de levar artigos americanos para dar de presente a amigos e interlocutores no mundo dos negócios. Esse gesto seria sua contribuição pessoal para ajudar a aliviar o déficit comercial. Entretanto, disse, não pudera encontrar coisa alguma produzida nos Estados Unidos que estivesse à altura das exigências de um japonês preocupado com qualidade. Depois de muito procurar, achou finalmente um item perfeito: um melado de Vermont, que considerou de alta qualidade e adequado ao gosto japonês – porque os japoneses adoram

doces”. Depois de sugerir que os Estados Unidos deveriam promover mais agressivamente seus parques nacionais como atrações turísticas, para ficar mais competitivos em comércio internacional, Yamanouchi terminou o discurso dizendo que NTT havia aprendido muito com a AT&T no passado. “Mas que, agora, era desapontador a AT&T não dar ouvidos a seus conselhos, já que a NTT se tornara a maior companhia telefônica do mundo. A AT&T deveria parar de tentar vender ao Japão, com tanto empenho, seus sistemas de telefonia e outros equipamentos de alta tecnologia, pois os japoneses estão capacitados a produzir todas essas coisas em casa. Entretanto, ele sabia de algo que a AT&T podia exportar com sucesso. Na sede da AT&T em Nova Jersey, ele tinha visto um mostruário de camisetas e bonés de beisebol feitas pelos empregados da empresa para serem vendidos em benefício de obras de caridade. Esses produtos, disse ele, fariam enorme sucesso no Japão”.

Final da história: “Yamanouchi, um homem extremamente educado, com toda a certeza não estava tentando ser ofensivo. Estava simplesmente expressando a imagem dos Estados Unidos, desenvolvida à medida que seu país deslanchou na liderança. Alguns japoneses passaram a ter da América a mesma visão que alguns americanos têm de países exóticos do Terceiro Mundo: lindos parques naturais, deliciosas comidas típicas e mão-de-obra capaz de fazer roupas esportivas a um custo irrisório”.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ é jornalista e assessor de imprensa no Congresso Nacional.

3) Controle da Transferência de Tecnologia - *O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) estava reduzido a um cartório de registro de contratos de transferência de tecnologia. O texto aprovado permite que o governo estabeleça seletivamente os contratos de transferência sob os quais exercerá controle, tendo em vista a salvaguarda dos interesses nacionais.*

4) Segredo de negócio - *Foi suprimido o dispositivo do relator que transformava em segredo de negócio o conhecimento científico e técnico de seus empregados, tornando o capital o único proprietário do desenvolvimento científico.*

5) Pipeline - *O relator concedia patente retroativa às patentes estrangeiras, desde que apenas os seus objetos não estivessem disponíveis no mercado brasileiro, mesmo que já existissem há dez ou quinze anos no país de origem. O acordo restringiu fortemente a concessão do pipeline, embora ainda de maneira insuficiente. Assim, não serão concedidas patentes retroativas a produtos que já tenham obtido patente no exterior ou que estejam disponíveis em qualquer mercado do mundo.*

6) Seres vivos - *O relator não só permitia o patenteamento de microorganismos como permitia, pela redação propositalmente vaga, o patenteamento de animais e plantas superiores e, pior, de processos biotecnológicos de manipulação genética. Embora o ideal fosse tratar essa questão em uma*

legislação específica, o texto aprovado restringe a patente biotecnológica, aceitando-a unicamente para os microorganismos utilizados em um determinado processo e que gere um produto específico, estabelecendo a cadeia microorganismo/processo/produto.

8) Publicação de depósito de patente - *O relator permitia que um pedido de depósito de patente pudesse ser retirado sem ser publicado, deixando brecha para que se realizassem manobras no sentido de protelar indefinidamente a não publicação de um conhecimento, através dos depósitos e das retiradas sucessivas do mesmo pedido de patente. Isto foi modificado, estabelecendo-se a obrigatoriedade da publicação de depósito, mesmo se retirado ou arquivado.*

Infelizmente, deixou de ser aprovada emenda dos deputados Nelson Marquezelli (PTB) e Luis Salomão (PDT) que previam: um dispositivo anti-retaliação e a suspensão das patentes originárias de determinado país que impusesse sanções ao Brasil, pelo tempo de duração das sanções. Em compensação, o deputado Nelson Proença (PMDB-RS) apresentou um projeto de resolução que cria uma comissão parlamentar semelhante à que existe nos Estados Unidos para tratar de contenciosos nessa área. Os deputados Aldo Rebelo e Sergio Miranda, da bancada do PCdoB, também apresentaram projeto neste sentido.

(Antônio Carlos Queiroz e Lécio Moraes)

Idéias não ocupam lugar no espaço

ALFREDO BOSI

Lançado no fim de 1992, o livro de Alfredo Bosi, Dialética da Colonização faz um balanço criterioso da história da cultura brasileira, de Anchieta à pós-modernidade.

• 14 •

Balanços globais da cultura brasileira já existem vários. Eles surgem de tempos em tempos, e os principais entre eles têm o mérito de, olhando para trás com os olhos do presente, serem a expressão cristalizada das preocupações da época em que foram produzidos. Podemos citar, nesta lista, livros como *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite, escrito nos anos 60, ou *A Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Motta, publicado nos anos 70. O livro de Alfredo Bosi, *Dialética da Colonização*, pertence a essa linhagem, e coloca num novo patamar o debate sobre a cultura produzida em nosso país e suas relações com as idéias de origem estrangeira. A origem geográfica ou cronológica das idéias não determina para todo sempre seu destino e seu valor, pensa Alfredo Bosi, polemizando contra aqueles que pensam que podem haver *idéias fora do lugar*. Professor do Departamento de Letras da USP, e vice-diretor do Instituto de Estudos Avançados daquela universidade, Alfredo Bosi respondeu a algumas questões que lhe foram colocadas por PRINCÍPIOS.

1. *A questão do nacional*: Esta questão deveria (para não perder-se no labirinto das paixões ideológicas) ser tratada analiticamente. Para tanto, o bom caminho é desdobrá-la em várias instâncias. Vou deter-me apenas em duas.

Em primeiro lugar, há o nacional no sentido clássico, político-jurídico. As nações são, por esse critério, *nações-estados*. Tais sistemas estão geralmente associados à história de uma classe ou de um grupo que exerceu eficazmente o poder político em uma determinada formação social. É comum ler, em livros convencionais de História, a luta pela construção de um Estado como síntese da vida do seu respectivo povo. Este nacional, vinculado estritamente à ocupa-

ção política de um território, tende a agudizar-se em situações de guerra: o seu subproduto cultural mais funesto é precisamente o nacionalismo belicoso, ainda uma das lepras da nossa história contemporânea.

Em segundo lugar, há a tentativa (provavelmente de fundo romântico) de amalgamar os conceitos de nação e de povo. Procura-se detectar, na dinâmica dos costumes, das representações e dos valores de uma população, um *ethos* comum a todos. Haveria, então, um caráter nacional que permitiria falar em *ethos* brasileiro, *ethos* peruano, *ethos* húngaro etc. Esse conceito fica no meio do caminho entre a psicologia, a sociologia e a antropologia cultural.



O que importa é saber qual grupo social vai assumir determinada visão do mundo

Um livro pioneiro, *O Caráter Nacional Brasileiro*, de Dante Moreira Leite procurou desmistificar a idéia mesma de caráter nacional submetendo-a ao crivo da teoria marxista das ideologias. O caráter nacional seria uma ideologia, quer em sua versão pessimista (o brasileiro mau selvagem, maltratado pelos preconceitos dos colonizadores), quer em sua visão otimista: o bom selvagem, o antropófago malicioso e inteligente. Essa última versão sobrevive na imagem do *país do carnaval* sustentada por um antropólogo renomado como é Roberto da Matta. Para quem crê em psicologia coletiva existiria, sim, um modo de ser nacional difuso por toda a formação social. Esta hipótese subestima ou mesmo descarta o argumento das diferenças de classe que separariam a população em segmentos distintos.



Todos entrariam no samba, eis a sua tese central. Recentemente o belo livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz sobre o carnaval brasileiro procura refutar, com argumentos sociológicos, a visão psico-antropológica de Roberto da Matta. O assunto, portanto, não morreu.

2. *As idéias são processos que se difundem, as idéias não são coisas que ocupam um lugar no espaço:* As idéias são forças que se irradiam. Assim como a luz se difunde em ondas, as idéias podem espalhar-se e manter-se vivas em diferentes lugares e diferentes tempos.

Esta difusão (de que a história da cultura e da ciência dá mil exemplos) depende da existência de grupos sociais e culturais capazes de acolher determinadas idéias, ou na sua inteireza, ou de forma adaptada. Foi o que denominei filtragem ideológica em *Dialética da Colonização*.

Um exemplo macro-histórico: o cristianismo nasceu em um meio paupérrimo, de pescadores, na Palestina subjugada pelos romanos; em poucos séculos tornou-se uma religião de forte tendência universalizante. Isto porque a origem geográfica ou cronológica de uma idéia ou de um valor não determina para todo sempre o destino dessa idéia e desse valor.

O que importa é saber quais grupos sociais e culturais vão escolher, assumir e trabalhar uma determinada visão do mundo. São as transformações que interessam ao historiador, não o lugar de nascimento. Passo ao exemplo que estudei mais de perto: o liberalismo econômico do século XIX; foi uma ideologia importada da Inglaterra e que se revelou muito útil aos escravistas brasileiros que queriam agir livremente, sem peias (*laissez-faire*), sem um Estado que fiscali-

zasse ou impedisse o trabalho forçado. Eram liberais e coerentemente eram senhores de cativos. O mesmo liberalismo funcionou muito bem quando esta classe em ascensão defendeu e praticou o parlamentarismo monárquico, pois era necessário aos fazendeiros ter uma representação política nas câmaras e no senado, de onde, por seu turno, nasciam os ministérios. Logo: o liberalismo econômico se acoplou harmoniosamente com o escravismo (situação evidente nos anos 40, 50 e 60 do Segundo Império); e o liberalismo político funcionou como uma luva para a mão de ferro das oligarquias. Não há, pois, contra-senso entre liberalismo e escravidão, no plano da realidade empírica; no plano abstrato de um evolucionismo linear, sim: liberalismo e escravidão são contraditórios e um impede que o outro se desenvolva. Mas faz parte das ideologias dominantes mascarar as contradições...

3. *Pós modernidade e cultura de resistência:* O adjetivo pós-moderno apareceu, se não me engano, na década de 70. Vinha então com uma carga polêmica forte contra o conceito de *moderno*. Se me derem licença de politizar a questão, diria que há um *pós-moderno* de direita e um *pós-moderno* de esquerda. O *pós-moderno* direitista se finge de anárquico, é contra toda a tradição intelectual que vem da Renascença e das Luzes (a modernidade clássica por excelência), mas, na verdade, o que ele cultiva freneticamente é a religião do consumo, a apoteose da imagem-mercadoria que a cultura para massas, aparentemente sofisticada, mas visceralmente bárbara, produz às mancheias onde quer que haja mídia para transmiti-la. Imagens em vez de idéias e de conceitos; sensações em vez de percepções críticas; deglutição indiscriminada em vez de critérios de escolha; colagens brutas em vez de construções inteligentes; confusão de tempos em vez de consciência histórica; vale-tudo em vez de valor... Tudo isto leva não à revolução pela linguagem mas ao conformismo de mil e uma máscaras. O *pós-moderno* é ultra-liberal, não por amor à democracia mas porque já desistiu de trabalhar por uma sociedade justa.



**A direita pós-moderna
posa de
sofisticada
mas é
visceralmente bárbara**

Mas há um *pós-moderno* de esquerda. É o que se pode chamar também de cultura de resistência à modernização violenta e predadora que está arrasando todos os países do chamado Terceiro Mundo. Contra o mito de que toda industrialização representa progresso, a ecologia ensina a respeitar a nossa casa, que é a natureza (e isto é uma superação da modernidade burguesa pura); contra a *razão de Estado* que levou ao fascismo e ao stalinismo, formas modernas de poder autoritário, a cultura de resistência respeita a democracia e procura enraizá-la em comunidades menores do

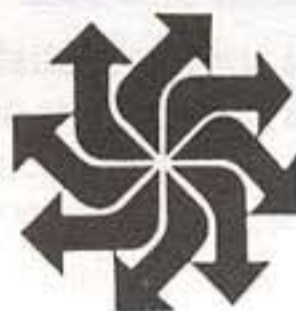
que a metrópole, a usina, o latifúndio. Mas o nome importa menos do que a atitude. Prefiro chamar cultura de resistência a esse desejo de fraternidade e de beleza que espera extrair da modernidade tudo quanto de valor ela produziu (e poderá ainda produzir, se é verdadeira a hipótese de Habermas, segundo a qual a modernidade é um projeto ainda inacabado, em aberto); e, ao mesmo tempo, rejeita os subprodutos, os dejectos de uma modernização capitalista cega e iníqua. Há tanto o que fazer: deixemos a discussão dos rótulos para os suplementos literários à cata de assunto.

**Cabe à crítica separar
o que é valor
do que é pseudo valor.
Tarefa
difícil, arriscada...**



4. *O crítico desrespeitoso?* Eu não diria assim, cruamente, que o crítico literário deva ser desrespeitoso, mesmo porque a atitude de respeito é o centro de qualquer ética democrática, e essa atitude íntima deve estender-se aos nossos semelhantes que já morreram. O nó da questão é outro: o que merece o respeito do crítico? O que significa *valor* em uma obra? A crítica deverá descobrir esse valor que permanece vivo até à sua leitura de hoje. O que significa, também, libertar a memória do autor dos *pseudo-valores* que uma leitura confusa lhe atribuiu. O caso Gregório de Matos é exemplar. Foi um artista brilhante que tocou o nível do virtuosismo maneirista. Foi um observador fino das mazelas da Bahia seiscentista que nele conheceu o seu melhor sátiro. Sentiu e exprimiu com vigor as contradições morais do seu tempo dividido entre o deboche individual e o rigor da Contra-Reforma. Acho que essas qualidades são mais do que suficientes para justificar a sua glória e o lugar de primeiro plano que ocupa na história das letras coloniais. Mas a confusão começa quando o leitor quer atribuir a Gregório valores ideológicos que não lhe eram peculiares: um nacionalismo (ou baianismo) *avant la lettre*, por exemplo, que, a rigor, nem poderia vigorar na consciência do letrado colonial àquela altura da nossa história política. Gregório não exalta o Brasil em detrimento da Metrópole: a sua sátira é a do fidalgo decaído que não tolera nem o imigrante enriquecido nem o *fidalgão caramuru*. Será uma sátira anti-mercantil, mas não nacionalista. Tampouco a sua linguagem desbocada podia representar *liberação sexual*: Gregório só emprega termos chulos quando se refere ao corpo de mulheres então desqualificadas, sobretudo as prostitutas negras e mulatas que aparecem nos seus versos como objetos de cobiça. Com as amadas brancas, de alto status, as falas são bem outras... Em suma, cabe à crítica fazer a triagem, separando o que é valor do que é *pseudo-valor*. Tarefa difícil, arriscada, mas certamente respeitosa...

5. *A cultura das instituições informais:* Eis uma pergunta provocante e difícil. E que merece uma resposta matizada, tecida de não e de sim. Quando penso em culturas no plural, estou pensando em complexos bem diferenciados de signos: cultura universitária, cultura para massas, cultura popular, cultura dos criadores. Esses conjuntos, embora possam imbricar-se uns nos outros, guardam certos caracteres próprios. Ninguém dirá, por exemplo, que uma pesquisa de laboratório no Departamento de Química da USP siga o mesmo ritual e tenha o mesmo significado que uma procissão do Divino em Tietê. Há estruturas semânticas, há climas espirituais próprios de cada sistema cultural dentro de uma sociedade de classes, estamentos e grupos bastante divididos como é o nosso. Nessa ordem de idéias, os partidos políticos e as igrejas seriam instituições paraculturais que buscam, sobretudo, intervir na vida social e mental do povo (daí, o seu caráter militante), utilizando as vezes recursos intelectuais que provieram da cultura universitária ou da cultura popular ou mesmo da indústria cultural.



**Partidos e Igrejas são
instituições
paraculturais que
intervêm na
vida social e mental**

Um agrupamento político, por exemplo, pode alimentar-se de valores próprios, que são as suas grandes bandeiras de luta (e que o singularizam no interior da sociedade), mas precisa lançar mão de noções que foram elaboradas pela cultura universitária (no momento das análises gerais). Ou então, o partido valesse de procedimentos típicos dos meios de comunicação: o tratamento da imagem, a encenação dos conteúdos ideológicos... Ou, finalmente, recorre às manifestações da cultura popular: a conversa de botequim, a festa, o convívio de bairro etc.

A Igreja foi durante séculos uma instituição capaz de fazer a ponte entre a cultura erudita dos teólogos (que, por sua vez, se abeberavam de Platão e de Aristóteles) e a prática devocional do povo iletrado. Gramsci estudou a fundo essa flexibilidade do antigo catolicismo.

Vejo, portanto, as instituições militantes como organizações cuja finalidade é meta-cultural (a re-modelagem da sociedade e do Estado como um todo), mas que não podem comunicar-se e crescer sem uma base cultural bem determinada. E aqui, mais uma vez, a escolha se impõe: o partido e a igreja optarão por um ideário cultural conformista ou um ideário de resistência? É uma escolha grávida de consequências.

ALFREDO BOSI é professor do Departamento de Letras da USP e vice-diretor do Instituto de Estudos Avançados da mesma.

O significado político da Guerra de Canudos

CLÓVIS MOURA

Comemora-se este ano o centenário do arraial de Canudos, cenário de uma guerra sangrenta das elites contra os camponeses do sertão que lutavam contra o latifúndio e a opressão.

Este ano comemora-se o centenário do arraial de Belo Monte, fundado por Antônio Mendes Maciel, também conhecido como Antônio Conselheiro. Líder de um dos movimentos mais importantes da América do Sul que culminou na maior guerra civil do Brasil, depois da Cabanagem no Pará, tanto o seu nome como o conteúdo social dessa guerra no campo não têm sido devidamente avaliados de acordo com a importância social e política do acontecimento. A guerra liderada por Antônio Conselheiro é um reflexo eloqüente das contradições que existiam naquela época e ainda persistem nas relações sociais do nosso setor agrário. Eclodiu em plena zona agropecuária dos grandes latifúndios no interior da Bahia e a violência dos combates travados entre os chamados *fanáticos* e as tropas legais bem reflete o grau de antagonismo a que haviam chegado as relações entre o latifúndio e a massa camponesa explorada na época.

É verdade que muita tinta já foi gasta para estudar-se esse movimento como sendo de fanáticos, messiânico, religioso e pré-político, mas nunca, ou quase nunca, como sendo um protesto social da massa camponesa. Com isto, exclui-se o movimento de Canudos do nosso processo emergente de transformação social, colocando-o como atípico, marginal e divergente daquilo que seria a nossa evolução histórica normal. Daí procurarem enquadrar o seu principal líder como uma pessoa exótica, louca, delinqüente ou dominado por complexos patológicos. E, por outro lado, a massa que o seguia como composto de ignorantes, fanáticos e possuídos de fantasias alucinatórias. O fanatismo religioso, a ignorância, a crença em milagres e na salvação no além substituem o estudo objetivo das causas pelas quais a massa camponesa

seguiu o seu líder, organizou-se e pegou em armas com tanta obstinação, dando um exemplo de heroísmo como encontramos poucos na história contemporânea. Tudo isto será compreendido se atentarmos mais nos fatos e menos nos preconceitos ideológicos daqueles que o estudaram.

Desmoralizado demais o viés racista que apontava Antônio Conselheiro como um mestiço, e, por isto, com os desequilíbrios que a mestiçagem proporciona, e os camponeses que o seguiam como sendo possuídos de loucura coletiva, as ciências sociais tradicionais procuraram outros caminhos para explicar a excepcionalidade do movimento, os motivos que determinaram não se poder colocá-lo como um capítulo dos mais importantes da nossa história política, mas como um caso de patologia social¹. Surgiu a explicação messiânica, pré-lógica, carismática e finalmente pré-política do movimento. Criou-se um conceito do movimento social que somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que descambassem, como conclusão, em um projeto liberal. Os demais seriam formas arcaicas de movimento social, banditismo social, milenarismo, mas todos fora dos padrões que lhe dariam as razões para serem reconhecidos como políticos.

Embora o conceito tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E. J. Hobsbawm – acreditamos que ele seja eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de se analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo. A luta de Zapata



e Pancho Villa no México, a de Sandino, na Nicarágua, o movimento camponês de Pugachov, na Rússia, todos os movimentos de libertação da África como o kinbangista, incluindo os Mau Mau e o de Lumumba. Tudo isto seria englobado sob o rótulo de milenarismo, salvacionismo ou messianismo e com isto seria descartada a essência dos mesmos, conservando-se apenas a sua casca exterior, a sua forma. Marx dizia que “(...) não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Não será senão numa ordem de cousas na qual não haja mais classes e antagonismo de classes, que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas”². Achamos, por isto que todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos mesmo com o fato dos próprios agentes coletivos o desconhecerem. O que varia é o grau de consciência social de cada um e as propostas subsequentes para a mudança. Mas todos se enquadram na transformação revolucionária (ou não) da sociedade.

Canudos só pode ser entendido cientificamente como um movimento político



Hegel dizia que a África era um continente sem história. Com esta formulação todos os movimentos do Terceiro Mundo não têm essência política e por isto fugiram à lógica da história. Por outro lado, todas as lutas dos servos durante a Idade Média contra o feudalismo não teriam conteúdo político. No entanto, Engels escreveu que “(...) a oposição revolucionária

contra o feudalismo manifesta-se através de toda a Idade Média. Segundo as circunstâncias aparece como misticismo, heresia aberta ou insurreição armada. No que se refere ao misticismo já se conhece até que ponto os reformadores do século XVI sofreram sua influência. Também Munzer muito lhe deveu”³. O que desejamos dizer, finalizando essas considerações introdutórias é que o movimento de Canudos foi um movimento político e que somente se assim o situarmos poderemos compreendê-lo cientificamente.

A fundação do arraial: Quando Antônio Condeheiro fundou o arraial de Canudos, fê-lo decidido a marcar uma nova etapa na luta que vinha liderando. Desde 1874, quando pela primeira vez se tem notícias suas, nas províncias de Bahia e Sergipe até a fundação de Canudos em 1893 passaram-se praticamente vinte anos. Durante esse período o peregrino foi preso, perseguido pelo clero e travou uma escaramuça com a polícia. Decidido a estabelecer uma base territorial para o movimento percorreu as terras dos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia até chegar à região de Canudos. Isto porque, segundo um dos seus biógrafos, Abelardo Montenegro, ele previa novas perseguições, depois de ter desbaratado tropas da polícia em Massete. A fazenda onde Antônio Condeheiro se instalou com o seu povo era uma área abandonada de grande extensão e que se achava desocupada desde 1891. Ficava num entrocamento das estradas de Geremoabo, Uauá, Cambaio, Rosário, Chorrochó e Curral dos Bois. O local era dos mais favoráveis para o início da construção do arraial pois estava protegido por serras pedregosas em cujas vertentes se estendiam caatingas. “Para lá chegar” –

escreve Abelardo Montenegro “o caminhante teria de atravessar uma zona sem água e sem recursos.”⁴ Como diz o mesmo autor, Antônio Conselheiro não se considerava mais o peregrino, o missionário secular, o evangelizador que palmilhara o sertão no desempenho da missão divina. “Julgava-se o Conselheiro.”⁵ Instalou-se, assim, em “(...) lugar mais seguro” como afirma Rui Facó, construindo celeremente o seu reduto defensivo que batizou de Belo Monte e que depois ficaria célebre com o nome de Canudos. Correndo a notícia da fundação do arraial, logo para lá se dirigiram pessoas de vários estados do Nordeste como Ceará, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo. O arraial cresce rapidamente, num ritmo febril que mais se acentua com a chegada incessante de novos peregrinos que se fixam no local. Diz Marco Antônio Villa que “(...) as casas são construídas pelos próprios sertanejos e, apesar das tentativas de Antônio Vilanova de organizar uma ocupação planejada do espaço urbano, o que se vê são construções que se espalham ao longo do Vaza-Barris e pelas encostas à semelhança da maioria das cidades brasileiras da época principalmente durante o último ano de vida da cidade, quando cresceu em ritmo vertiginoso”⁶.

O arraial assim construído tinha um centro comercial, uma escola e obviamente uma igreja, além do templo novo em construção e que nunca foi terminado. Como diz ainda Marco Antônio Villa “(...) apesar de importância econômica, como centro criador de gado, e política, como um dos maiores núcleos comerciais do interior, o poder público nunca se importou por Canudos. O governo estadual não oficializou o município, nem designou delegado, juiz e outras autoridades. A criação de uma escola foi uma iniciativa da comunidade. A professora Maria Francisca de Vasconcelos, de 26 anos, que tinha cursado a escola normal em Salvador, se estabelece em Canudos. Sua importância social pode ser medida pela designação da rua em que morava: a rua da professora”⁷.

Com o passar do tempo há uma divisão de poderes, e Antônio Conselheiro passa a exercer principalmente o religioso. A gestão do poder público fica nas mãos de outros líderes: João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira e Antônio Vilanova. João Abade, ao que tudo indica, ficou responsável pela segurança do arraial pois Frei João Evangelista de Monte Marciano que esteve em Canudos em 1895 em uma *santa missão* de espionagem, diz que ele era tratado pelos seus habitantes de *chefe do povo e comandante do povo*. Chefiava também a Guarda Católica ou Companhia do Bom Jesus, organização armada que era responsável pela segurança de Antônio Conselheiro. José Calasans informa que ele já se tornara pessoa destacada do séquito antes da chegada a Canudos. Dirigira, em maio de 1893, o primeiro choque dos jagunços com soldados da polícia baiana. A criação da Guarda Católica, fato sucedido após a ocupação da antiga fazenda do Vaza-Barris, veio fortalecer a posição do cabecilha.”

Se esta era a organização política do ponto de vista econômico havia um sistema de circulação monetária interessante: “(...) o dinheiro não circulava em Canudos, e o existente era mantido em um cofre sob a responsabilidade de Antônio Vilanova que, para intercâmbio interno, emitia um vale. Com o passar dos anos, esse vale era também aceito nas cidades vizinhas, revelando não só a carência do meio circulante como também a importância da economia local para a região circunvizinha. É uma falácia afirmar que em Canudos só circulava dinheiro monárquico e que Antônio Conselheiro não tocava em dinheiro republicano: ele não pegava em dinheiro de nenhuma espécie”⁸.



O comunitarismo de Canudos era uma alternativa ao latifúndio que dominava o sertão

Através dessa dinâmica demográfica e social Canudos de simples fazenda que fora constituía agora um povoado. Havia crescido graças à invasão de terras vizinhas abandonadas. Transformara-se em ativo centro de comércio. Os comerciantes de Monte Santo, Cumbe, Uauá e outras localidades vizinhas, segundo informações de Honório Vilanova tinham inveja de Canudos, porque os comerciantes do arraial não pagavam impostos e prosperavam. Abelardo Montenegro afirma que “(...) havia gado para o açougue. Os paióis continham provisões. As roças estavam plantadas. Enquanto isso a influência do Conselheiro se estendia pelos sertões, aumentando, por isso, o temor dos fazendeiros e das autoridades”⁹. Mas, a carne que estava no açougue era decorrência de uma atividade pecuária intensa e racionalização da sua distribuição. Além da carne para a alimentação dos seus habitantes, criou-se uma indústria de couro que dava para ser largamente exportada. Os curtumes localizavam-se às margens do rio Vaza-Barris, ao lado das roças de legumes, cana-de-açúcar, batata, feijão, mandioca, melancia que eram cultivadas nas terras que os sertanejos recebiam de Antônio Vilanova quando chegavam ao arraial. Havia também atividade metalúrgica fabricando-se no arraial machados, facas, foices para serem usadas nas atividades agrícolas e possivelmente militares. Fabricavam também a pólvora com o salitre local, o enxofre próximo do São Francisco e relativamente próximo a Canudos e a galena argentífera do Assuruá.

Desenvolvia-se assim uma economia comunitária e alternativa que era bem superior nas suas relações sociais e distribuição da produção àquela latifundiária, baseada na exploração camponesa do resto da região. Daí o temor e o ódio dos fazendeiros ao crescimento dessa economia e ao nome do seu líder Antônio Conselheiro.



Para garantir a integridade territorial do arraial e manter a organização interna em Canudos, foram criados mecanismos administrativos e militares. Antes das invasões das tropas republicanas, a sua mais importante organização militar era incontestavelmente a Guarda Católica, comandada por João Abade, composto de cerca de seiscentos homens. Era um grupo remunerado, mantido pelo próprio Conselheiro com recursos angariados entre os fiéis. Essa guarda também era conhecida por Companhia do Bom Jesus e foi criada com fins defensivos, pois, segundo o próprio frei Marciano, ao interpelar o conselheiro porque tanta gente armada em Canudos, ele lhe respondeu: “É para a minha defesa que tenho comigo estes homens armados, porque V. revma. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me no lugar chamado Masseté, onde houve mortes de um e do outro lado.” Esses membros da Companhia do Bom Jesus, segundo o mesmo frei Marciano eram perto de “(...) mil homens e se vestiam de camisa, calça e blusa azulão, gorro azul à cabeça, alpercatas aos pés.”

Durante a paz esse efetivo permanecia no arraial. Com a guerra houve necessidade de distribuir esses comandados de João Abade para as missões de vanguarda em Uauá, serra do Cambaio, Cocorobó, Umburanas etc. Piquetes foram colocados em pontos estratégicos e entregues à chefia de jagunços corajosos, alguns com experiência de luta armada, de guerrilhas. Ficaram conhecidos como *comandantes de piquetes*, tendo Euclides da Cunha recolhido alguns dos seus nomes e postos avançados.

Esses piquetes eram compostos de em média vinte homens. Para Cocorobó e caminho de Uauá foram designados os irmãos Mota (ou Mata), sendo que João, caboclo moço, movimentou-se nesses dois pontos e Chiquinho de Maria Antônia parece ter andado também em Canabrava. O negro Estevão, com fama de malvado, segundo José Calasans, tomou conta da estrada do Cambaio, onde se distinguiu anteriormente, por ocasião da expedição Febrônio de Brito o guerrilheiro João Grande, chefe dos caboclos de Rodelas. Gozava a fama de bom jogador de fãção, morreu despedaçado por uma granada¹⁰.



Faded, illegible text, likely a caption or description of the museum building.

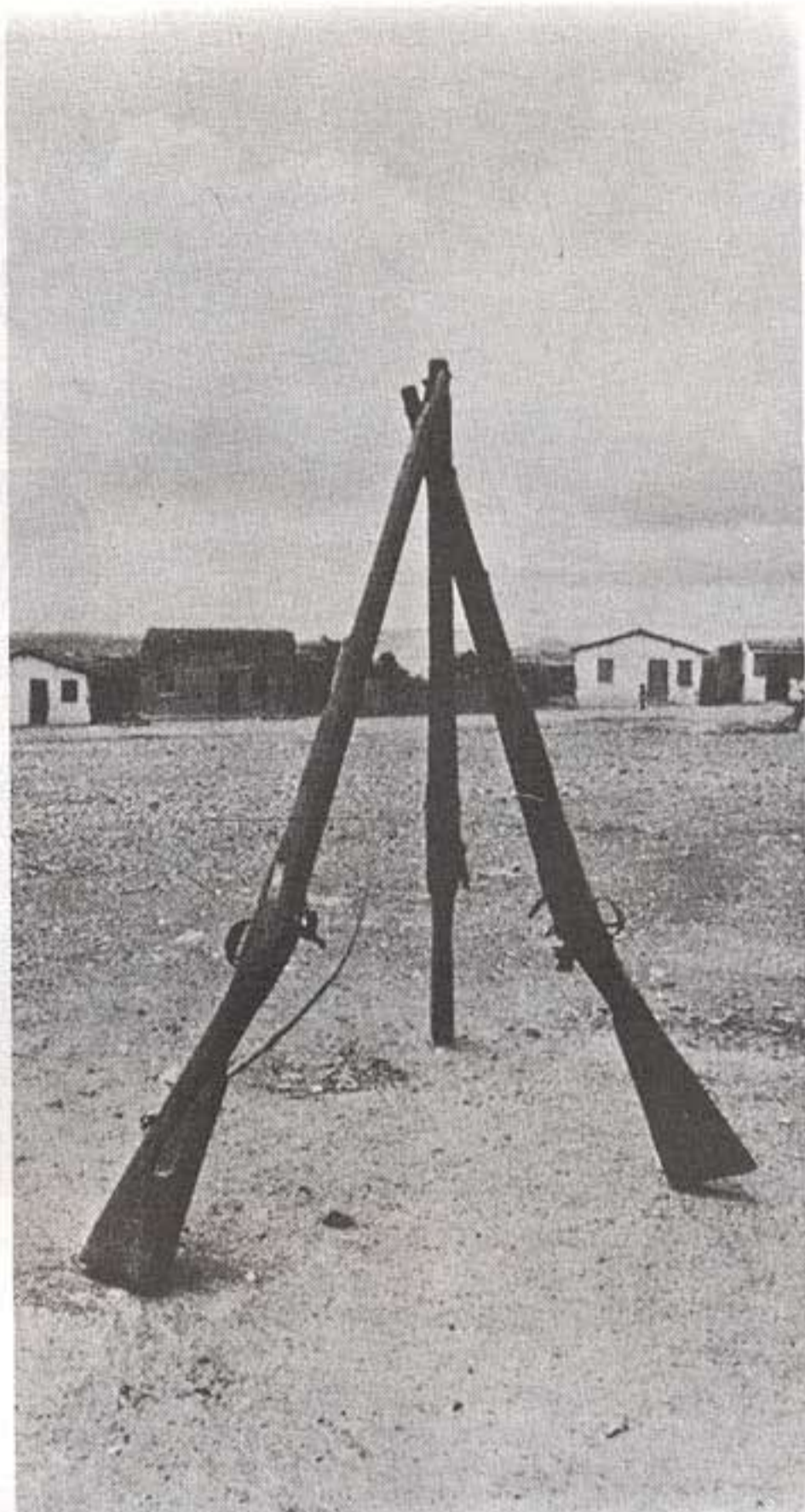


Após a segunda expedição, no entanto, a luta se transformou em guerra de todo o povo, envolvendo, no mesmo nível velhos mulheres e crianças. Canudos transformou-se em uma fortaleza. As mulheres deram exemplo de combatividade e heroísmo exemplares. A maioria preferia morrer a deixar-se aprisionar, e mesmo quando prisioneiras adquiriam uma atitude de altivez tão desafiadora que eram degoladas pelos soldados do Exército. Macedo Soares escreve neste sentido que "(...) as mulheres uivavam de cólera, animando os maridos e irmãos, limpando as armas e preparando-lhes a parca refeição." Como diz o mesmo autor "(...) todos entre eles que podiam empunhar uma arma combatiam. Até os meninos auxiliavam-nos".

**O direito camponês
contra
o direito e
privilégios
da oligarquia**



Guerra nacional: Diante do fracasso da terceira expedição os brios do Exército são desafiados e inicia-se uma verdadeira mobilização, é como se estivessemos em guerra contra uma potência inimiga. Os camponeses de Canudos haviam derrotado tropas comandadas a princípio por um tenente, depois por um major e finalmente por um coronel que era reputado como representativo da elite do Exército Nacional. Com a derrota de Moreira Cesar houve uma síndrome do medo que se exteriorizou no discurso restaurador: Canudos nada mais era do que um foco de monarquistas que desejavam fazer voltar ao antigo regime. Com estas palavras todas as restrições à guerra de Canudos foram neutralizadas e a opinião pública se uniu diante de um objetivo inadiável: liquidar-se a sua população e o seu líder de forma que o exemplo servisse para todos aqueles que desejassem desestabilizar a República. Um verdadeiro delírio de patriotice tomou conta das classes dominantes, classe média, intelectualidade, políticos, militares e oportunistas de toda laia. O objetivo nacional era destruir o reduto de Antônio Conselheiro. Um monarquista, Gentil de Castro, foi assassinado no Rio de Janeiro, jornais monarquistas foram empastelados, vivia-se o dia do resgate da honra nacional. A pátria estava em perigo! "As nossas armas estão cobertas de crepe" dizia o ministro da Guerra e o jornal *O País* noticiava diariamente os acontecimentos sob um título denunciador: "A Catástrofe". E de fato, a expedição Moreira Cesar fora exatamente isso. Os guerrilheiros de Canudos não apenas derrotaram os soldados da poderosa expedição, mas também mataram o seu comandante e os melhores oficiais que a compunham, inclusive o coronel Tamarindo que o substituiu. Como diz Rui Facó com propriedade "(...) o aniquilamento completo da força militar tão numerosa para a época e para



as circunstâncias, a perda de todas as armas e munições, agora em poder dos camponeses sublevados, criou uma situação de pânico entre as classes dominantes do Brasil inteiro".

A luta final inicia-se com os conselheiros já muito mais experientes e, acima disto, muito mais bem armados em face da apreensão das armas e munições das outras expedições. Aprenderam nas outras expedições também a conviver com a violência. Defendiam as suas casas, as suas famílias e terras contra um assaltante que justificava a sua violência apenas na posse do poder, na defesa dos privilégios das oligarquias e no ódio a tudo aquilo que significasse legitimação do direito dos camponeses. É isto que explica as grandes baixas nas fileiras do Exército. Basta dizer que a 4ª expedição, ao chegar à Favela tinha perdido 1.200 homens num total de 4.300. No combate de 18 de julho, que as armas legais consideraram uma vitória, dos 3.500 soldados e oficiais lançados ao ataque, mais de mil foram postos fora de combate e o número de oficiais mortos e feridos deixava muitas unidades sem comando. Nesse mesmo dia batalhões de 400 soldados e oficiais ficaram

reduzidos a 300, 250 e até à metade. Um batalhão teve seis oficiais mortos e quatro feridos. A ala da cavalaria foi desbaratada e nesse mesmo dia ficaram fora de combate 67 oficiais sendo 27 mortos.

Nesta altura da guerra a violência do oprimido contrapôs-se à violência do opressor e os camponeses passaram a não fazer mais prisioneiros, mesmo porque não havia mais condições para alimentá-los, executava-os.

E não podia ser de outra forma. Os canudenses lutavam com tropas infinitamente superiores. A primeira expedição compunha-se de 100 soldados, a segunda de 600, a terceira de 1.200 e a quarta de cerca de 10 mil. Ao todo os homens de Antônio Conselheiro lutaram com cerca de doze mil soldados. Venceram as três primeiras e só foram derrotados pela última depois de uma série de combates heróicos, depois de infringir pesadas baixas ao inimigo.

**Palmares, cabanagem
e Canudos
indicam o caminho
da luta pela
liberdade no Brasil**



Os grandes proprietários de terras saíram vitoriosos. E com eles os *liberais* republicanos que deram o golpe de 15 de novembro e conservaram a mesma estrutura de poder e pólos de dominação da sociedade escravista. O liberalismo republicano, num pacto com as oligarquias latifundiárias destruíram até o último homem os habitantes de Canudos. Os políticos liberais exultaram com o feito. Apenas algumas vozes isoladas de estudantes se fizeram ouvir denunciando o genocídio. Para eles, o fundamental era a preservação da ordem latifundiária. Rui Barbosa redigiu um discurso que faria no senado denunciando a selvageria do Exército. Dizia o rascunho de seu texto: "Canudos arrasou-se; mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis. Mas não tocastes na miséria que a produziu. A miséria é a ignorância, o estado rudimentário, o abandono moral dessas populações, sem escolas, sem cultura cristã, sem vias férreas, sem comércio com o mundo civilizado. Os jagunços são as vítimas da situação embrionária de uma sociedade enquistada ainda na rusticidade colonial. A lição não está na exibição atroz de uma cabeça cortada ao corpo exumado de um núcleo de homens decididos a se matarem pela visão de um falso direito, espetáculo oriental, que os nossos sentimentos repelem e que nem o pretexto da curiosidade científica absolve(...) Supunha-se que esta nação só se compusesse da população híbrida, invertebrada e mole das cidades; mas o deserto revoltado nos fez sentir na medula do leão a substância de que se fazem os povos viris. Mais ainda outra coisa se viu: para debelar um arraial, defendido pelo frenesi de um núcleo de homens decididos a se

matarem pela visão de um falso direito, foi mister um exército. Calculem agora quantos exércitos não seriam necessários semear neste país, para lhe impor o cativo, imaginem se há reações militares, que não desapareçam ao sopro do direito popular, quando a nação levantada tiver consciência, a vontade e a coragem de sua soberania" ¹¹.

Estas palavras de Rui Barbosa, que eram para ser ditas no Senado, ficaram no fundo da gaveta do sagaz político baiano.

O significado de Canudos: A guerra civil de Canudos e a violência brutal da elite governamental e do seu segmento militar veio por a nú o conteúdo da nova ordem republicana que se instaurara no país. Aos gritos do liberalismo mais exacerbado, os políticos republicanos fizeram um pacto com a antiga classe senhorial conservando-lhe o poder e os instrumentos de dominação. A estrutura agrária, ainda uma herança sesmarial da Colônia, mostrou como ainda funcionava com os seus mecanismos de repressão intactos. Nossa história tem três momentos, que simbolizam os momentos de ruptura com o sistema de dominação e conseguiu abalar a sua estrutura: Palmares, no Brasil Colônia; a Cabanagem, no Brasil Império e Canudos na República. Esses três momentos, nos quais os escravos e a plebe rebelde passaram a ser agentes dinâmicos da História, mostram como somente através desse radicalismo o Brasil poderá reformular os pólos de poder e de opressão e articular um novo ordenamento social no qual os oprimidos possam fazer a história.

CLÓVIS MOURA é sociólogo, escritor e professor examinador de pós-graduação da Universidade de São Paulo.

Fotos de Antonio Olavo extraídas do livro "Memórias Fotográficas de Canudos". Atualmente realiza documentário intitulado: "Paixão e guerra no sertão de Canudos".

NOTAS

- (1) Sobre a explicação patológica do movimento ver: RODRIGUES, Nina: *As coletividades anormais*, capítulo sobre *A loucura epidêmica de Canudos*, Ed. Civilização Brasileira, SP, 1939, págs. 50, sgts.
- (2) MARX, K. *Miséria da Filosofia*, Ed. Flama, SP, 1946, pags. 156/57.
- (3) ENGELS, F. *As Guerras Camponesas na Alemanha*, Ed. Vitória, RJ, 1946, pag. 38
- (4) MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e Cangaceiros*, Ed. Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1973. págs. 107, segts.
- (5) Idem, Op. Cit.
- (6) VILLA, Marco Antônio. *Canudos – o campo em chamas*, Ed. Brasiliense, SP, 1992, 32.(7) Op. Cit.
- (8) Op. Cit.
- (9) MONTENEGRO, Abelardo F. Op. Cit.
- (10) CALASANS, José. *Quase biografias de jagunços*, Publicação da Universidade da Bahia, Salvador, 1986.
- (11) BARBOSA, Rui. *Obras Completas*, vol. XIV, tomo I. Rio de Janeiro, 1952, págs. 299/304.

Cartismo: a estréia política da classe operária

LORETA VALADARES

O movimento dos operários ingleses, que foi dos anos 30 aos anos 50 do século passado, teve erros e acertos, e deixou aos operários a lição de que não dá para confiar na burguesia.

Que relação pode ter o movimento cartista dos operários ingleses, nos primórdios do século passado, com a classe operária de um mundo às vésperas do terceiro milênio?

A experiência acumulada pela classe operária, em sua trajetória histórica e em seu movimento classista, não oferece apenas rico material historiográfico de análise política, mas, sobretudo, integra a ciência política como categoria teórica sob a ótica do materialismo histórico. É neste sentido que se pode afirmar uma concepção de estratégia revolucionária da classe operária que não depende tão somente da análise de fatores históricos e conjunturais, objetivos e subjetivos – embora essenciais – para a sua elaboração. Enquanto concepção, a estratégia da classe operária precisa ser entendida em seu status teórico, e não como mera descrição, embora viva e repleta de ensinamentos, das lutas operárias e suas formulações programáticas. É por isso que se pode perfeitamente analisar e estabelecer, do ponto de vista da teoria, o que há de comum entre uma classe lutando para se afirmar enquanto tal, no início do século XIX, com a classe operária do quase ano 2000, após a revolução tecnológica, o sofisticado processo de automação e informatização em um mundo onde é imposta uma nova *ordem* internacional, após a derrota da 1ª experiência socialista mundial, conquistada, dirigida e construída por esta mesma classe. A base comum é justamente a relação entre movimento operário e teoria, cujo elo de ligação é a concepção de estratégia.

Não é casual que sob o verbete “movimentos operários”, assinado por Stephen Yeo (SY), no *Dicionário do Pensamento Marxista* (organizado por Tom Bottomore) recorra-se a uma proposição cientí-

fica de Marx em *O Capital*, para demonstrar que “(...) uma das descobertas-chaves do materialismo histórico (...) é que o movimento da classe operária é parte das leis de movimento do capitalismo.”¹ Marx diz: “Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, os quais usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a extensão da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, sempre numerosa, educada, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista.”²

Embora no início de sua luta por uma intervenção política independente na sociedade, a classe operária apresentasse características muito distintas do proletariado de hoje e enfrentasse a contradição capital x trabalho em um cenário histórico infinitamente distante do estágio atual do desenvolvimento capitalista/imperialista e das profundas transformações ocorridas no mundo, mesmo assim é possível encontrar nexos que se interligam, flexíveis e móveis, incorporando o próprio processo de elaboração e avanço da teoria. Nessa medida é que os movimentos das classes sociais não só modificam a história, como também interferem na dialética da evolução da ciência social, dando-lhe significado histórico e articulando seu desenvolvimento futuro.

É exatamente por isso que a análise política do movimento cartista revela elementos constitutivos da própria estratégia do proletariado e representou, para Marx e Engels, que viveram na Inglaterra durante quase todo o período do cartismo (mantendo amizade com líderes e colaborando em jornais cartistas), fonte permanente de elaboração da teoria do socialismo



Ernest Jones, líder do cartismo

científico. Como, pois, trazer para a realidade do movimento operário de nossos dias e deslindar os nexos daqueles que, segundo Lênin, viria a ser “(...) o primeiro movimento revolucionário proletário, amplo, verdadeiramente de massas e politicamente organizado?”³

Aliados, burgueses e operários lutam, no começo do século XIX, pela reforma política



A definição leninista do cartismo, por simples que possa parecer, traz condensada toda a complexidade do que foi o movimento. Porque o “(...) cartismo não foi um movimento simples, mas pelo contrário, extremamente complexo”⁴, dizem Morton e Tate em sua análise da epopéia da classe operária inglesa. Esta visão é compartilhada por Thompson quando avalia que no movimento cartista “(...) concretizou-se a fusão de um radicalismo político sofisticado com um revolucionarismo mais primitivo e incitável.”⁵ Amplo e radical, primitivo e racional, nacional e democrático, unitário e plural, político e social, o cartismo, em meio às suas vicissitudes, conseguiu, de convulsão em convulsão, acender o coração da classe operária inglesa e sobreviveu por mais de uma década (de meados de 1830 até o começo dos anos 50 do século XIX), expressão e resultado de sua complexidade, nas condições das rápidas e intensas mudanças que se processavam na Inglaterra. Estas características do cartismo estão na raiz da compreensão de suas vitórias parciais e de sua derrota estratégica e se situam

no tempo histórico em que o movimento ocorreu.

Todas as contradições da formação econômico-social capitalista afluíram, então, fruto da agudização da relação capital/trabalho, em modo de produção que “(...) em certo nível de desenvolvimento produz os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento agitam-se forças e paixões no seio da sociedade, que se sentem manietadas por ele. Tem de ser destituído e é destruído”, prevê Marx, em sua brilhante análise que anuncia a *hora final do capitalismo* e a revolução socialista como resultado da tendência histórica da acumulação capitalista.⁶

O cenário político era a Inglaterra da Revolução Industrial, onde os salários de fome, a miséria, o pauperismo das classes trabalhadoras, as condições insalubres de trabalho, a degradação da moradia, a desumana jornada prolongada de trabalho (de 14 a 16 horas), situação tão vividamente descrita por Engels em *A Condição da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, se mantinham, manietados pelos grilhões da mais completa ausência de direitos políticos e de liberdade, que atingia também os setores médios radicalizados e a fração progressista da burguesia; excluídos totalmente de um Parlamento dominado pelos proprietários fundiários e pela fração privilegiada da burguesia. Surge uma situação em que a luta por uma reforma política interessa a vastos setores sociais, redundando na grande mobilização pela aprovação da *Reform Bill*.⁷

Os protagonistas/antagonistas eram a burguesia e o proletariado, em meio a uma miríade de conflitos e alianças que prenunciavam uma nova era de relações entre as classes, em que se entrelaçavam a luta política e a luta social, colocando a nú a necessidade imperiosa

da ação política independente da classe operária que passa a relacionar a exploração a que era submetida com o Estado dos exploradores, percebendo que as reformas políticas que favoreciam à burguesia não satisfaziam a massa proletária.

A propósito de uma resposta ao jornal alemão *Kolnische Zeitung*⁸ que afirmava o caráter passivo e a “ausência de ódio de classe”, do proletariado inglês em relação “(...) ao burguês que na Inglaterra não goza, de privilégio algum”, Engels, na sua fala ferina, assim contrapunha: “Na verdade, é assombroso! Na Inglaterra existe o proletariado mais numeroso, mais concentrado, mais clássico, cujas fileiras são assoladas cada cinco ou seis anos pela calamidade mais mortífera das crises econômicas, e também pela fome e o tifo (...) Na Inglaterra, a miséria e o pauperismo são proclamados abertamente como fator necessário do sistema industrial moderno e da riqueza nacional, e, apesar de tudo isso, onde se pode encontrar um vestígio de ódio à burguesia? (...) Em nenhum país do mundo, com a aparição do proletariado massivo, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia alcançou tal grau de desenvolvimento como na Inglaterra (...) Toda a guerra dos operários contra os fabricantes (...) se foi desenvolvendo até converter-se na mais consciente luta de classes que acaba de ver a luz; toda esta luta de classe dos cartistas, do partido organizado do proletariado contra o poder estatal da burguesia, (...) esta guerra civil social, é, com certeza para *Kolnische Zeitung* uma mera demonstração de amor que sente o proletariado inglês pela burguesia dominante.”⁹

O espírito era temerário, o clima turbulento. Nestas condições desenvolve-se o movimento cartista, expressão da radicalização da classe operária e de seu rompimento com a fração progressista da burguesia, quando, pela primeira vez, os operários dirigem uma luta política.

**A burguesia, ao obter
os direitos
políticos, trai os
operários,
que nada conseguiram**



Pode-se considerar a mobilização pela *Reform Bill* o prelúdio do cartismo. Aqui, os operários ingleses, aliados à burguesia liberal, lutam por uma reforma político-eleitoral, conseguindo “arrancar da oligarquia do antigo Parlamento a Lei da Reforma”¹⁰ (*Reform Bill*) em 1832, após ter sido encaminhada três vezes pela Câmara dos Comuns à Câmara dos Lords e rejeitada por esta duas vezes, em meio à poderosa pressão de massas. A Lei da Reforma modifica um sistema eleitoral caduco, que alijava da representação parlamentar os novos e populosos distritos industriais como Manchester, Leeds, Birmingham, enquanto circunscrições decadentes como Old-Sarum,

onde só haviam cinco casas e doze habitantes, os grandes proprietários mandavam dois representantes ao Parlamento. A Lei da Reforma corrige esta distorção, suprimindo a maioria das circunscrições em decadência e dando direito aos grandes centros industriais de eleger deputados, além de alargar o sufrágio às classes médias e aos locatários e arrendatários dos condados. A Reforma eleitoral favorece à burguesia que passa a poder mandar seus representantes ao Parlamento e aos setores médios que ampliam seu direito de voto. Mas a Reforma não deu nada aos trabalhadores, que continuaram sem o direito de voto como até então. Muito menos podiam enviar representantes ao Parlamento.

Os operários que tiveram papel decisivo na aprovação da *Reform Bill*, chegando a realizar barricadas de rua e a promover revoltas, embora não tivessem conseguido nada para si, aprenderam na escola da luta de classes, o significado da aliança com a burguesia liberal e de sua direção, e que um novo projeto político se fazia necessário, desta vez sob a direção da própria classe operária e voltado contra o Parlamento burguês. Começa a ação política independente de classe operária, em uma luta tenaz, ampla e radical por uma democracia política e contra o poder estatal da burguesia.

Após a *Reform Bill*, o Parlamento eleito reforça o poder do Estado contra os trabalhadores, reprimindo o movimento sindical e promulgando em 1834 a *Poor Law* (Lei sobre os Pobres). Por esta lei, os trabalhadores desempregados eram confinados em *casas de trabalho*, apelidadas pelo povo de Bastilhas, onde as condições de vida eram subumanas. “Aí a alimentação é pior que a dos operários mais miseravelmente pagos, enquanto que, o trabalho ainda é mais penoso. Porque senão esses operários prefeririam a estadia na casa dos pobres à miserável existência que têm fora dela.”¹¹ A luta contra a aplicação da *Poor Law* assumiu caráter de revoltas e combates de ruas, revelando todo o ódio que os trabalhadores tinham contra a Lei dos Pobres e as degradantes Bastilhas. Também, com a promulgação da lei, a burguesia expressa sua política para com a classe operária: “Nunca antes se tinha afirmado tão clara e absolutamente que os proletários só servem para ser explorados pelos possuidores e para morrerem de fome quando estes já não os podem utilizar. Mas também foi por isso que esta nova Lei sobre os Pobres tanto contribuiu para acelerar o movimento sindical e, principalmente, propagar o cartismo.”¹²

Movimento sindical, luta contra a *Poor Law*, crise econômica de 1836 – estão dadas as condições sócio-políticas para o surgimento do cartismo, após a traição da burguesia no episódio da Lei da Reforma. “Tornava-se cada vez mais evidente que a situação exigia uma nova forma de movimento que reunisse todas as reivindicações isoladas, mas relacionadas – a favor da Reforma Parlamentar, contra a Lei sobre os Pobres, pela liberdade de imprensa, pelo dia de 10 horas, pelos

direitos sindicais, — numa grande organização nacional, dispondo de um programa em que todos estivessem de acordo. Esta necessidade, aliada à tomada de consciência de que a luta isolada punha os operários face a face com o Estado controlado pelos seus inimigos, deu origem ao cartismo.”¹³

Em 1836, o novo movimento pela reforma eleitoral toma impulso com a fundação da *London Working Men's Association* (Associação dos Operários de Londres) por William Lovett, um operário autodidata, e seus amigos, Hetherington e Watson, que percorreram o país e em 1837 já haviam fundado mais de cem Associações nas principais cidades.

O terreno está propício a uma grande agitação. Imediatamente refloresce uma imprensa de esquerda, surgindo novos jornais radicais, dos quais se destaca o *The Northern Star* (A Estrela do Norte), fundado por Feargus O'Connor, em 1837, também outra grande figura do cartismo. O *The Northern Star* veio a ser durante certo tempo o órgão central do cartismo, ocupando o papel que no movimento pela *Reform Bill* havia desempenhado o *The Poor Man's Guardian* (O Guardiã do Homem Pobre), de Hetherington e O'Brien, quando alertava os operários sobre os interesses irreconciliáveis entre proletariado e burguesia.¹⁴

Em 28 de fevereiro de 1837, foi realizada, na *Crown and Anchor Tavern*, na região do Strand, uma grande reunião de operários que elaborou uma petição com seis pontos que viriam a constituir a Carta, unificando e dando nome ao movimento cartista. Os seis pontos eram os seguintes: sufrágio universal; parlamentos anuais; voto secreto; igualdade dos distritos eleitorais; pagamento aos membros do Parlamento; supressão do censo de bens para fins de elegibilidade.

Com o movimento pela Carta, a classe operária passou a ter uma união sem precedentes



Já no local da própria reunião a petição recebeu 3 mil assinaturas. Em seguida, Lovett preparou um projeto com estes seis pontos e apresentou-o a um grupo de parlamentares radicais burgueses, que apesar da frieza inicial, concordaram em encaminhá-lo ao Parlamento. A Carta passou a existir, também, em sua forma legal. Estava dada a partida para o primeiro maior movimento de massas, operário, essencialmente político e de caráter revolucionário.

O processo de unificação e mobilização é rápido. De logo, a classe média radical da cidade, industrial de Birmingham, (de quem os operários não se tinham desvinculado totalmente devido à produção em pequena escala e por empreitada), através da União Política de Birmingham, adere à Carta. De Londres a

Birmingham, e, através de enormes manifestações de massas, a Lancashire Yorkshire e Glasgow (esta última com 150 mil pessoas), a Carta vai recebendo adesões, tornando-se um movimento nacional e unificador dos interesses populares. Passou a representar uma mudança na forma de vida e conseguiu convergir interesses de diversos setores e grupos. A classe operária passa a ter uma unidade nunca antes atingida. A Carta unificava as aspirações democráticas e de educação dos artesãos, respondia aos interesses dos operários de fábricas em sua luta por salários dignos, direitos sindicais e jornada de 10 horas, incorporava os tecelões manuais em sua luta por existência e elevava, em nível político e nacional, a luta contra a Lei dos Pobres.¹⁵

Em que pese a Carta do Povo garantir a unidade e a direção política do movimento, é preciso considerar no cartismo suas vertentes e correntes políticas, oriundas de sua própria composição social e que estão na raiz de suas três fases distintas, seus alcances e suas derrotas. As vertentes do cartismo são, em primeiro lugar, o movimento sindical e sua luta por salários dignos e diminuição da jornada de trabalho. Mas, embora os operários dos sindicatos aderissem individualmente, em massa, ao cartismo, os sindicatos, como entidades, não participavam, considerando que a luta política nada tinha a ver com a luta sindical. Em segundo lugar, o radicalismo político das classes médias, que muda de qualidade a partir de 1832 (Lei da Reforma), quando os operários se recusam a serem dirigidos pelos radicais e entram na disputa para dirigir o movimento. Mas os radicais burgueses, mesmo não sendo força dominante, participam do cartismo e suas idéias influem no movimento, o que virá explicar as distintas correntes, os episódios, e as derrotas, especialmente do primeiro cartismo (1836 a 1839).

A terceira vertente, a das idéias socialistas, explica o poder de fôlego do cartismo, a sua capacidade de mobilizar milhões de oprimidos com bandeiras políticas, o seu incrível potencial de reorganização, apesar das derrotas. O movimento cartista nunca foi socialista, nem muito menos adotou um programa socialista. O socialismo utópico owenista sempre trabalhou a idéia de que a reforma social independe da ação política e da conquista do poder. Como se encontraram então? Alguns dissidentes owenistas, desgostosos com a inoperância política do projeto de Owen para uma nova sociedade tiveram participação ativa no movimento cartista, fazendo parte de sua direção. O mais proeminente foi Bramberre O'Brien, que já em 1835 escrevia no *The Poor Man's Guardian*: "(...) até agora, todos os governos do mundo não têm sido senão conspirações dos ricos contra os pobres, ou seja, dos poderosos e dos astutos para roubar e manter sob a sua sujeição os fracos e ignorantes. O atual governo inglês é deste tipo."¹⁶ E criticava a idéia de Owen de que se podia passar diretamente da corrompida sociedade

burguesa para um paraíso socialista, sem reconhecer os direitos do homem e estabelecer um poder para libertar o povo da escravidão.¹⁷

Sobre a relação cartismo/socialismo, Engels dizia que os socialistas, embora mais evoluídos teriam que “(...) recuar algum tempo e colocar-se no ponto de vista cartista” para surgir “(...) um socialismo autenticamente proletário, que terá passado pelo cartismo, depurado dos elementos burgueses”. E os cartistas, embora “(...) mais atrasados (...) são autêntica e fisicamente os representantes válidos do proletariado.”¹⁸ Esta fusão nunca se dará completamente, embora o terceiro cartismo (1847 – 1848) tivesse recebido a adesão de Ernest Jones e George Harney, que se correspondiam com Marx e Engels e mais se aproximaram de suas idéias, compreendendo a idéia de colocar o movimento cartista sob a ótica de classe. De uma forma ou de outra, a difusão de idéias socialistas no movimento cartista contribuiu para o entendimento de que os Seis Pontos representavam um programa político inicial para conquistar transformações sociais a partir do poder do Estado.

**A ala da força moral era
pela luta
pacífica. A ala da força
física usava
métodos revolucionários**



Estas três vertentes expressam de forma concentrada a própria composição social, ampla, do movimento: os radicais das classes médias, agrupados em torno da União Política de Birmingham, o núcleo de operários representados pela *London Working Men's Association*, sob a direção de Lovett; a enorme massa de operários manuais pobres, que representou uma força viva do movimento, embora sem uma consciência de classe mais desenvolvida – esta massa, de que faziam parte milhares de imigrantes irlandeses, era dirigida por O'Connor, o maior chefe cartista, radical e adepto da insurreição armada, que, no entanto, sonhava em fazer voltar os operários à terra, transformando-os em pequenos proprietários; por último, a massa de operários de fábricas, mais organizados e avançados, mas que, segundo Morton e Tate, não produziram grandes líderes.

Com tal composição social, ao mesmo tempo tão ampla e tão radical, não poderiam deixar de aparecer divergências quanto aos métodos e táticas de luta. A combinação da amplitude das bandeiras com a radicalização dos métodos tornou-se questão chave da tática cartista. A capacidade de esgrimir bem esta tática, aliada a outros fatores, poderia ter sido decisiva para a vitória do movimento.

Duas correntes se formaram: os partidários da *força moral*, dirigidos por Lovett, cuja proposta era conquistar a Carta por meios pacíficos e legais (petições ao Parlamento), ainda que se fizesse um trabalho

de agitação e propaganda entre as massas; e os partidários da *força física*, dirigidos por O'Connor, que admitiam até o recurso da insurreição armada, passando por greves e poderosas marchas e demonstrações de massas.

Houve três auge do cartismo, antes de começar o seu declínio. O primeiro cartismo se forja a partir de 1835, passando pela fundação da *London Working Men's Association* em 1836 e pela elaboração da Carta em 1837, atingindo, realmente o seu ponto culminante em 1838, quando milhares de manifestantes reunidos em concentrações de até 250 mil pessoas acolhiam a Carta. Em 1838, os cartistas realizaram um Congresso para eleger uma Comissão Executiva e unificar todo o movimento. Dali saíria também aquela que ficou conhecida como Primeira Petição, para ser encaminhada ao Parlamento. O Congresso se inicia em fevereiro, em um hotel em Londres, e em meio a um clima de grande tensão. Nas ruas, os trabalhadores falavam em pegar em armas e se preparavam para tal, caso o Parlamento não aprovasse a petição. Falava-se, também, em greve geral e levante armado. No Congresso, as correntes da *força moral* e da *força física* não conseguiam chegar a um acordo. As fileiras do cartismo ficaram divididas, enquanto o governo enviava tropas contra os trabalhadores e ameaçava dissolver o Congresso cartista em Londres, que, em maio, resolve transferir-se para Birmingham, onde o movimento era mais forte. A 7 de maio a petição é apresentada com 1.250 mil assinaturas e o Congresso cartista fica adiado até julho para, então, após outras manifestações, enviar a petição ao Parlamento. As manifestações são dissolvidas com violência pela polícia. Quando o Congresso se reúne lança uma nota de protesto atacando o governo, que responde com a prisão de Lovett. A petição é rejeitada pelo Parlamento, enquanto uma violenta repressão era desencadeada pela polícia contra os operários de Birmingham. A discussão sobre o uso das armas aumenta. Há preparativos concretos das massas para um levante armado. O Congresso cartista, reunido, ainda decide decretar uma greve geral, mas fruto de sua divisão interna, vacila em levá-la à prática, anulando a decisão. Mas grandes massas mineiras respondem à greve. A vacilação da direção do movimento e do Congresso cartista fortalece o ímpeto repressor do governo, que realiza prisões em massa, inclusive de cerca de 450 dirigentes cartistas. Sem chefes, o Congresso se dissolve e o movimento cartista passa para a clandestinidade. Sua principal atividade, durante um longo tempo, foi a luta pela libertação dos presos, entre os quais estavam O'Connor, Lovett, O'Brien e Benbow.

Parecia que o cartismo havia sido aniquilado. Mas, em 1840, com muitos líderes ainda presos, o movimento começa a tomar consciência de que lhe faltava uma estrutura mais sólida e uma direção mais unificada. Além disso, os grupos mais vacilantes, a União Polí-

tica de Birmingham (radicais burgueses) e Lovett, após sua prisão, retiraram-se do movimento. Com Lovett seguiram os dirigentes da *London Working Men's Association*, e esta praticamente desapareceu. O cartismo começa a se reorganizar em base a uma visão classista que busca também maior contato com o movimento sindical. O primeiro passo é a decisão de fundar um partido operário, unificando todos os círculos cartistas dispersos pelo país. Em meados de 1840, realiza-se uma Conferência cartista na cidade de Manchester e é fundada a *National Charter Association* (Associação Nacional da Carta), que vem a ser o Partido Cartista, tendo, ao final de 1841, 50 mil membros. Para ingressar no partido, bastava assinar uma declaração aceitando os princípios da Carta, pagar uma contribuição mensal e participar de uma organização de base, de acordo com o local de moradia.

Com a crise econômica de 1847, as ações de massas crescem. Os cartistas se aproximam de Karl Marx



Começa a grande mobilização pela segunda petição, na segunda metade de 1841, com O'Connor, que havia saído da prisão, à frente, com sua eloquência e qualidade de agitador nato. Mas sua visão camponesa não lhe permitiu dar uma condução classista ao movimento no seu momento decisivo de enfrentamento com o governo, como veremos mais adiante. A segunda petição já assumiu um caráter mais social, incorporando bandeiras econômicas e reivindicações nitidamente operárias: diminuição da jornada de trabalho, abolição da Lei dos Pobres e fim das casas de trabalho (as Bastilhas); adota, também, um programa agrário, exigindo a destruição do monopólio da terra. Esta petição com 3.315.752 assinaturas, é apresentada ao Parlamento em 2 de maio de 1842, e é novamente rejeitada. Começa uma sequência de greves e os operários reunidos em Manchester declaram greve geral até que a Carta seja promulgada lei, pelo Parlamento. O Comitê Executivo do Partido Cartista, surpreendido com a decretação da greve geral, decide apoiá-la, após uma grande discussão entre os que defendiam a radicalização e os que defendiam apenas o uso de meios legais. Mas o apoio não se concretizou em ações práticas de condução da greve, o que fez a greve fracassar, apesar de os operários de diversas cidades realizarem a greve, com barricadas de rua e enfrentamento com a polícia. De novo, a vacilação da direção do movimento deu força ao governo, que decreta prisões em massa. Mais de 1.300 pessoas são presas. O'Connor, desta vez, escapa de ser preso e foge do país. Começa novo período de descenso do cartismo, mas as massas, insatisfeitas, queriam mais.

O terceiro cartismo surge no bojo da grande crise econômica de 1847. Há também eleições gerais, e O'Connor consegue uma vaga no Parlamento, tornando-se o único cartista eleito. Os ventos da Revolução de 1848 que haviam começado a soprar na França, batem também para o lado da Inglaterra. Neste período também o movimento cartista conta com a colaboração de Ernest Jones e suas idéias socialistas passam a ter certa influência. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo introduz alterações nas relações de trabalho e os operários especializados obtêm certas concessões. Por outro lado, a grande força que representou o contingente de operários manuais começa a desaparecer em função do aumento numérico das fábricas e da especialização. O cartismo, enquanto movimento, já não é tão amplo, passando a representar principalmente os trabalhadores manuais ainda em número significativo, mas sem força política, e os operários não-especializados.

As condições de vitória do movimento já não são boas como em 1842. O'Connor, eleito para o Parlamento, retoma contato com o movimento nacionalista da Irlanda (seu país de origem) e se faz uma aliança. A Grande Fome da Irlanda, a onda de greves que ocorre na cidade industrial de Lancashire e o início da Revolução de 1848 na França (fevereiro), criam um novo clima de agitação, propício à retomada da luta pela Carta. A Associação Nacional da Carta retoma suas atividades, começa a preparar a terceira petição e convoca uma nova Conferência. Velhas táticas, velhos métodos. Era preciso uma nova forma de agitação. Convoca-se então para o dia 10 de abril de 1848 uma enorme manifestação em Londres para exigir a Carta e levar a petição ao Congresso. O governo coloca as tropas de prontidão, convoca voluntários oriundos da burguesia e distribui armas. O'Connor, líder da manifestação e que tinha se empenhado em organizá-la, não se decide a conchamar a insurreição, enfraquecendo a manifestação, que é dissolvida pela polícia. A Petição é, então, levada ao Parlamento por uma delegação, contando com 1.975 mil assinaturas. Três dias após, o Parlamento rejeitava a Petição.¹⁹

Mais uma vez o cartismo é derrotado. Mas ainda não destruído, apesar da repressão violenta que sobre ele se abateu, inclusive com a prisão de muitos líderes como Jones, Harney e outros. Nos anos que se seguiram, a força dos ideais cartistas se manifestou de novo, fazendo-o ressurgir nos anos 50, particularmente após a libertação de Jones em 1850, que já busca uma aproximação entre o movimento e as idéias de Marx e Engels. Em 1851, realiza-se uma Convenção Cartista que adota um novo programa, que, além dos pontos da Carta, propõe outros, mais avançados, como a nacionalização da terra, pleno direito ao trabalho, desenvolvimento do princípio da cooperativa, democratização das forças armadas. Em 1852 Jones funda o novo jornal do movimento *The People's Paper* (O Jornal do

Povo), que dura até 1858, contando com a colaboração de Marx e Engels até 1856, quando estes rompem com Jones por sua associação com a burguesia radical. Mas, em 1852, Engels, em carta a Marx, diz que o cartismo precisava ser organizado em bases inteiramente novas, “por algum sujeito competente”, que seria Jones, que “(...) está na trilha correta e nós podemos dizer que sem nossa doutrina ele nunca alcançaria a trilha correta nem jamais descobriria (...)” Como o ódio de classe instintivo da classe operária contra a burguesia industrial, única base possível para a reorganização do Partido Cartista, poderia (...) servir de fundamento à propaganda esclarecida e, como, por outro lado alguém pode ser progressista e ser capaz de combater o reacionarismo e os preconceitos dos trabalhadores.”²⁰

Apesar do avanço teórico, do aprendizado com os erros, o cartismo não conseguiu voltar a ser o poderoso movimento de massas que foi, nem representar mais toda a classe. Mas, sem dúvida, o cartismo, ao imprimir caráter de classe à luta por direitos políticos e por democracia, entendendo a luta pelos Seis Pontos como um meio de transformação social, deu importante contribuição à formulação da estratégia socialista revolucionária de Marx e Engels.

Não obstante a derrota estratégica do cartismo, não se pode dizer que não obteve vitórias parciais. A Lei das 10 Horas, a Lei sobre as Minas de 1842 e a Lei sobre as Fábricas de 1844 foram conquistas diretas do cartismo, bem como foi na linha de sua tradição de luta que uma nova Lei da Reforma foi promulgada em 1867.

Por que um movimento tão forte, tão enraizado nas massas e de características tão radicais foi derrotado? A explicação não é simples. As condições históricas em que ele se deu colocaram à luz para os operários, em meio à miséria e à degradação provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que a conquista de direitos políticos era essencial para se processarem mudanças sociais necessárias que pusessem fim à exploração. Os operários tomaram consciência também de que eles eram os verdadeiros produtores da riqueza e que, portanto, sua intervenção política independente através da luta contra o poder político burguês, poderia conquistar um Estado democrático que atendesse os interesses dos trabalhadores. Mas embora o cartismo, no dizer de Engels, representasse “(...) a forma condensada de oposição à burguesia”²¹, sua estratégia não era socialista, acreditando que através da conquista dos pontos da Carta obteria a predominância no Parlamento e, com isso, “o poder sobre a lei”, como escreveu O’Brien no *The Poor Man’s Guardian* em 1833.²² Eram idéias vagas a respeito do poder do Estado e não uma estratégia clara visando a tomada deste poder. Isto só viria após o *Manifesto do Partido Comunista* escrito por Marx e Engels em 1848 e tomaria corpo na luta pela organização da primeira Internacional, fundada em 1864.

Por outro lado, o cartismo nunca conseguiu ser um partido fortemente estruturado, capaz de dirigir, com êxito, todos os episódios da luta e todas as forças em jogo. O movimento foi maior que o partido. Ultrapassou sua direção. A incapacidade desta, de se por à frente das massas sublevadas e enfrentar o apelo às armas, a vacilação e a divisão entre a força da lei e a força das armas, a dificuldade em esgrimir a ampliação e a radicalização diante dos momentos adequados, enfim, a influência da burguesia radical, mesmo quando afastada do movimento em si, tudo isso levou à derrota do cartismo. Tivessem surgido outras condições, “(...) se O’Connor tivesse conseguido arrebatado a Irlanda da mesma forma como conquistou o norte da Inglaterra, os movimentos *Cartista* e *Jovem Irlanda* poderiam ter desencadeado uma insurreição conjunta. As reticências da *força moral* dos cartistas, por um lado, (...) do clero, por outro, (...) e o efeito desmoralizador da Grande Fome impediram que isso ocorresse.”²³

O que o movimento traz para a teoria não são os traços peculiares, o perfil ou o comportamento específico da classe operária em um dado momento histórico, em uma situação dada, ainda que objetivamente resultantes do desenvolvimento histórico-social. O que efetivamente se pode extrair do movimento operário como categoria inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo, são as generalizações, os fatos políticos tomados em seu conjunto, em sua dinâmica, de modo a extrair nexos e formular conceitos. A riqueza do detalhe, a poliformia da faceta, a complexidade do episódio, não se perdem, senão que se condensam nos escalões do conhecimento, cuja expressão, no objeto em estudo, é a estratégia do movimento operário que absorve, ao longo de sua história, os pontos nodais de seu desenvolvimento. É só por isso que se pode dizer que “(...) no movimento operário tomam consistência e se exaltam as instâncias de combatividade e todas as organizações, instituições e opções de ação que o proletariado adotou na sua evolução histórica e que ainda adota, não de forma esquemática nem dogmática, mas procurando sempre adequar aos tempos e lugares as múltiplas manifestações organizativas elaboradas.”²⁴

Neste sentido, o movimento cartista do século XIX, passando pela experiência acumulada da luta da classe operária e da elaboração teórica de Marx, Engels e Lênin, tem a ver, sim, com o movimento operário atual. Assim como o salto no desenvolvimento capitalista provocado pela Revolução Industrial trouxe consigo a explosão da classe operária na tomada de consciência de sua intervenção na história através de uma ação política independente, também hoje, a chamada Revolução Tecnológica, longe de *absorver* ou amalgamar a classe operária ao capitalismo, está a significar a emergência de uma nova ação política independente, classista e revolucionária, em uma estratégia nitidamente socialista. Aqueles que

defendem que o papel da classe operária na sociedade moderna (pós-moderna?) acabou, que o eixo da luta não é mais capital x trabalho e sim desenvolvimento sócio-econômico x cidadania, através da *humanização* do capitalismo e de mudanças democráticas nos marcos do Estado burguês, não conseguem eludir o fato de que a alta tecnologia e a automação acompanham a concentração cada vez maior do capital, não podendo esconder a contradição básica do capitalismo entre a produção social (coletiva) e a apropriação individual (privada), na era da *nova ordem internacional*. Senão, qual é a nova face produzida pela estratégia capitalista/imperialista, pós-derrota (transitória) do socialismo? Pobreza e miséria pelos quatro cantos do mundo, com milhões de famintos em proporções nunca antes atingidas, guerras de subjugamento dos povos e aniquilação da soberania dos Estados, racismo, nazismo, esfacelamento de países pelo ultranacionalismo e ameaças à democracia.

E embora este seja um quadro de defensiva estratégica, emerge uma situação que coloca a ação política independente da classe operária em um novo patamar. Intervir na grande política é questão chave para a luta da classe operária hoje. A experiência do cartismo indica que a ação política de grandes massas operárias pode ser tão explosiva quanto revolucionária, desde que sensível às aspirações das massas e às convulsões sociais, e expresse, de forma concentrada, a oposição à burguesia e ao seu poder político. A condição de êxito é a estratégia adequada e a direção política firme e decidida do partido de classe do proletariado, fatores adversos no movimento cartista.

Outro ponto nodal da experiência cartista é que a luta pela democracia tem caráter de classe, faz aflorar interesses irreconciliáveis que surgem no curso da própria luta e podem captar um momento revolucionário que não é préfixado, nem previamente estabelecido. A luta democrática não é uma *luta de parceria*, onde a linha demarcatória burguesia/proletariado desaparece, para dar lugar a um *movimento gradual*, dito, *de passagem ao socialismo*. Mas isso não significa que a luta política da classe operária seja isolacionista. A direção política é da classe operária, mas a linha de alianças é essencial para conquistar hegemonia e conduzir o processo numa perspectiva revolucionária. O manejo da ampliação, por um lado, não só das bandeiras, como das bases sociais e das forças políticas e da radicalização, por outro, de modo a pôr-se, sem hesitar, à frente das massas nos episódios de crise social e política, pode ser decisivo para desencadear a revolução.

Por último, o partido de classe do proletariado, o partido comunista, marxista-leninista, fortemente estruturado e com um programa e uma estratégia socialista, enfrentando nitidamente a luta de idéias e a disputa ideológica e conduzindo a luta teórica no sentido de responder às questões chaves da teoria e seu

desenvolvimento, é o nexos essencial capaz de ligar o movimento operário com a luta consciente pelo socialismo.

LORETA VALADARES é Cientista Política e professora aposentada da Universidade Federal da Bahia.

NOTAS

- (1) Yeo, Stephen, in *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore, Jorge Zahar Editor, RJ, 1988, p. 271.
- (2) Citado por Yeo, Stephen, in op. cit. Aqui, utilizou-se a tradução de *O Capital*, de Marx, vol. I, tomo 2, da Editora Abril Cultural, SP, 1984, cap. XXIV, p. 293.
- (3) Lênin. *Collected Works*, volume 29, Progress Publishers, Moscow, 1974, p. 309.
- (4) Morton, A. L. e Tate, George. *O Movimento Operário Britânico*, Seara Nova, Lisboa, 1968, p. 113.
- (5) Thompson, E. P. *A Formação de Classe Operária Inglesa*, vol. II, Paz e Terra, SP, 1987, p. 342.
- (6) Marx. *O Capital*, vol. I, tomo 2, Abril Cultural, SP, 1984, p. 293.
- (7) Reform Bill – projeto-lei que propunha reformas político-eleitorais, aprovado pelo Parlamento inglês em 1832, que favorecia, basicamente, a burguesia radical.
- (8) *Kulnische Zeitung (Gazeta de Colônia)* – diário alemão da burguesia liberal prussiana, inimigo do *Neue Rheinische Zeitung (Nova Gazeta Renana)*, dirigido por Marx.
- (9) Engels. *Kolnische Zeitung e o Regime Inglês*, in Marx, Engels, *Sobre 1ª Revolução de 1848-1849*, Editorial Progresso, Moscú, 1981, p. 80 e 81.
- (10) Engels. *The Condition of the Working Class in England*, Progress Publishers, Moscow, 1973, p. 265.
- (11) idem, p. 323.
- (12) ibidem, p. 328.
- (13) Morton e Tate. op. cit., p. 101.
- (14) O *The Poor Man's Guardian (O Guardiã do Homem Pobre)*, publicado por Hetherington e O'Brien, entre 1830 e 1835, combateu abertamente a lei burguesa que decretava uma taxa sobre todos os jornais com o objetivo de colocá-los fora do alcance dos leitores operários. Era vendido por apenas 1 penny, com o slogan: Publicado a Despeito da Lei para Experimentar a Força do Direito contra o Poder. (fonte: Morton e Tate, op. cit.).
- (15) V. Morton e Tate. op. cit. cap. 2, item 3.
- (16) Citado por Morton e Tate. in op. cit. p. 74.
- (17) O'Brien, in *National Reformer*, 1847, cit. por Morton e Tate, ibidem, p. 76.
- (18) Engels. op. cit., p. 274.
- (19) Todos os fatos históricos, episódios e estatísticas historiográficas tiveram como fontes: Morton e Tate, op. cit.; Efimov, *História Moderna*, Centro do Livro Brasileiro, s/d; Touchard, Jean, *História das Idéias Políticas*, vol. 5, Publicações Europa-América, Lisboa, 1970.
- (20) Marx, Engels. *Selected Correspondence*, Progress Publishers, Moscow, 1965, p. 71.
- (21) Engels. op. cit. p. 264.
- (22) Cit. por Morton e Tate. op. cit. p. 105.
- (23) Thompson. op. cit., p. 343. Refere-se ao sentimento religioso do povo irlandês, à influência do clero e à Grande Fome da Irlanda, em 1847.
- (24) Bravo, Gian Mario, que assina o verbete *Movimento Operário*, in *Dicionário de Política*, vol. 2 organizado por Bobbio, Mateucci e Pasquino Edunb, Brasília, 1992, p. 781.

Lila Ripoll

JOSÉ CARLOS RUY e CLÓVIS MOURA

*A poesia de Lila Ripoll foi um depoimento das
contradições de seu tempo.
A Chacina da Lapa inviabilizou artigo em sua
homenagem. PRINCÍPIOS
resgata estes documentos como homenagem a Lila.*

•32•

"O mal não está em falar da tristeza ou da angústia. O mal é não encontrar saída para a desesperação" – estas palavras, da poetisa Lila Ripoll, são imensamente atuais, hoje, quando tanta gente confunde a expressão artística com o descrédito na busca de soluções para os problemas humanos com que nos debatemos.

Gaúcha de Quaraí, onde nasceu em 1916, Lila Ripoll foi uma escritora reconhecida pelos seus pares. Ela estreou em 1938, com o livro *De Mãos Postas*. Em 1941, foi premiada pela Academia Brasileira de Letras pelo livro *Céu Vazio*. Escreveu também *Por quê?*, *Novos Poemas* (Prêmio Pablo Neruda), *1º de Maio*, *Poemas e Canções* e *O Coração Descoberto*. Além de poetisa, foi professora e pianista.

Sem a retórica fácil daqueles que, enfeitando com bandeirolas vermelhas seus escritos, pensam cantar a revolução, a poesia de Lila Ripoll foi um depoimento veemente – e despreendido, como disse o crítico Walmir Ayala – das contradições de seu tempo. "O poeta é, antes de tudo, um homem", disse ela certa ocasião, comentando a aparente oposição entre poesia lírica e poesia política. "Não a separo da vida, nem da responsabilidade que assume, como homem, perante a sociedade", concluía ela, definindo um verdadeiro programa para a poesia: exprimir a "vida em geral", com sua riqueza multifacética. Um programa que rejeita o panfleto, mas também recusa essa bobagem que é a busca do belo pelo belo, objetivo daqueles que vêm na arte apenas a diversão, o decorativo, incapazes de compreendê-la como expressão essencial e insubstituível da vida do homem, uma forma de

conhecimento que se refere a aspectos da realidade que escapam à sistematização científica, sem porém deixar de impressionar a sensibilidade humana. "Ali está a vida/ Aqui o sonho", escreveu no poema *Contradição*, dando uma dica dessa rica e contraditória forma de conhecimento que é a poesia, da qual ela foi uma mestra consumada.

Depois de 1964, Lila Ripoll foi importunada pela repressão, envolvida nos tentáculos de um IPM (Inquérito Policial Militar, de trágica memória). Ela morreu em 7 de fevereiro de 1967 mas, mesmo depois de morta, continuou importunada pelos mesmos algozes. O 10º aniversário de sua morte, por exemplo, não pode ser lembrado nas páginas da *A Classe Operária*, que era então publicada clandestinamente. Pedro Pomar havia encomendado a Clóvis Moura um artigo, que deveria ser publicado na *Classe*. Emprestou a ele alguns livros da poetisa – tendo o cuidado, característico daqueles anos ferozes, de rasgar as páginas onde estavam as dedicatórias da autora. Estudando esse material, mais o que já tinha, e alguns recortes de jornal, Clóvis Moura começou a escrever o artigo, mas foi interrompido pelos tiros que, numa madrugada de dezembro de 1976, ceifaram a vida de Pedro Pomar e outros companheiros, no bairro da Lapa, em São Paulo.

Esse começo de artigo, documento de uma época de clandestinidade pesada, está sendo publicado pela primeira vez nesta edição da *PRINCÍPIOS*, juntamente com duas cartas sem data da poetisa – dirigida aos amigos, como ela carinhosamente chamava seus companheiros do PCdoB – e alguns de seus poemas:



A SERENA ALTIVEZ

A morte da poetisa Lila Ripoll passou quase despercebida no noticiário dos jornais e revistas. No Rio Grande do Sul, para onde se transportara depois de uma estada na Guanabara numa tentativa de cura, Lila Ripoll morreu como sempre vivera: coerente consigo e com a sua poesia. Coerência que a levou, muitas vezes, a tomar atitudes desassombradas que ninguém supunha possíveis em criatura tão frágil. Parece que muitos jornais, os mesmos que tantos elogios tecem a figurões e figurinhas sem importância deixaram o evento passar. Certamente um sintoma destes tempos tortuosos que vivemos onde a inversão de valores é uma constante. Foi poetisa até o último momento. Faltavam poucos minutos para entrar no estado de coma do qual jamais se recuperaria e ditou, balbuciada, com a voz quase imperceptível a sua última mensagem:

*Agradeço tudo a todos.
Não merecia tanto.
Digam aos amigos que
levo esta única saudade: deixá-los.
Aos amigos desejo incorporar
mais os novos amigos que conhecemos
e aos inúmeros amigos que não conhecemos
deixo a minha grande saudade.*

Isto foi dia 5 de fevereiro de 1967. Logo depois entraria em coma para morrer no dia 7, sem haver recobrado a consciência. Por isto mesmo é evidente

que um documento como o que transcrevemos não pode ser analisado através de simples tubos de ensaio de estética, mas deve ser sentido como um documento de calor humano, de fraternidade militante, de dignidade, finalmente. Pouco antes de morrer Lila Ripoll foi envolvida em um dos muitos IPMs criados pela redentora contra intelectuais. Isto porém não a intimidou ou esmoreceu. Já trazia no corpo a moléstia que a levaria à sepultura mas, nem assim, os bravos soldados da civilização cristã a pouparam. Não interrogaram uma pessoa sadia, mas uma pré-agonizante. Houve mais: quando um grupo de intelectuais gaúchos se dispôs a prestar-lhe uma homenagem – todos sabiam que seria a última homenagem a ser-lhe prestada em vida – foi obstado pela polícia política. Essa frágil mulher, capaz de por em perigo as instituições aqui plantadas, tinha apenas como armas a sua dignidade e a sua poesia.

E o que era a sua poesia? Um instrumento à base de TNT, capaz de fazer pelo ar as instituições de caserna? Não, pelo contrário. O que a caracteriza é justamente a tranquilidade. Tranquilidade advinda da confiança. Não a evoquemos, porém, apenas como dado da situação política atual. Evoquemos Lila Ripoll através de sua poesia, aquela mesma poesia que metia medo... Uma das suas características é o apuro e o equilíbrio. Durante toda a sua trajetória poética, Lila Ripoll evoluiu sem aceitar uma série de correntes que surgiram e desapareceram. Ela, confiante nas águas eternas do grande rio poético, deu a sua gota de beleza dentro do plano que escolheu. Poesia decantada, de um lirismo inusitado, trouxe para o nosso cancionário coisas como esta:

*Solidão brinca comigo
um jogo de esconde, esconde.
Desaparece um momento
e surge não sei de onde.*

*Solidão se esconde e volta,
moe a vida, o sonho, o amor.
Ah! Jogo de esconde, esconde,
esconde também a dor.*

Sua poesia é eminentemente musical. Não sei se porque Lila Ripoll tinha grande cultura musical – preparou-se para ser concertista, deixando posteriormente a carreira por motivos particulares – o certo é que os seus versos são sempre macios e musicais. Outra característica de sua poesia é a riqueza temática.

Lila Ripoll ao mesmo tempo que fazia versos de lirismo e solidão escrevia versos sobre grandes temas de nosso tempo. Ardia o seu coração pelos grandes temas. É verdade que, muitas vezes, ela própria o confessou, a sua poesia sobre esses temas não conseguia atingir o nível que ela desejava. Talvez exigência demasiada do poeta. Talvez impossibilidade pessoal. Ela dizia:

*Não me estendas a mão,
que o tempo endureceu meu peito.*

*Sou poeta. Obrigatório
é para mim o sonho.
Concede-me o direito
de sonhar.*

•34•

O seu horizonte via mãos que se estendiam para ela. Mas, que mãos eram essas? Deverá o poeta apertar todas as mãos? Lila achava que não, que aqueles que não concedem ao poeta o direito de sonhar não têm, também, o direito de apertar-lhe a mão.

Queridos amigos:

Pois aqui estou, enfrentando os maus ventos e com a saúde bastante abalada, mas sempre com a mesma postura frente à vida e aos acontecimentos. Digo mais: se ainda alguma coisa me pode fazer vibrar é a esperança de assistir e, de alguma forma, participar do grande espetáculo.

Tenho uma saudade cada vez maior de nosso convívio. Uma saudade que às vezes me faz ser injusta com os outros amigos, tão frequentes são as lembranças que evoco.

Só não vou até aí porque mamãe está bastante velhinha (84 anos) e já com certa confusão de memória, é a maior dificuldade.

E você? Felizes? Vendo claro no futuro e, por isso, esperando problemas e vivendo uma alegria íntima que poucos podem compreender? Sei que é assim e minha admiração “cresce” com a minha amizade. Grandes abraços a todos.

Queridos amigos:

Tive momentos de real felicidade, com a leitura da carta amiga de vocês. Carta plena de palavras belas, generosas, cheias de estímulo sadio e fraternal. Foi um instante feliz para quem – como eu – tem vivido um ano difícil, com constantes preocupações de saúde, além das outras comuns a todos nós.

Tudo quanto posso dizer aos amigos, é que continuo com os mesmos sonhos e a mesma disposição de colaborar, para que eles possam, um dia, ser a realidade que almejamos.

Estou fazendo uma pausa no trabalho literário. Isto, porque escrevi demais no último mês. Fui apanhada por uma hepatite, resultado da transfusão de sangue, em minha operação cirúrgica. Mais 45 dias de repouso, então absoluto – Leito obrigatório. Resultado: 33 poemas novos. Um novo livro de poesia. Agora, um certo cansaço. Um vazio temporário. Uma pausa necessária.

Alegrei-me com a notícia de que meus poemas foram apreciados por vocês. Farei o possível para continuar com o entusiasmo que motivou o aparecimento daqueles.

As notícias aqui serão levadas de viva voz por nossa Tereza, que hoje está passando o dia comigo. Tudo anda. Todos caminham para frente, embora sem os resultados que desejaríamos alcançar. Nossos intelectuais, secundando os exemplos daí, amadurecem um pouco mais. E surgem elementos novos, com mentalidade também nova e certa disposição apreciável de luta.

Abraçam por mim a todos os amigos que me enviaram lembranças e a outros que não tiveram a mesma oportunidade. Espero vencer a batalha de saúde que venho enfrentando, para poder estar no Rio em fins deste ano ou princípios do outro. Sonho em conversar com vocês, longa e fraternamente. Carinhoso abraço.

DOIS MOMENTOS LÍRICOS

I

Uma noite, caminharemos sob a lua
cercados de emoção.

De cada estrela, um brilho tênue
descerá por sobre a terra.

Teus lábios irão pesados de silêncio,
porque as palavras estarão fechadas em teu coração.

A teu lado, clarividente e amargurada,
eu pisarei nas pedras e nas flores.

O silêncio estará entre nós obrigatório
e sem necessidade de definições.

No espelho de teu rosto,
os pensamentos ordenados se refletirão.

O sossego do céu e a quietude dos pássaros
ajudarão o diálogo silencioso.

Nossos pés nos levarão onde quiserem,
porque flutuaremos entre nuvens,
sem sentido de tempo ou de lugar.

Tudo em nós preannunciará
a despedida inevitável.

A minha e a tua mão se encontrarão
de súbito em silêncio.

E serão inúteis as palavras,
o brilho das estrelas,
e as flores a mostrar as pétalas nascentes.

II

Sei que é primavera,
que estão em flor os pessegueiros
e são claros os caminhos ao luar.

Sei que o amor é breve,
as flores emurhecem
e as horas não voltam a passar.

Sei que o canto perdido não retorna,
que a Poesia é um momento,
como o Amor.

Mas não peças que cante nesta hora,
que detenha meus olhos sobre as flores
e sinta o seu frescor.

Sei que este instante nunca voltará,
com este mesmo céu,
com este azul,
e as palavras que teus lábios desenharam.

Sei que o fluir da vida é incessante,
sei que o amor se gasta com o tempo:
sabem todos que amaram!

Mas há em mim um grave pensamento
que me afasta de ti.

Aportaste numa ilha difícil, meu amigo!
Deixa fluir o tempo,
sobre mim!

CONTRADIÇÃO

Alí está a vida.
Aqui o sonho.

Fico entre os dois perdida.
Me desfaço e recomponho.

Tão perto o abraço,
e longe o amor.

Tão pequeno o espaço.
Tão perdido o meu clamor!

PEDIDO

Não me falem de tristezas
que eu as conheço de cor.
Falem-me sim de alegrias,
que tem um gosto melhor.

De tristezas – o meu peito
gastou anos a chorar.
Tirei um curso de máguas.
Ninguém me pode ensinar.

MANCHAS

I

Foi sempre tristeza. Tristeza remota, vinda quem sabe
de onde. De que desesperados apelos. De que exilado
sonho.
De que grandeza mutilada.

E foi também solidão. Secreta solidão.
Inviolável solidão de mulher sem esperança.

Na rua alegre e colorida, foi uma mancha
de inútil dissonância.

Ninguém sentiu sua tragédia.
A ausência de seu riso.
A forma quase definitiva de seu rosto.

Um dia, inclinei-me sobre ela
como quem se procura num espelho.

Os olhos sorriram brevemente. Apenas os olhos.
Porque a boca permaneceu na linha triste.
que a compunha.

E caminhou sem pressa.
Defendida pelos lábios,
que eram a sua fortaleza de silêncio.

II

Não é meu este instante. É teu, Poesia.
 É tua esta irreal melancolia
 que resvala da noite, das estrelas,
 das janelas abertas para vê-las.
 Não é meu o momento que germina
 de uma antiga tristeza.
 Nem a sombra que me divide em duas
 pela rua.
 Nem os braços cruzados,
 onde deitou-se a solidão.
 Multiplicas teu rosto, nesta noite,
 mas eu te reconheço:
 - no leito frio, de folhas desterradas,
 nas figuras celestes,
 na menina de preto, junto às rosas.

III

Vestiram de azul a menina morta
 e de treva cobriram os seus olhos,
 com aquele lenço escuro
 sobre o rosto.

Ainda bem que o sol transpôs os vidros
 e o lenço
 e desceu sobre o rosto sufocado.

•36•

POEMA

Inútil o protesto.
 Inútil o florir anunciador
 da primavera.

Não me estendas a mão,
 que o tempo endureceu meu peito.

Sou poeta. Obrigatório
 é para mim o sonho.
 Concede-me o direito
 de sonhar.

Quero ficar à janela da vida,
 a cabeça no côncavo das mãos,
 sabendo inútil a esperança,
 mas a ela aconchegada.

A lua sobe alto, no céu alto.
 Nesta hora, nascem asas,
 laços de gravidade,
 segredos instantes
 de cintilação.

Minha mão não se estende.
 Caída permanece,
 como corola emurchecida.

O poeta sonha.
 A mulher joga a rosa
 sobre o mundo!

CANTO A ELISA BRANCO

PESADAS grades, hirtas e escuras,
 estão paradas
 e perfiladas
 junto às janelas da cela escura,
 que esconde Elisa – a de nome simples,
 de nome claro,
 de nome branco,
 a de alma clara.

Passam soldados,
 voltam soldados,
 e os doces olhos da prisioneira
 são águas claras que não se turvam.

Pesadas grades,
 hirtas e escuras,
 estão paradas e perfiladas
 como soldados
 junto às janelas.

Elisa Branco
 - na cela escura -
 está rodeada de pensamentos
 puros e claros como seu nome.

Que importam grades junto às janelas?
 e esses soldados que passam, passam?
 e os sons soturnos
 que marcam, marcam
 os duros passos das sentinelas?

Elisa Branco sorri e espera.
 Não sente o peso de escuras grades,
 nem ouve a marcha de duros passos,
 que dia e noite,
 que noite e dia,
 passa e repassa
 junto às janelas da cela escura.

Elisa Branco confia e espera -
 Elisa simples,
 de nome claro,
 de nome branco,
 de alma clara.



Lila Ripoll

DUAS VARIAÇÕES SOBRE UM MESMO TEMA

ESTOU sozinha e tenho as mãos vazias.
Mas meus olhos não choram
e o meu canto é de esperança.

A terra está bordada de insetos e de flores
e o vento é uma cortina de perfume.

Nalgum canto da terra
anda teu passo,
sob as altas estrelas cintilantes.

Teu passo audaz e largo anda nas ruas,
transformando em ação teu pensamento.
Amo a noite que foge,
e a terra e os homens,
e o caminho que abriste à minha frente.

Estou sozinha e tenho as mãos vazias.
Mas meus olhos não choram
e o meu canto é de esperança.

II

As palavras que caem de meus lábios
- como frutos estranhos - nesta tarde,
quando foi que escrevi?
por que escrevi?
E que olhos desceram sobre elas?

“As nuvens, esse sol, estas crianças,
aonde vão parar?
em que morada?
Quem comanda essa nau sem esperanças?”

Quando foi que escrevi?
Por que escrevi?
E agora, por que o mundo está mais belo?
e as flores, o sol?
homens e nuvens?
e as naus viajam cheias de certeza?

Quem plantou na minha alta esta alegria?
Quem me ensinou a olhar e a compreender?
Quem mudou o sentido de meus versos
e deu certeza a meus passos,
e a meus olhos deu fulgor?

Foste tu, meu Partido, foste tu.
A ti devo este encontro com a vida
e o claro rumo de meus pensamentos.

Devo a ti o sorriso de confiança
que entreabre meus lábios quando vejo
as crianças passarem pela rua.

Esta simplicidade com que vivo,
o olhar que hoje se alonga no futuro,
o orgulho do trabalho e as rosas novas,
que no meu coração estão florindo,
foi lição recebida junto a ti.

A ti devo este encontro com a vida,
e a natural fraternidade
com que o pão de minha mesa se reparte.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.
CLÓVIS MOURA é escritor e sociólogo.

A família e a violência em relação à mulher

OLÍVIA RANGEL

Pesquisa mostra que lugar menos seguro para mulher é o próprio lar e principal agressor é marido ou companheiro. Luta pela mudança da estrutura familiar é questão pouco estudada.

•38•

Pesquisa divulgada, em maio de 1992, pela Coordenadoria Municipal da Mulher de Diadema mostrou que o lugar menos seguro para as mulheres é o próprio lar. E o principal agressor é o marido ou companheiro. Segundo o levantamento dos boletins de ocorrência registrados na Polícia por moradoras da cidade, 77% das 445 queixas apontavam o marido como o autor da agressão. Somadas às praticadas pelos ex-maridos, as agressões somavam 92% dos casos.

A análise dos atendimentos feitos pela Casa de Apoio à Mulher Beth Lobo, mantida pela Coordenadoria, mostra a mesma realidade. Das 530 mulheres atendidas, 76% queixaram-se de agressão pelo próprio companheiro.

Cabe destacar que os Boletins de Ocorrência das delegacias revelam número significativo de registros feitos por mulheres provenientes das classes A e B, contrariando a tese de que a violência contra a mulher é uma questão de cultura da pobreza. Pesquisa publicada pela Assessoria dos Direitos da Mulher de Santo André em 1991 revela queixas de todos os bairros da cidade, incluindo os mais ricos. E 58% das vítimas trabalham fora e têm profissão definida.

Pode-se argumentar que estas pesquisas referem-se a um número pequeno de mulheres, em apenas duas cidades. No entanto, dados fornecidos pelas demais Delegacias de Defesa da Mulher espalhadas pelo país dão conta de dados semelhantes. E a julgar pela análise de autores que se debruçaram sobre esta questão, como Maria Amélia Azevedo, Mariza Corrêa e Marilena Chauí, entre tantos outros, a violência em relação à mulher na família é um problema generalizado, que ultrapassa fronteiras nacionais, de classe, de raça ou cor.

Em seu livro *Mulheres espancadas – a violência denunciada* Maria Amélia Azevedo refere-se a uma pesquisa realizada por Gelles, sociólogo e professor da Universidade de Rhode Island, entre universitários. A pesquisa concluiu que 55% haviam praticado um ou mais atos de agressão ao cônjuge e 21% batiam regularmente na mulher. Extrapolando-se estes dados para a população de casais, pode-se concluir que a porcentagem de ocorrência de violência física entre casais varia de 30% a 60% das famílias norte-americanas.

A violência em relação à mulher também não é um problema recente. Os relatos sobre o assunto perdem-se nos tempos imemoriais da História. É de domínio público, por exemplo, que na milenar China dos mandarins, os homens tinham direito de vida ou morte sobre suas concubinas. Os castigos físicos faziam parte da rotina. Coisa semelhante ocorria no Japão, na Coreia, na Índia ou no Paquistão. E a velha Europa não escapou a esta regra. Entre os gregos a estrutura familiar patriarcal era extremamente rígida. Segundo Marx, a mitologia grega fala na verdade de um período anterior, em que as mulheres ocupavam um lugar de maior consideração na sociedade. Nos tempos heróicos ela já era humilhada pelo domínio do homem. Em Roma, embora as mulheres usufruissem de maior liberdade e consideração, os homens acreditavam garantida a fidelidade de suas mulheres pelo direito de vida e morte que tinham sobre elas.

Cabe pois perguntar qual a causa deste problema, que não reconhece barreiras sociais, geográficas ou econômicas. Qual a raiz comum para um problema de tal magnitude, que paira como espada de Dâmocles sobre “a metade do céu”: a população feminina.



Segundo Engels, em *A origem da família da propriedade privada e do Estado*, os laços de família passam a ter importância social a partir do momento em que surge a propriedade privada. Quando o primeiro ser humano preocupou-se em saber a quem pertencia o que, quem herdaria de quem, passou a ser fundamental definir quem é filho de quem. Em outras palavras, as relações familiares têm estreita ligação com a questão da herança e do poder econômico.

Para Engels laços de família têm importância social quando surge a propriedade privada



De início, ainda segundo Engels, vigorava o direito materno, isto é, a descendência, assim como a herança, só se contavam por linha feminina. De acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso; conseqüentemente, era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava seus utensílios domésticos. Assim, segundo os costumes daquela sociedade, o homem era também o proprietário do novo manancial de alimentação, o gado, e, mais adiante, do novo instrumento de trabalho, o escravo. Desta forma, à medida que iam aumentando, as riquezas davam ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família. Isso levou ao desmoronamento do direito materno, que foi "(...) a

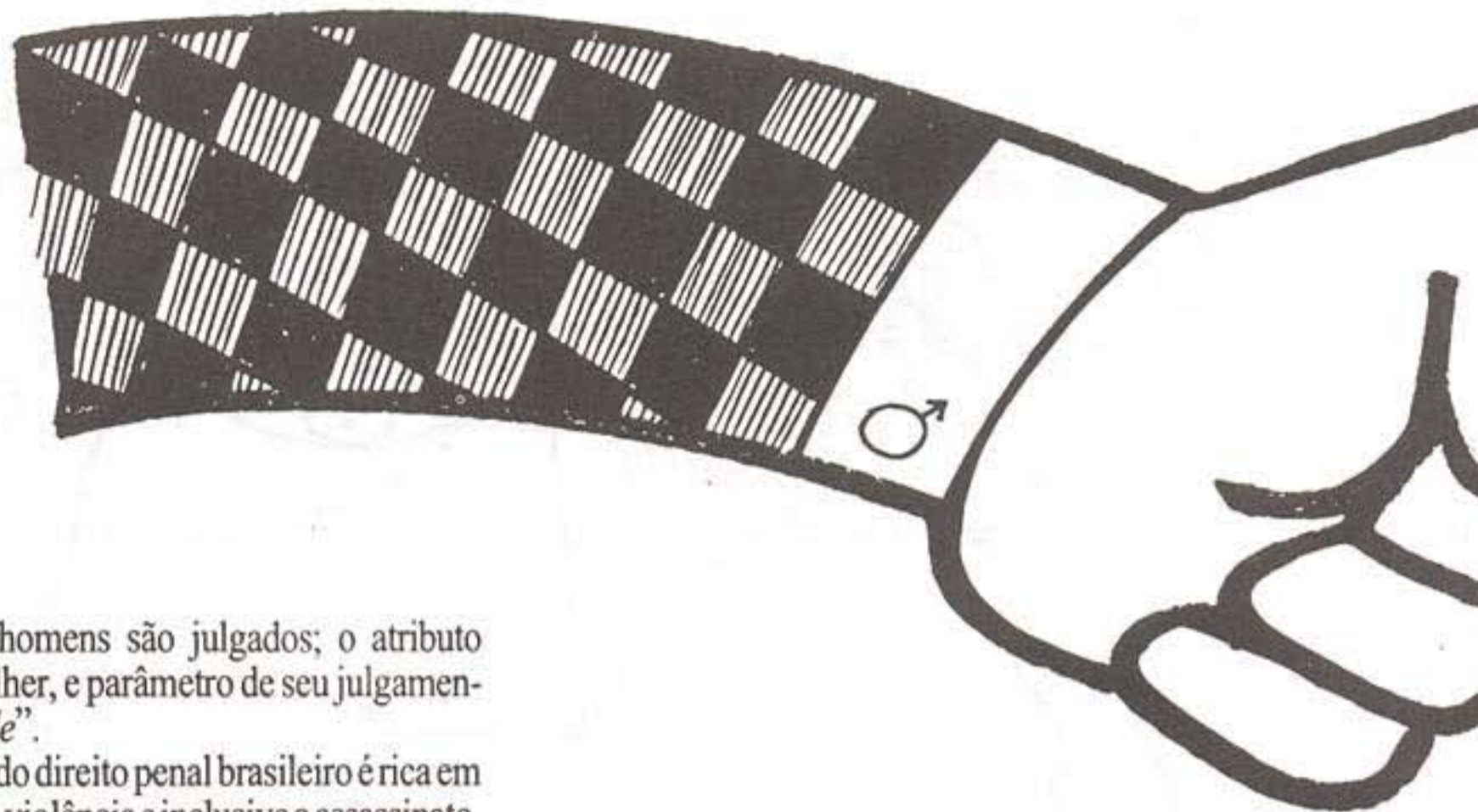
grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo".

O homem apodera-se também da direção da casa. A mulher viu-se "(...) degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução". O primeiro efeito do poder exclusivo do homem é a família patriarcal, surgida na ocasião.

Em outras palavras, pelo menos desde o surgimento da família patriarcal, da história escrita, a mulher tem um papel subordinado na família. É apenas a atriz coadjuvante.

A família moderna, segundo Marx, contém em germe a servidão. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado. Essa forma de família assinala também a passagem à monogamia. E, como afirma Engels, "(...) para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer este direito".

Eis aí explicitada a razão primordial da violência doméstica em relação à mulher: a transmissão da herança. Para assegurar a paternidade dos filhos, a fidelidade da mulher, vale tudo, inclusive o assassinato. Em seu livro *Os crimes da paixão*, que analisa processos de crimes passionais cometidos em Campinas, interior de São Paulo, Mariza Corrêa afirma: "Dois atributos (são) considerados básicos para que o comportamento, tanto da mulher como do homem, seja, jurídica e socialmente, considerado adequado, isto é, normal, costumeiro, desejado em nossa sociedade. O atributo principal de um homem aparecerá como sendo seu *trabalho*, parâmetro



pelo qual todos os homens são julgados; o atributo principal de uma mulher, e parâmetro de seu julgamento, será sua *fidelidade*”.

De fato, a história do direito penal brasileiro é rica em justificar e legitimar a violência e inclusive o assassinato, quando o pano de fundo é o adultério da mulher. No período colonial o Brasil estava sujeito às normas das chamadas Ordenações Filipinas, conjunto de leis para Portugal e suas colônias.

Segundo dispositivo destas leis, era “(...) permitido ao marido emendar a mulher de más manhas pelo uso da chibata”. O artigo legal referente ao adultério rezava explicitamente: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero Fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade. E não somente o marido poderá matar sua mulher e o adúltero, mas ainda os pode licitamente matar, sendo certo que lhe cometam adultério”.

•40•

Legítima defesa da honra é versão moderna do direito de assassinato das mulheres em adultério



O adultério permanece definido como crime no século XX, e crime contra a família, mantendo, como destaca Mariza Corrêa, uma ambiguidade que caracteriza nossa legislação civil e penal. Admite a igualdade formal dos indivíduos perante a lei, mas mantém a mulher numa situação de tutela e submetida ao único coletivo admitido em nossas leis: a família.

É claro que a legitimação do assassinato cujo motivo alegado é o adultério não será nunca mais tão cristalinamente evidente quanto no período colonial. Encontra formas mais sutis de expressão, como a legítima defesa da honra, que absolveu os assassinos de Eliane de Gramont, Angela Diniz, Jô de Souza Lima e centenas de outras.

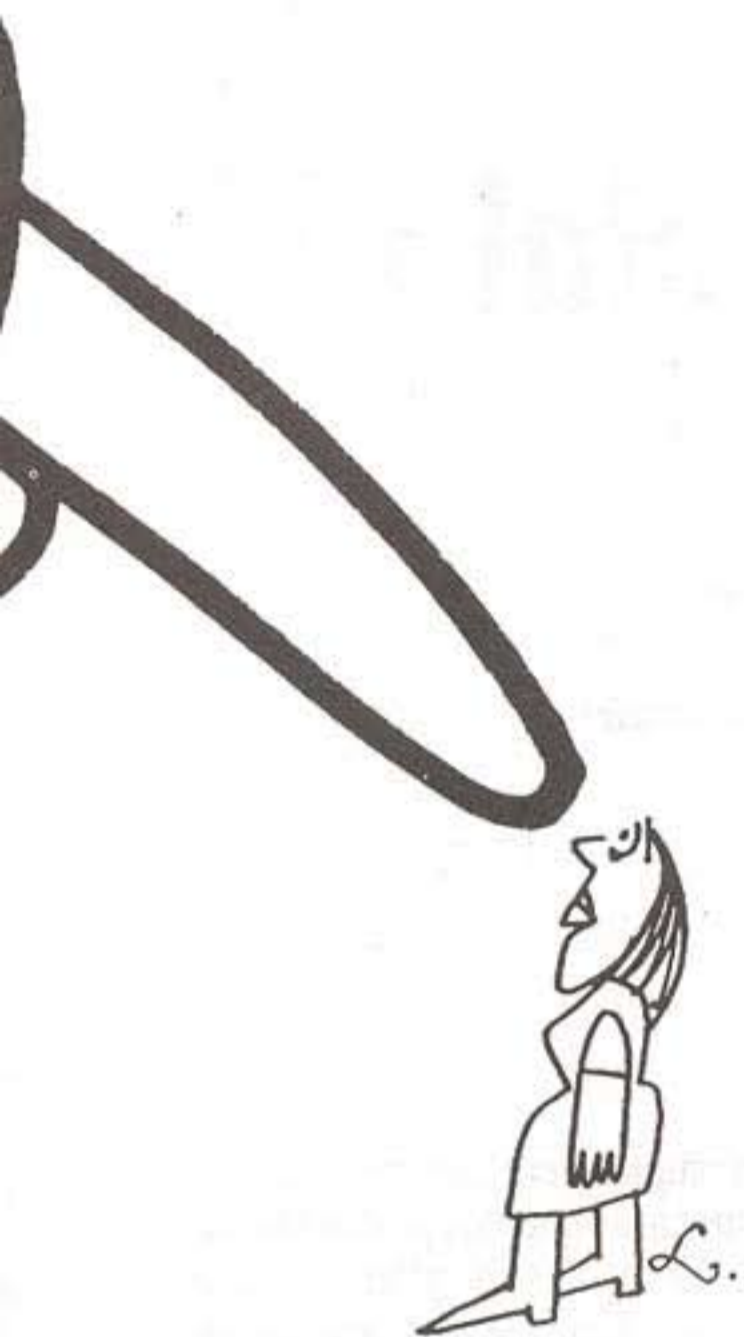
A impunidade do agressor é regra. Segundo dados levantados por Maria Amélia Azevedo, em São Paulo, apenas em 1980, foram registrados 772 crimes semelhantes ao famoso crime de Doca Street que ficaram na

obscuridade. E essa impunidade conta com a tolerância tácita da sociedade. Ainda em seu livro *Mulheres Espancadas* Maria Amélia Azevedo cita Carmem da Silva a respeito: “(...) a violência contra a mulher se insere no contexto normal da relação entre os sexos, institucionalizada e aceita de ânimo leve pelos cidadãos bem pensantes. Os assassinatos, as pequenas tragédias que irrompem em manchetes na crônica policial não representam a brusca ruptura de uma ordem reinante: fazem parte dessa ordem. São a culminação de um processo, a etapa final de uma escalada de violência”.

Violência pressupõe opressão, conflito de interesses entre opressores e oprimidos. Pressupõe relações sociais de dominância e subalternidade. A violência contra a mulher pressupõe que homens e mulheres têm uma participação social desigual em função de sua condição sexual.

E essa desigualdade manifesta-se também no seio da família, como já afirmamos.

Vale mencionar que quando falamos da família não estamos nos referindo a uma instituição imutável, congelada no tempo e no espaço. A organização familiar tem sofrido muitas alterações. Dados divulgados pela Fundação SEADE sobre as condições de vida na região metropolitana de São Paulo em 1990 revela mudanças significativas. A fecundidade, que em 1963 era de 3,46 filhos por mulher, cai para 2,57 em 1984. Dos habitantes



maiores de 18 anos, 26% são solteiros, 63% casados, 6% viúvos e 55% têm outro estado civil. Devemos lembrar que estar solteiro ou casado não quer dizer viver ou não maritalmente com alguém, como confirmam os dados quando se estuda a coabitação de famílias constituídas.

**Grau de violência
tende a
aumentar mesmo com
independência
econômica da mulher**



A pesquisa SEADE define três tipos básicos de família: 1) a nuclear, que tem pelo menos um dos pais e seus filhos ou o casal sem filhos; 2) a ampliada, que inclui casal e parentes sem relação primária (cônjuges pais e filhos) ou um dos pais pelo menos com seus filhos e parentes. Nesses dois tipos é usada uma submissão da família quebrada – um dos pais com os filhos; 3) a unipessoal, de indivíduos morando sozinhas ou com pessoas sem relação de parentesco, incluindo aí o empregado doméstico residente no domicílio do patrão e o pensionista em domicílio particular.

A maioria das famílias analisadas, cerca de 70%, continuam sendo nuclear. A família ampliada corresponde a 21% do total. Chama a atenção o fato de cerca de 10% das famílias serem constituídas por pessoas

sozinhas. 60% desses solitários são do sexo feminino. Vale destacar ainda que 20% das famílias são chefiadas por mulheres.

No entanto, embora as mudanças apontem para uma maior independência econômica da mulher, o grau de violência, longe de diminuir, tende a aumentar, como mostram as pesquisas.

Isso coloca algumas indagações sobre o tipo de alteração que vem ocorrendo na organização familiar. Ao que tudo indica, elas não implicaram em mudanças quanto aos papéis sexuais desempenhados pelos cônjuges: mesmo em residências chefiadas por mulheres, aparentemente, permanece a subalternidade feminina. É a mulher independente economicamente, também apanha do marido. A pesquisa da Assessoria de Santo André é muito significativa neste sentido: 58% das vítimas de maus tratos tinham profissão definida, contribuíam efetivamente para a renda familiar. Em outras palavras, a mudança no status econômico parece não implicar, pelo menos de forma imediata, na emancipação da mulher.

Embora se tenha poucas estatísticas a respeito, os dados disponíveis revelam que a violência em relação à mulher também é um problema nos países socialistas. O que coloca mais uma vez a questão: *que tipo de família gera a violência em relação à mulher*. Trabalho realizado por Fátima Oliveira mostra que na URSS socialistas eram exaltadas as qualidades da mulher mãe, reprodutora. Ou seja, havia pouca ou nenhuma diferença essencial entre o papel que lhe era reservado no capitalismo. Isso não nega os grandes avanços quanto à situação social da mulher na URSS. Mas mostra que não houve debate suficiente quanto à necessidade de se mexer na estrutura da família, ou seja, redefinir os papéis desempenhados por homens e mulheres em seu interior.

Problema semelhante ocorre na Albânia, cujo Código Civil na época do socialismo, referia-se à família como célula mater da sociedade. Mais uma vez a pergunta: De que família estamos falando?

Em resumo, a luta pela mudança da estrutura familiar é um problema pouco estudado. Mas se queremos falar seriamente em emancipação da mulher, é imprescindível discutir o papel da família. É necessário começar a desenhar uma nova estrutura de família em que não haja subalternidade da mulher.

OLÍVIA RANGEL é jornalista.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Maria Amélia. *Mulheres espancadas – a violência denunciada*, Editora Cortez, São Paulo, 1985.
CORREA, Mariza. *Os crimes da paixão*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1981.
ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Editora Global, São Paulo, 1984.
OLIVEIRA, Fatima. *A mulher no socialismo*, mimeografado, São Paulo, 1993.

Palavra, objeto social

MARIA APARECIDA BACCEGA

A comunicação joga papel importante na construção/reconstrução do mundo. Necessário ver a produção do sentido em outro lugar, qual seja o da história, o da sociedade.

•42•

Comunidade de Estados Independentes; socialismo real; Estados Unidos, xerifes do mundo; fim da história; fim das ideologias; crise dos países do Terceiro Mundo. Expressões como essas e muitas outras habitam os meios de comunicação. É a gestação de um mundo novo, que acompanhamos a cada passo, sem saber precisamente se os *acontecimentos* divulgados pela mídia são efetivamente os que estão balisando essa reconstrução. Ou se são tão somente os que foram escolhidos para influenciar nossa análise, desviando-a, com o objetivo de alicerçar nosso engajamento numa determinada opção que, evidentemente, redundará em benefício de uma ou outra postura na construção dessa nova realidade.

A comunicação joga papel importante na construção/reconstrução do mundo. E, nesse campo da comunicação, que se constitui a partir de discursos que se entrecruzam, a linguagem verbal ocupa espaço privilegiado. Entendemos, portanto, a comunicação como um discurso que engloba a multiplicidade na unicidade de sua especificação. E o comunicador como o indivíduo/sujeito que o assume.

Mediador da informação coletiva, o comunicador é um sujeito enunciatador/enunciatário¹ de todos esses discursos em constante embate na sociedade.

A ele compete a *seleção e montagem* do que virá a ser divulgado. Trata-se, porém, de um sujeito em cuja produção se tem claramente a ambiguidade que caracteriza a linguagem: enunciatador, no sentido de agente da construção desse discurso, é ao mesmo tempo enunciatário, no sentido de *receptor* das influências sociais, entendidas essas tanto em nível dos embates teóricos presentes em todos os domínios ou séries daquela sociedade, quanto em nível de adequa-

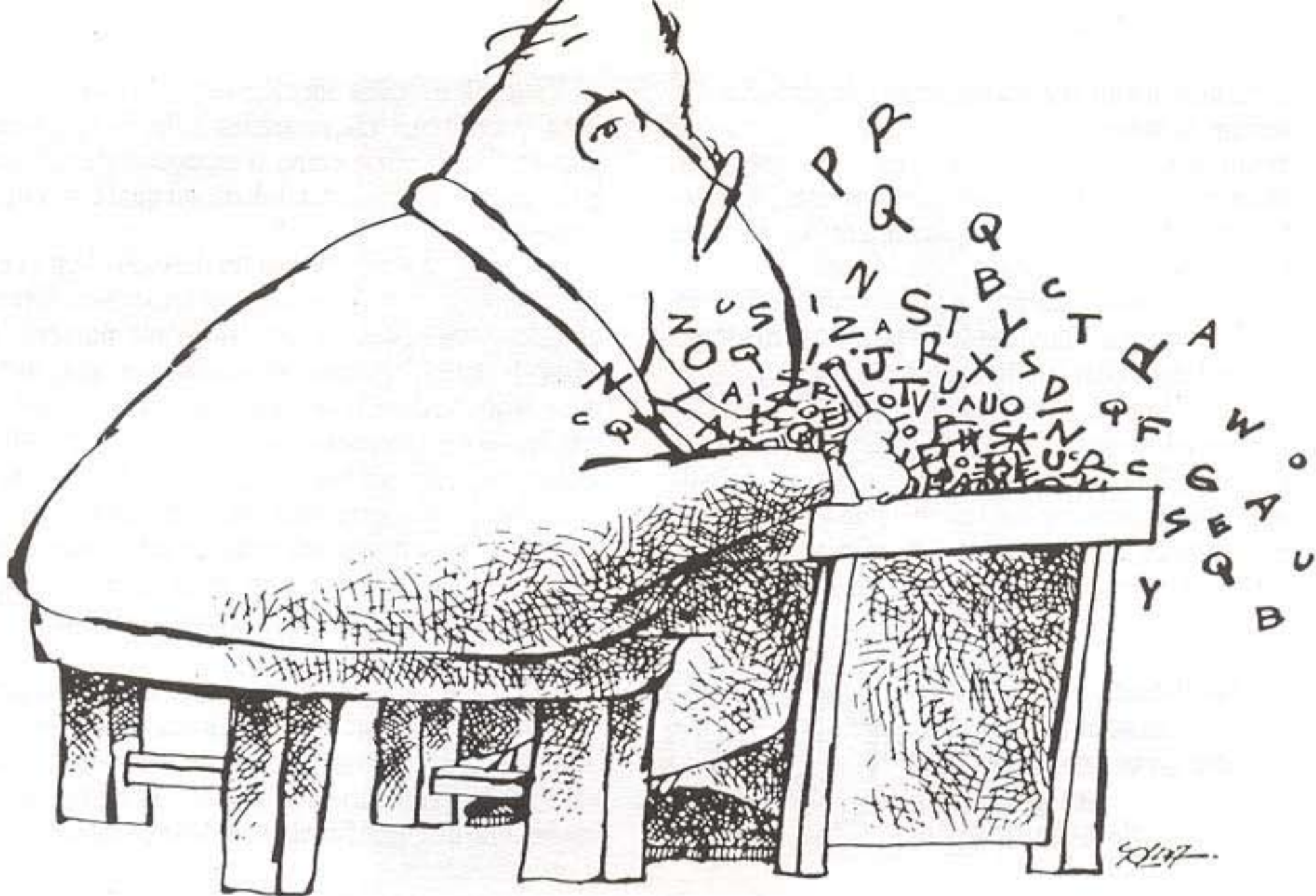
ção aos interesses da empresa em que trabalha.

O discurso da comunicação que ele constrói tem em si a presença do outro pólo: o enunciatário a que se destina. Ocorre que esse enunciatário é também ele enunciatador, ou seja, tanto ele é *receptor* do discurso da mídia quanto agente da leitura desse discurso, utilizando-se, para isso, de toda a sua cultura, dos valores do seu tempo, dos interesses do seu grupo. E a fragmentação étnico-política é uma das realidades mais veementes neste mundo novo.

Sendo a palavra a materialidade constituída que carrega a história de cada grupo e de cada indivíduo, aquela que possibilita a gestação do mundo novo, aquela que está no cotidiano das pessoas embasando a relação entre todos os domínios, a formação do comunicador terá que levá-la fortemente em consideração, já que ele nada mais é que o indivíduo sujeito que deverá usá-la com consciência.

Fazendo-se presente tanto na formação da consciência social/ideológica quanto na formação da consciência estética, a palavra se manifesta nos discursos, entre outros o da ficção e o da história, um e outro constituintes do *domínio da comunicação*.

Por isso, para dar conta desse domínio, consideramos como instrumental adequado o que nos oferecem os estudos de ciências da linguagem, sobretudo a verbal, entendida como ponto de chegada e ponto de partida de outros códigos, de outros campos semiológicos, das várias formações ideológicas/formações discursivas, de consciência social (história) e da consciência estética (ficção), de sistemas não estruturados e medianamente estruturados do cotidiano e dos sistemas plenamente estruturados dos domínios ideológicos presentes num determinado grupo social,



numa classe social, numa sociedade com tempo e espaço definidos.

Ou seja, consideramos ser necessário, para o comunicador, no que tange às operações sobre os códigos verbais, não apenas o domínio de estruturas frasais, mas também um conhecimento dos complexos movimentos que ordenam as enunciações enquanto geradoras dos sentidos. Daí ser necessário repropor o conceito de linguagem não como exercício significativo de circunscrições individuais e subjetivas mas como *deslocamento*. Isto é, ver a produção do sentido em outro lugar, qual seja o da história, o da sociedade.

**Palavras - signos
verbais - terão
sentidos diferentes
dependendo das
formações ideológicas**



Com isso se quer dizer que o percurso teórico do ensino de língua deve contrapor ao EU marcado pela unicidade, visto como produtor exclusivo do sentido equívoco que costuma rondar particularmente os que atuam na área de comunicações. O EU deve ser concebido como pluralidade de vozes sociais.

As práticas linguísticas estão plenas das relações de classe. Nesse sentido, podemos dizer que a história está na língua: as realizações linguísticas trazem inscritas as diferenças de interesses, as propostas de direções diversas para o mesmo processo histórico. Assim é que signos verbais – palavras – terão sentidos diferentes, dependendo das formações ideológicas em que se encontram. Outras vezes, signos diferentes

passam a ter o mesmo sentido, de acordo com tal dependência.

É que no signo linguístico temos a articulação entre a *coisa* e os atributos dela; entre a objetividade e a subjetividade; entre o ontem e o amanhã. É verdade que todas as palavras possuem sentido, mas o que não é possível é distinguir palavras que atuem exclusivamente em determinados campos: ou no da subjetividade, ou no da objetividade, por exemplo. O emocional, o volitivo, o cognitivo estarão todos presentes em uma mesma palavra, formando uma intrincada articulação, e a predominância de um ou de outro desses aspectos vai depender da formação ideológica a que está presa a manifestação, já que estes aspectos operam no mesmo nível e não separadamente.

Desse modo, os estudos de linguagem terão que se socorrer das ciências que tratam das formações sociais, para poder dar conta de seus estudos do discurso. "O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela."³ E esses *processos* discursivos estão instituídos nas formações discursivas, que são a manifestação das formações ideológicas.

Cabe à linguística o estudo do sistema linguístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Esse conjunto é dotado de uma *autonomia relativa* já que possui leis internas que são

obrigatoriamente seguidas. São essas leis internas que servem de base para o desenvolvimento dos processos discursivos, os quais são socialmente diferenciados. Portanto, os discursos não são a expressão de um *puro* pensamento, que se utiliza *por acaso* dos sistemas linguísticos constituídos.

Por outro lado, todo processo discursivo está inscrito nas relações ideológicas de classe. Se é verdade que não podemos falar em línguas diferentes para classes sociais diferentes, também não podemos deixar de lado a noção desenvolvida por Bakhtin segundo a qual o signo reflete e refrata a realidade e essa refração do ser no signo ideológico nada mais é do que o “(...) confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja, a *luta de classes*.”^b

**Realidade é totalidade
concreta, sempre
em desenvolvimento e
em processo
de auto-criação**



A língua vai, portanto, materializar as *visões de mundo* das diferentes classes sociais, com seus interesses antagônicos, os quais se manifestam através de um estoque de *lexias*² e combinatórias que constituem a maneira de uma determinada classe social pensar o mundo num determinado momento histórico: são as várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas.

Assim vai se estabelecendo o sentido: nessas formações ideológicas, que tanto comportam a ideologia dominante (a reprodução, a conservação), como as posições de classe (a transformação, a mudança, dependendo da classe); nessas formações discursivas e suas manifestações que tanto poderão se orientar para um ou outro pólo, que tanto poderão servir aos interesses de uma ou outra classe. Aí se estabelecem, na verdade, as práticas da luta de classe no campo das formações ideológicas/formações discursivas.

É preciso, portanto, que consideremos a realidade como uma totalidade concreta, manifesta, sempre em desenvolvimento e em processo contínuo de auto-criação. Como lembra Kosik^c, “(...) na realidade, totalidade não significa *todos os fatos*. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo”.

Várias formações ideológicas, correspondentes formações discursivas, necessidade de se ter presente, para explicar ambos como o espaço onde habitam pólos contraditórios, a totalidade, tal qual conceituamos acima.

Isso posto, gostaríamos de ter deixado claro que o indivíduo/sujeito está rodeado por todas essas formações discursivas, que o interpelam a cada momento de sua vida, que o oprimem moldando seus comportamentos no cotidiano, suas atividades, ou no sentido da reprodução/conservação, ou no sentido da transformação/mudança, ambas contidas em todas as formações discursivas, já que elas estão referidas na totalidade. Porém, embora referidas na totalidade, estas formações discursivas mascaram essas articulações, não permitindo ao indivíduo/sujeito a visão da totalidade, alienando-o, portanto.

Cada formação discursiva se apresenta como uma totalidade ela própria, desvinculada, impedindo a articulação das várias formações discursivas. Essa articulação significaria o percurso mais rápido para o conhecimento científico da realidade e sua mudança/transformação.

Não se pode perder de vista que a ideologia, como parte da consciência social, está sendo vista como uma prática, e “(...) que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos”^b, os quais se opõem uns aos outros, ou seja, formações discursivas se opõem a formações discursivas e só assim serão compreendidas, só assim terão o sentido estabelecido. Afinal, “a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais.”^a



**O discurso tem que
supor o
conjunto de relações
sociais
que o constituem**

Nesse caminho é que podemos entender a afirmação de Pêcheux^a, segundo a qual a *constituição do sentido* junta-se à *constituição do sujeito*, que está imbricado com os processos discursivos/formações discursivas.

Assim é que o sentido de uma palavra será sempre determinado pelas diferentes posições ideológicas que estão presentes no processo histórico de uma dada sociedade. Ou seja: “(...) as palavras, expressões, proposições etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem.”^a

Desse modo, estamos considerando o discurso da história, da literatura e da comunicação como discursos onde as palavras ganham sentidos próprios, diver-

tos, dada a natureza de cada um. Eles são, portanto, processos discursivos, pois constituem um "(...) sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc, que funcionam entre elementos linguísticos-significantes."^a

Mas esses discursos estão presos a determinadas formações ideológicas/formações discursivas que os presidem e que se desvelarão na direção da reprodução ou da mudança, de acordo com o indivíduo/sujeito que elabora tais discursos.

Há, portanto, um indivíduo/sujeito que assume a palavra. Ele terá sensibilidade maior ou menor para a palavra *dando-se* ou para a palavra *dada*; consciência maior ou menor de que sua elaboração é a apropriação individual de um processo coletivo do qual ele é também ator e resultado, e que o produto de sua construção discursiva voltará a essa coletividade; decisão maior ou menor para conhecer que é nesse processo que reprodução e/ou mudança se configuram.

O discurso, manifestação das formações ideológicas/formações discursivas, não é, portanto, apenas uma cadeia de enunciados, palavras ou frases que se justapõem. Ele tem que supor sempre o conjunto das relações sociais, tradicionalmente chamadas extralinguísticas, que o constituem e que estão inscritas na palavra, matéria-prima de que ele se utiliza. Isso tanto vale para o discurso da história, como para o da ficção. Também para o discurso da comunicação.

**Linguagem verbal
caracteriza
mediação entre o
homem e a
realidade objetiva**



Cada um desses discursos está preso a uma *série*, a processos discursivos específicos: os discursos literários estão presos às *séries*³ literárias da sociedade em que se instauram; os discursos históricos às *séries* do estudo da história daquela sociedade. O primeiro se prende à ficção, à consciência estética; o segundo, à ciência. Em outras palavras, a *série* a que pertence um ou outro discurso vai *sobremodalizá-lo*⁴, de tal modo que sua leitura isotópica⁵ há que se dar de um e não de outro modo.

O mesmo se dá com o discurso da comunicação, que consideramos como resultado dialético da inter-relação desses dois discursos, os quais, por sua vez, incorporam os vários discursos sociais.

Por outro lado, já o vimos, toda palavra precisa de alguém que a assuma, de outro que a ouça e tem por finalidade persuadir. Isso vale também para os discursos.

Para que a persuasão tenha condições mínimas de estabelecer-se, os discursos terão que ser verossímeis, entendendo-se aqui a palavra verossímil como a possibilidade de existência desse discurso já virtualmen-

te prevista naquela *série* (histórica, literária ou de comunicação) e assim reconhecida socialmente. Caso contrário, o ato de *comunicação* não se efetivará, e o discurso cairá no vazio. Ou, como dizem os que trabalham com linguagem, os discursos se desqualificam.

Ou seja, à medida que numerosos discursos são manifestados numa sociedade formando cada uma das *séries* – literária, histórica ou de comunicação –, nós só poderemos compreender que um novo discurso esteja preso a uma delas se ele efetivamente *continuá-la*, isto é, se ele for uma *resposta* às necessidades que tal *série* se coloca, se ele for solidário aos outros das mesmas *séries*, do ponto de vista de suas características, de seus objetivos: se ele se contrapõe, enfim, aos discursos de outras *séries*. Por isso, o ensino de linguagem verbal para a comunicação deve não apenas rastrear as *séries* fundadoras, como considerar prioritário o estudo dos materiais verbais dos produtos dos meios de comunicação.

Se nos fixarmos, porém, tão somente nas formações discursivas/formações ideológicas e suas manifestações textuais, que constituem as *séries*, corremos o risco de transferir para a esfera do discurso, como lembra Pêcheux^a, divisões estanques que já foram colocadas no nível das palavras, pela semântica: humano/não humano; material, não material etc. Com isso estamos querendo dizer que os discursos, se bem tenham características específicas, se interpenetram. Nos três discursos temos a presença de uma gama extremamente variada de saberes, de conhecimentos que circulam em outras formações ideológicas/formações discursivas e que são incorporados por esses discursos. Somente a interdisciplinaridade poderá dar conta deles.

E, sobrelevando-se a todos esses aspectos, consideramos que os discursos se relacionam com as posições que seus agentes assumem no campo das lutas sociais e ideológicas. Ou seja: dentro de cada uma das *séries* haverá posições à escolha do historiador, do ficcionista ou do comunicador e ele atualizará, em seu discurso, uma delas.

Daí a necessidade de iniciar-se o ensino levando o futuro comunicador a perceber o papel de mediação entre o homem e a realidade objetiva que caracteriza a linguagem verbal. Essa é a base para mostrar a ele as questões relativas ao processo de conhecimento, manifestação da interação entre sujeito e objeto implicada na práxis, as quais tanto se referem ao indivíduo/sujeito que produz nos meios de comunicações como ao indivíduo/sujeito que *recebe*.

Consciente da dinâmica do processo de conhecimento e dos intercâmbios presentes na vida social, pode-se perceber que os discursos se alimentam reciprocamente, já que todos se utilizam da matéria prima palavra. E que a verdadeira substância da palavra é o fenômeno social da interação verbal. É possível constatar o diálogo entre os discursos. Como lembra

Bakhtin^b, diálogo não significa apenas a comunicação entre duas pessoas; refere-se ao amplo intercâmbio de discursos, tanto na dimensão sincrônica como diacrônica, manifestados naquela sociedade. Embora formando séries distintas, os discursos da história, da literatura e da comunicação interagem, inter-relacionando-se com os demais discursos, dos quais se apropriam, construindo-se. E a apropriação é sempre um processo que configura um novo significado ao que foi apropriado.

**Literatura nada mais
é que o
discurso da existência
humana, de suas
várias possibilidades**



Tomando o conceito de práxis como totalidade, o ensino de linguagem verbal procurará mostrar que cada um dos discursos estabelecidos numa sociedade deve ser visto apenas como fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta, que se atualiza na vida cotidiana, contendo o direcionamento político, a religião, os valores de modo geral. E que esse processo de comunicação verbal é sempre resultado de um processo de conhecimento, ao mesmo tempo que agente de transformações contínuas.

Por isso, não é possível isolar a comunicação verbal, isolar os discursos, as *séries*, desse diálogo contínuo que constitui a vida social. Ou, usando a terminologia de Lefèvre^d, não poderemos estudar ou perceber os campos semiológicos ou sensíveis separa-

damente. E só nesse *conjunto* que poderemos tentar compreender a interação verbal, as formas diversas que ela assume. Por outro lado, não podemos desprezar o fato de que manifestações textuais de determinados procedimentos discursivos podem formar uma cadeia. E, nessa cadeia, os procedimentos discursivos passam a ter significações específicas. “Assim os elos que se estabelecem com os diferentes elementos de uma situação de comunicação artística diferem dos de uma comunicação científica.”^b

Logo, os discursos da história, da literatura e da comunicação possuem aproximações e distanciamentos.

É fundamental que o comunicador reconheça que somente a práxis pode nos conduzir no caminho do entendimento dessas aproximações e distanciamentos. O homem, sobre o fundamento da práxis e na práxis como processo ontocriativo⁶ “(...) cria também a capacidade de penetrar historicamente por trás de si e em torno de si e, por conseguinte, de estar aberto para o ser geral.”^c

Portanto, é só na história que o homem existe e a literatura nada mais é que o discurso da existência humana, das suas várias possibilidades. A história é o desdobramento no tempo dessas várias possibilidades. O homem é personagem, que é homem. E o escritor é o criador de personagens que se incorporam em homens que fazem a história.

Já ao comunicador compete servir-se desses dois discursos como resultados de caminhos percorridos por indivíduos/sujeitos que, de modo diverso, souberam acercar-se da realidade. Se o primeiro dá a ele

Mikhail Bakhtin

Mikhail Bakhtin nasceu em 1895, em Oriol, parte do que viria a se constituir como União Soviética. Estudou na Universidade de Odessa e depois na de São Petesburgo, de onde saiu diplomado em História e Filologia, em 1918. Ocupou diversos cargos de ensino. Participava de um pequeno círculo de intelectuais, entre os quais se registram Volochinóv e Medviédiev, que se tornaram seus amigos e discípulos. Suas primeiras obras são publicadas em 1923, quando ele se encontrava doente. O Freudismo, de 1927 e Marxismo e filosofia da linguagem, de 1929, saem com o nome de seu discípulo Volochinóv. O método formalista aplicado à crítica literária. Introdução crítica à poética sociológica foi publicado com o nome de Medviédiev. Segundo Marina Yaguello, na Introdução ao livro Marxismo e filosofia da linguagem publicado no Brasil pela Hucitec (p. 11-18), dois motivos, basicamente, levaram o autor a recusar-se a por sua assinatura: o primeiro, seriam as modificações impostas pelo editor e o segundo, ligado “(...) ao seu gosto pela máscara e pelo desdobramento e também, parece, à sua profunda modéstia científica”, o que o levava a afirmar que “(...) um

pensamento verdadeiramente inovador não tem necessidade, para assegurar sua duração, de ser assinado pelo seu autor”. Em 1946 defende sua tese sobre Rabelais - A obra de François Rabelais e a Cultura Popular da Idade Média e da Renascença. Passa a viver em Moscou a partir de 1969, onde morreu em 1975.

No Brasil, estão traduzidos Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da Linguagem (Hucitec), Problemas da poética de Dostoiévski (Forense-Universitária), Questões de literatura e de estética, (Unesp/Hucitec) e A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais (Hucitec), Estética da Criação Verbal (Martins Fontes).

Seus estudos sobre o signo mostraram-se muito à frente de seu tempo e são ainda hoje a base fundamental dos estudos de linguagem. O signo ideológico, as questões de reflexo/refração da realidade no signo, as relações entre a infra-estrutura e as superestruturas, entre muitas e muitas outras constituem aspectos amplamente desenvolvidos pelo autor.

(Roseli Figaro)



condição de perceber o processo histórico que está presente no cotidiano, onde está a gestar-se o futuro, o discurso da literatura lhe permitirá conhecer novos modos de manifestação verbal, que assinalarão com maior *rigor* a captação dos seres, enquanto indivíduos; que possibilitarão ao comunicador acercar-se da realidade imediata com a percepção de quem consegue transfigurá-la no tempo, vendo nela o presente e o futuro.

Se os estudos do pólo da *emissão* devem constituir permanente preocupação dos estudiosos, já que a dinâmica das mudanças que ocorrem no mundo nesse final de século não permite a nenhuma área do saber que se deite sobre seus louros; se o pólo da *recepção*, de estudos mais recentes, do mesmo modo necessita construir a todo momento novas sínteses que se manifestam nos indivíduos/sujeitos enunciatários do processo de comunicação, nossa proposta de ensino de linguagem verbal caminha no sentido do *estudo do domínio (ou série) de comunicação como interação entre esses dois pólos*.

**Discurso que,
no ir-se
embora, só está
preparando
a hora de voltar**



O objetivo é estudar esse domínio não só como a confluência dos variados *discursos sociais*, local desse *diálogo* incessante que constitui a vida social, como estudar a comunicação como o encontro desses dois pólos — o da *emissão* e o da *recepção* — já que o produto da comunicação só se estabelece no momento do encontro, do diálogo entre esses vários universos: o dos vários discursos sociais, o do indivíduo/sujeito enunciatário, com todas as suas características, e o do indivíduo/sujeito enunciatário, com sua representação do universo.

Desse modo, consideramos que a linguagem verbal tem condições de fornecer subsídios para que o domínio da comunicação seja pensado conscientemente tanto no pólo do comunicador/produzidor como no pólo do público-alvo/receptor.

Do ponto de vista do comunicador — seja o que se utiliza dos meios tecnológicos à disposição, estruturados em empresas que constituem pólo importante de determinação, seja o que se banha no processo de comunicação do cotidiano em que os códigos são utilizados de maneira mais *transparente*, seja o que se mostra capaz de elaborar na relação entre eles — um dos objetivos é dar-lhe condições de enfrentar os discursos entre os quais ele, comunicador, circula e levá-lo a ser o dono de sua voz, apropriando-se deles; possibilitar-lhe o conhecimento de mecanismos que lhe permitam desvelar algumas características das vozes que falam como sujeitos para que formem, com ele, a ciranda dos indivíduos/sujeitos que, com emoção, se apropriam da história, conduzindo-a.

Do ponto de vista do receptor, oferecer-lhe subsídios para compreender o discurso dos meios de comunicação como contínuo ponto de chegada e ponto de partida, como o discurso que, feito para ir embora, para esvaír-se na edição do jornal, no programa televisivo, na emissão radiofônica, na verdade permanece. Paraphraseando Caetano Veloso, mostrar-lhe que se trata de um discurso que, no ir-se embora, só está preparando a hora de voltar; dar-lhe condições para perceber que o discurso da comunicação volta sempre no cotidiano das pessoas, nos amores/desamores, nos encontros/desencontros, nas violências e nos afetos, junto com todos os outros discursos, caracterizando a materialidade da consciência social e da consciência estética.

Na verdade, a tão decantada manipulação do discurso da comunicação, tal qual qualquer outra, só se desfaz na medida da consciência dos envolvidos no processo, na medida em que tanto produtores como receptores, sejam ambos o mesmo indivíduo/sujeito desempenhando os dois papéis, sejam indivíduos sujeitos diferentes, se conscientizem de que são enunciatários e enunciatários ao mesmo tempo, nos dois pólos.

O produtor é o enunciatário de todos os domínios socialmente estruturados, incluindo os receptores; ao tornar-se enunciatário ele nada mais é que o mediador dessa organização social. E os receptores, enunciatários desse discurso, vão incorporá-lo no jogo de todos os outros domínios sociais nos quais circulam, tornando-se eles próprios enunciatários de um discurso *outro*, este sim o ponto de chegada da comunicação, que se torna ponto de partida no momento mesmo em que se difunde no grupo social.

Para que se desvele a constituição dos domínios da comunicação como o encontro dos discursos da história e da literatura, do emissor e do receptor fundamentalmente, consideramos adequados os procedimentos

da análise de discurso da Escola Francesa, ou seja, discurso entendido como o lugar em que linguagem e ideologia se manifestam de modo articulado.

Ou, em outras palavras: o discurso, cujo sentido só se estabelece no amplo diálogo cultural, na interlocução, constitui-se linguisticamente, na sua materialidade, ao mesmo tempo em que é um objeto histórico.

Segundo Eni Orlandi^e, a análise de discurso *recorre*, de um lado, à linguística (à materialidade de língua) e, de outro, à ciência das formações sociais mas, paradoxalmente, ao pressupô-las na sua constituição – afinal, a teoria do discurso partilha o campo epistemológico de sua formação com a linguística e com a(s) teoria(s) da ideologia – ela lhes critica os fundamentos, já que não se deixa usar nem como instrumento neutro (seu uso supõe uma mudança de terreno e uma desconstrução de conceitos de base para ambas) e nem se coloca como se o que é próprio ao discurso viesse depois, como algo secundário (ou excrescente) ao que é linguístico.

A construção de sentidos está, portanto, prescrita historicamente e inscrita na palavra.

Desse modo, o ensino de linguagem verbal não parte do exterior para mostrar o discurso como *ilustração* do contexto; parte de análise do linguisticamente produzido no encontro entre emissão e recepção – ambos plenos das características apontadas – para configurar como os sentidos se estabelecem, formando o domínio da comunicação.

Afinal, um signo só significa no jogo dos discursos, os quais só significam nas inter-relações que se estabelecem. E o *produto comunicado* só se efetiva no horizonte social de um grupo se estiver de algum modo ligado às necessidades reais e simbólicas daquele grupo, se ele for verossímil naquela cultura.

Desse modo, consideramos, o estudo da linguagem verbal poderá despertar no comunicador a consciência indispensável para que ele perceba que o recorte temático da realidade realizado pelos meios de comunicação e atualizado quando se defronta com o recorte temático do enunciatário implicará reprodução de sentidos ou produção de novos sentidos que configurem novas realidades, novos mundos.

MARIA APARECIDA BACCEGA é Livre Docente, professora da Escola de Comunicação e Artes da USP. O texto publicado foi apresentado, sob forma de comunicação, no Congresso Internacional de Educação em Comunicação – Guarujá – agosto de 1992. As notas explicativas são de autoria da jornalista Roseli Figaro pós-graduanda na mesma escola.

NOTAS

(1) Enunciador: o indivíduo/ sujeito que, após reeleborar os discursos que recebe, elabora o seu próprio. Poderia ser chamado de emissor, porém parece-nos que esta palavra não esclarece a manifestação dessa pluralidade de discursos

que constituem, na verdade, a base do que está sendo dito.

Enunciatário: o indivíduo/sujeito que recebe os discursos. Na verdade, ao *receber* tais discursos, ele vai *lê-los*, entendê-los a partir de sua própria realidade. Ou seja: ele próprio, no momento em que é enunciatário está sendo enunciador, pois, ao se apropriar do discurso do outro, o faz a partir do seu ponto de vista e, ao enunciar-lo para si (monólogo interior) ou para outro, está sendo enunciador e não mero *reprodutor* do discurso do outro.

(2) Lexia: trata-se de uma unidade do discurso que tenha significado. Pode ser uma palavra ou um conjunto de palavras. Assim: socialismo é uma lexia; Estados Unidos também formam uma lexia, embora composta de mais de uma palavra.

(3) Série: conjunto de processos discursivos específicos. Assim, pode-se falar em série (talvez seja melhor domínio) da literatura, da ordenação jurídica, dos estudos de História etc, numa dada sociedade.

(4) Sobremodalização: pode-se dizer que se trata de uma *marca* que colabora para a configuração do discurso. Ou seja: uma determinada produção, escrita ou não, vai relacionar-se a outras produções de uma dada série ou domínio. E o fato de *aquela* produção ser dada a público como uma sequência daquele domínio, vai ajudar a caracterizar aquele discurso, vai portanto, sobremodalizá-lo. Assim: um discurso de História vai relacionar-se a todos os outros discursos de História emitidos naquela sociedade e isso colaborará para o entendimento da nova produção.

(5) Isotopia: pode-se compará-la, a um *corredor* de sentido. Há um exemplo clássico, muito bom para clarear o conceito. Na frase, *O cachorro do delegado latiu a noite inteira* há, sem dúvidas, no mínimo duas possibilidades isotópicas: a primeira remete a *cachorro*, animal irracional, que latiu e aborreceu a todos; a segunda pode indicar uma desavença entre quem fala e o *delegado* (funcionário da segurança pública) e uma afirmação sobre ele.

(6) Ontocriativo: a concepção a que esta palavra remete é aquela segundo a qual o homem não é apenas uma parte da totalidade do mundo, já que a totalidade do mundo compreende a existência do homem. Em outras palavras: trata-se do modo através do qual a realidade se abre ao homem; o modo através do qual o homem descobre essa realidade e, sobretudo, a condição do homem de agir sobre esta realidade, modificando-a e modificando-se ao mesmo tempo, sempre através da práxis.

BIBLIOGRAFIA

(a) PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Trad. Eni P. Orlandi e outros, Editora Unicamp, Campinas, 1988, pp. 31, 91, 153, 160.

(b) BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*, 4^a ed. Trad. Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira e outros, Editora Hucitec, São Paulo, 1988, p. 46.

(c) KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*, Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio, Editora Paz e Terra, São Paulo, 1969, pp. 35, 206.

(d) LEFÉBVRE, Henri. *A linguagem e a sociedade*, Trad. José Antônio Machado, Editora Ulisséia, Lisboa, 1968, p. 185.

(e) ORLANDI, Eni. *Terra à vista: o discurso do confronto*, Editora Cortez, São Paulo, 1990, p. 26.

Evolução das idéias sobre o Universo

JOSÉ LOURENÇO CINDRA

A Cosmologia, ciência que estuda a evolução do Universo nasceu com a Teoria da Relatividade geral, no início do Século XX. Modelos modernos introduzem a história nas idéias sobre o Cosmos.

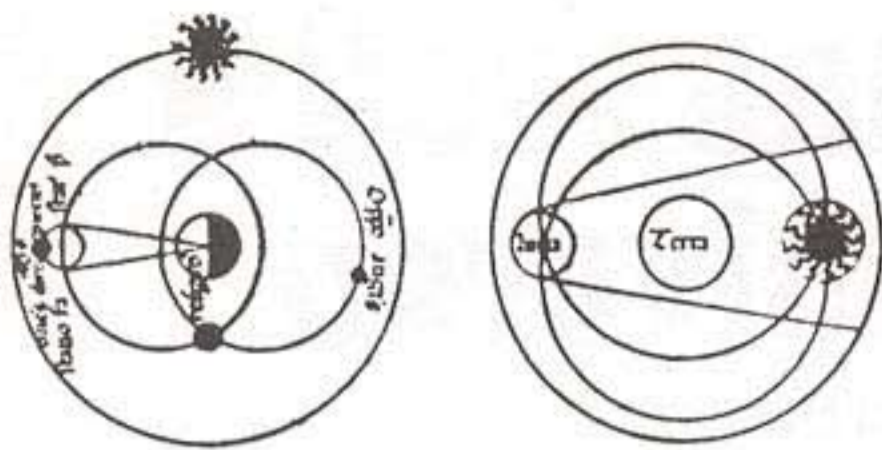
Apresentaremos uma visão panorâmica da evolução das idéias sobre o Universo, desde as primitivas cosmologias até nossos dias. A Cosmologia propriamente dita, a Ciência que procura estudar o Universo em larga escala, nasceu com a Teoria Geral da Relatividade. Só assim, baseando-se num chamado princípio cosmológico: o Universo em larga escala é homogêneo e isotrópico, os cientistas puderam construir modelos razoáveis do Universo. Estes modelos levam a crer que o Universo está em expansão. Significa que o Universo também tem sua história. Há cerca de 15 ou 20 bilhões de anos não havia ainda nem as estrelas que brilham nem as galáxias que povoam o Universo. Havia apenas o Universo repleto de radiação, ou melhor, não havia separação entre a matéria (substância) e a radiação. A concepção da matéria eternamente em movimento e eternamente cambiante é uma das teses fundamentais do materialismo dialético. Portanto, este panorama grandioso de um Universo se transformando através do tempo não pode contrariar os princípios do materialismo dialético.

Introdução: As primeiras concepções acerca do Universo eram bastante rudimentares, mas assim teve que ser, pois a busca do conhecimento é um processo difícil, cheio de vicissitudes, não linear. As primeiras cosmologias eram representações ingênuas e grosseiras do Universo. No entanto, algumas não deixavam de conter momentos dialéticos, pois procuravam compreender o Universo em sua totalidade. Concepções dessa natureza já eram encontradas na Índia e sobretudo na Grécia antiga. Os indianos concebiam um Universo cíclico. Segundo Misner: “Um mil mahayugas – 4.320.000.000 anos terrestres – constituem um único dia

de Brahmã, um único kalpa (...) Eu vi a terrível dissolução do Universo. Eu vi tudo perecer repetidas vezes a cada ciclo. E naqueles tempos terríveis, cada átomo individual dissolvia-se na pura e primordial água da eternidade, de onde tudo se originou” (p. 752).

Concepções semelhantes podemos encontrar nos escritos de alguns filósofos gregos pré-socráticos, como Anaximandro e Heráclito. Enquanto outros, entre eles Anaxágoras, concebiam o Universo como um Cosmos, como algo que surgira do caos. O objetivo deste trabalho é, antes de tudo, descrever de maneira sucinta alguns momentos mais interessantes da evolução das idéias acerca do Universo, dando maior ênfase a alguns aspectos da Cosmologia contemporânea, nascida a partir da Teoria Geral da Relatividade, na segunda década deste século. Segundo as concepções mais aceitas atualmente, o Universo tem a sua história. Ele se desenvolve no espaço e no tempo, passando por muitas fases distintas. Houve um tempo em que não existiam nem as estrelas nem as galáxias. Essa longa evolução, que culminou com o surgimento da vida em todas as suas manifestações, não deixa de ser emocionante e vem despertando o interesse de muitos pesquisadores.

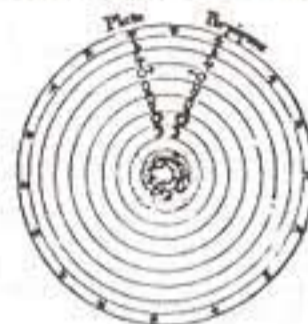
O Universo de duas esferas: Segundo Thomas Kuhn em seu livro *A Revolução Copernicana*, a concepção do Universo de duas esferas não era a única cosmologia na Grécia antiga, mas foi a única levada mais a sério pela maioria das pessoas, particularmente pelos astrônomos, e foi a que a civilização ocidental mais tarde veio herdar dos gregos. Houve cosmologias alternativas. Por exemplo, no século V a.C. os atomistas gregos Leucipo e Demócrito concebiam o Universo como um espaço infinito e vazio. É interessante notar que um Universo



infinito não tem centro. Mais tarde, meados do século IV a.C., Aristarco de Samos supunha o Sol como centro de uma imensa esfera de estrelas e a Terra movia-se num círculo à volta do Sol. Todas as cosmologias alternativas têm o movimento da Terra como uma premissa. No entanto, os sentidos separam a Terra dos céus. A Terra não é parte do céu; é uma plataforma a partir da qual nós o vemos. Isto levou ao surgimento do Universo de duas esferas: a esfera terrestre e outra muito maior, a esfera das estrelas fixas a girar em torno dela. Diversas foram as cosmologias de duas esferas, mas a mais bem elaborada, a qual permeou grande parte da antiguidade e toda a Idade Média, estava baseada nas concepções filosóficas de Aristóteles. Para Aristóteles, o Universo era infinito no tempo, mas finito no espaço. Ele aceitava a eternidade do Universo infinito potencial (infinidade na evolução temporal). Mas refutava a existência de um Universo infinito no espaço: infinito atual (concreto já existente). Segundo Aristóteles, havia a esfera terrestre (região sublunar), domínio da matéria ordinária e corruptível, onde tudo é perecível. Havia também a esfera celeste (região supralunar), onde tudo era eterno e imutável. A terra, como centro do Universo, deveria ser imóvel. No âmbito das concepções filosóficas e físicas de Aristóteles surgia, no segundo século de nossa era, o famoso sistema geocêntrico de Cláudio Ptolomeu. Um sistema astronômico que, apesar de muitas alterações sofridas ao longo dos séculos, foi o sistema dominante por mais de um milênio. O sistema geocêntrico de Ptolomeu chegou ao seu declínio, quando o astrônomo polonês Nicolau Copérnico (1473-1543) propôs um novo sistema, um sistema heliocêntrico, que apesar de violar os sentidos, mostrou ser mais adequado que o de Ptolomeu.

O Sistema heliocêntrico de Copérnico e suas consequências: Em 1543, ano da morte de Copérnico, era publicado seu livro *De Revolutionibus Orbium Caelestium*, prenúncio da ciência dos tempos modernos. Em alguns aspectos o livro de Copérnico era mais conservador que revolucionário, no entanto, o seu impacto foi muito grande. Ele representava uma nova visão sobre a relação entre o homem e o Universo. Em alguns aspectos Copérnico era um fiel discípulo de Aristóteles. Em outros, ele expressava a nova tendência na filosofia do Renascimento, o chamado neoplatonismo. As órbitas planetárias circulares eram uma exigência do platonismo.

E foi apenas como um estratagema matemático para simplificar os cálculos astronômicos, sem qualquer pretensão de descrever a realidade, que o livro passou a ser visto pela hierarquia da igreja católica, temerosa da repercussão do livro fora dos círculos acadêmicos especializados. Mas, depois que Galileu Galilei (1564-1642) anunciou suas observações astronômicas, em 1610, o copernicanismo não podia ser afastado como um simples estratagema matemático, útil, mas sem consequências físicas. E a repressão da Igreja contra o livro e seus seguidores passou a ser violenta e sistemática.



Modelo predominante até Século XIX apresentava Universo estacionário, invariável no tempo

O Universo de Copérnico, como o de Aristóteles e o de Ptolomeu, continuava sendo um Universo finito no espaço. Mas, em 1576, o copernicano Thomas Digges introduzia a idéia de um Universo infinito. A visão de um Universo infinito já havia sido expressa por Nicolau de Cusa (1401-1464) e passou a ser veementemente defendida por Giordano Bruno (1548-1600).

O sistema copernicano foi aperfeiçoado por Johannes Kepler (1571-1630), que chegou à conclusão, depois de cálculos minuciosos, que as órbitas planetárias deveriam ser elípticas. O sistema solar mecânico de Kepler é o primeiro de uma série que culmina no sistema dos *Princípios* de Newton. A evolução dos conhecimentos astronômicos caminhava no sentido de se estabelecer um modelo de Universo infinito no espaço. O próprio Galileu havia mostrado que a Via Láctea é constituída de estrelas. Ia definitivamente desaparecendo o Universo de duas esferas. As leis físicas mostravam ser as mesmas aqui na Terra como no céu.

Os astrônomos da época observavam o aparecimento súbito de supernovas estrelas em constelações distantes. Não havia mais motivo para aceitar a imutabilidade dos céus. No século XVIII, Joham Heinrich Lambert (1728-1777) propôs que cada sistema planetário deveria ter seu centro, e todos poderiam girar em torno de um centro comum. Era um modelo hierárquico do Universo. Posteriormente, no início do século XIX, devido, principalmente, aos trabalhos de Wilhelm Herschell (1738-1822) surgia a noção de nossa Galáxia e de outros sistemas estelares ou galáxias. Com isso ia aos poucos se consolidando a hipótese de que o Universo deve conter um número infinitamente grande de estrelas, mais ou menos uniformemente espalhadas por todo o espaço.

Modelo Estacionário Homogêneo e Euclidiano: O modelo de Universo predominante ao longo do século XIX era o de um Universo infinito e homogêneo no espaço, invariável no tempo (modelo estacionário). A geometria deste Universo deveria ser a geometria euclidiana. Chamemos então este *modelo cosmológico*

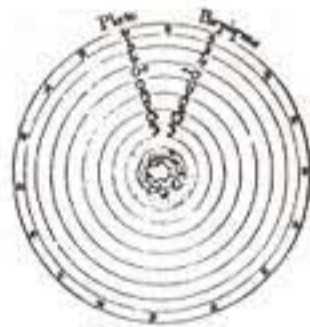
de modelo estacionário homogêneo e euclidiano (modelo EHE). No entanto, este modelo de universo infinito no espaço e invariável no tempo deparava com diversas dificuldades.

A primeira delas consistia em que, neste modelo, todo o céu noturno deveria mostrar-se totalmente iluminado como o sol diurno. É o denominado paradoxo de Olbers, devido a Heinrich Wilhelm Matthias Olbers (1758-1840), que o formulou em 1826. Surge o paradoxo porque, num universo infinito, povoado por inúmeras estrelas espalhadas pelas galáxias mais ou menos uniformemente distribuídas por todo o espaço, o fluxo de luz, ainda que não seja infinito, deveria ser o suficiente para fazer o céu noturno totalmente iluminado, o contrário do que se observa. Por isso, uma das hipóteses parecia ser falsa. Ou as estrelas não estão distribuídas mais ou menos uniformemente por todo o espaço ou o Universo não é infinito.

Outra dificuldade surge no tocante ao emprego das leis da Termodinâmica ao modelo EHE. Se o Universo é estacionário e, portanto, existe durante um tempo infinitamente longo, então tudo nele deveria ter atingido um estado de relaxação total, a chamada "morte térmica" do Universo. Mais uma vez, nada de semelhante é observado. A terceira dificuldade é conhecida como paradoxo de Seeliger (1895). Ela está relacionada com a tentativa de se aplicar a teoria da gravitação universal de Newton ao modelo EHE. Em virtude da atração gravitacional variando com o inverso do quadrado da distância, todos os corpos possuem energia potencial de interação variando com o inverso da distância.

Um cálculo relativamente simples mostra que esta energia diverge, ou seja, ela tende para o infinito. Portanto, ou não devemos aplicar a teoria da gravitação ao modelo EHE ou devemos fazer algumas modificações não triviais nesta teoria. No entanto, modificar uma teoria fundamental como a newtoniana não é tarefa fácil. Diversas tentativas foram feitas, mas nenhuma delas mostrou ser isenta de contradições indesejáveis.

Einstein ajustou suas equações para obter modelo de Universo sem evolução temporal



A Teoria Geral da Relatividade e a moderna Cosmologia: Modificar uma teoria, ainda mais em se tratando de uma teoria fundamental como a teoria newtoniana, mostrou ser uma questão não trivial. Uma teoria só pode ser modificada por outra teoria mais ampla. E esta teoria foi a Teoria Geral da Relatividade elaborada por Albert Einstein (1879-1955) entre os anos de 1907 e 1915, aparecendo ela em sua forma final em 1916. É com o advento da Teoria Geral da Relatividade que começa a história da Cosmologia contemporânea. Esta teoria, graças a uma nova interpretação do fenômeno da gravitação como manifestação da curvatura do

espaço-tempo, mostrou ser consistente com os fatos observados, eliminando assim não só os paradoxos cosmológicos da teoria newtoniana, como também prevendo novos efeitos gravitacionais. É interessante notar que a Cosmologia contemporânea teve início com a rejeição da geometria euclidiana, mas não com o abandono da homogeneidade e da estacionaridade do Universo. Einstein, quando da criação de sua teoria notou que as equações obtidas não admitiam soluções estacionárias. E como observam os autores Misner, Thorne e Wheeler (p. 707): "A permanência do Universo era uma questão de fé da filosofia ocidental. Os céus duram de uma eternidade a outra. Por isso, Einstein (1917), muito a contra-gosto, introduziu em suas equações a última modificação não trivial que ele pode imaginar, o chamado termo cosmológico, com o propósito de evitar a expansão do Universo".

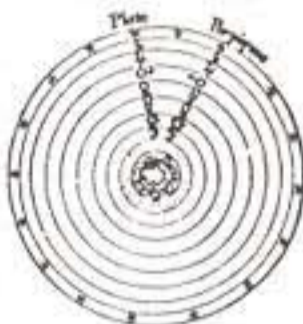
Einstein propôs um modelo de Universo não-euclidiano, mas estacionário e homogêneo, o chamado modelo esférico de Einstein. Ele procurou relacionar o raio de curvatura do Universo com a densidade média de matéria. Não encontrando soluções estacionárias (que não dependem do tempo), ele introduziu em suas equações o termo cosmológico para tornar o Universo estacionário. O termo cosmológico está relacionado com uma hipotética força repulsiva para compensar a atração gravitacional.

Entretanto, em 1922 o físico matemático soviético Alexander Friedmann (1888-1925) mostrou que seria possível soluções não estacionárias das equações de Einstein, desde que se aceitasse a expansão do Universo. Segundo a solução de Friedmann, baseada num modelo homogêneo e isotrópico, as distâncias, digamos as distâncias entre as galáxias, estão constantemente aumentando, o que implica uma densidade média de matéria decrescente com o tempo. Seria bom ressaltar que, o modelo de Universo em expansão está construído sob o princípio cosmológico: em larga escala, a distâncias de 10^8 anos luz ou mais, o Universo é homogêneo e isotrópico. Todos os pontos e todas as direções do Universo são equivalentes, mas variam com o tempo certas propriedades, a começar com a densidade de matéria. Esta solução de Friedmann pareceu a princípio pouco confiável, pois a eternidade do Universo era, desde os dias de Aristóteles, uma questão irrefutável.

Por outro lado, se o Universo está em expansão, então extrapolando para o passado, poderíamos encontrar um tempo em que ele estivesse praticamente concentrado num ponto, em estado de singularidade, como dizem os matemáticos, quando não existiam nem espaço nem tempo. Parece à primeira vista que o Universo fora criado. E este fato tem implicações filosóficas muito sérias. A eternidade da matéria é aceita sem reservas pelo materialismo dialético. Acontece, porém, que em 1929, os resultados de uma série de observações levadas a cabo pelo astrônomo norte-americano Edwin Hubble (1889-1953) mostravam que as galáxias deveriam estar se afastando com velocidades proporcionais às suas distân-

cias mútuas. Os espectros óticos das galáxias distantes mostram-se desviados para o vermelho, o que é normalmente interpretado como uma manifestação do efeito Doppler. Face às evidências a favor da expansão do Universo, Einstein abandonou o termo cosmológico, embora alguns autores, entre eles Eddington e Lemaître acharam conveniente pesquisar soluções com a presença do termo cosmológico.

Universo com história, em permanente desenvolvimento, é a idéia da moderna Cosmologia



Uma das questões fundamentais em Cosmologia é a de se saber qual o modelo cosmológico se realiza de fato. Dependendo do valor da densidade real da matéria cósmica, o Universo poderá expandir indefinidamente ou então, após um período de expansão, seguir um período de contração, voltando ao estado de singularidade. Existe uma densidade crítica da ordem de $10^{-29} \text{ g / cm}^3$. Se a densidade do Universo for maior que este valor, ele terá curvatura positiva (modelo fechado). A expansão será limitada. Caso contrário, se a densidade for menor que a densidade crítica, a expansão deverá ser infinita. Segundo os dados atuais, a densidade do Universo é da ordem de $2 \cdot 10^{-31} \text{ g / cm}^3$, portanto bem menor que a densidade crítica. Entretanto, estes dados são aproximados. Não se conhece com precisão o valor da constante de Hubble. Existem, conseqüentemente, uma série de questões em aberto.

Uma das evidências da expansão do Universo foi a descoberta da chamada radiação de fundo em 1965. Foi detectada uma radiação eletromagnética da ordem de 3 graus Kelvin, em todas as direções do espaço, que é interpretada como uma relíquia da radiação primordial, quando há cerca de 15 a 20 bilhões de anos o Universo começou a sua expansão a uma temperatura inicial extraordinariamente elevada.

Acredita-se que, cerca de 3 minutos após o início da expansão, a temperatura tenha caído para 10^9 graus Kelvin. Começa então o processo de fusão dos núcleos de hidrogênio e hélio, principalmente. Alguns minutos mais tarde, a temperatura havia baixado tanto que a fusão dos núcleos terminou, começando assim a chamada era da radiação. E, em um tempo $t = 10^5$ anos, a densidade da radiação torna-se menor que a densidade de matéria (elétrons, prótons e núcleos leves). Quando o Universo tinha cerca de 10^6 anos, a temperatura havia caído para menos de 4.000 graus Kelvin. A densidade média da matéria era de cerca de 10^{-20} gramas por centímetro cúbico e as suas dimensões eram mil vezes menor que seu valor atual. Tem início o processo de formação dos átomos de hidrogênio. Começa a era de dominância da matéria sobre a radiação, isto é, a densidade da matéria passa a ser superior a da radiação. Só mais tarde ainda é que começam a se formarem as

estruturas no Universo, as galáxias, por exemplo.

Conclusão: Apesar do modelo de Friedmann ser o mais aceito, há modelos alternativos. Além disso há muitas variantes do modelo de Friedmann. Modelos fechado, aberto, com ou sem o termo cosmológico. A descoberta dos quasares nos anos 60 levou ao renascimento de alguns modelos com o termo cosmológico. Quasares são objetos astronômicos, cujos espectros apresentam um acentuado desvio para o vermelho. Devem ser os corpos mais distantes do Universo. Como diz S. Weinberg, modelos com a presença do termo cosmológico continuam sendo uma possibilidade lógica. O físico inglês Paul Dirac, um dos criadores da mecânica quântica, especulou sobre as possibilidades da constante gravitacional ser variável com o tempo, o que levaria a outros modelos cosmológicos.

Nos anos 40, Hermann Bondi e Thomas Gold propuseram um modelo baseado no *perfeito princípio cosmológico*: o Universo não é apenas homogêneo e isotrópico no espaço, mas também é o mesmo em todas as eras.

Contudo, para conciliar esta tese com o fenômeno da expansão do Universo, tiveram de supor uma criação contínua de matéria para manter a densidade média constante. Neste modelo, o Universo não teve princípios nem terá fim. Contudo, esta criação de matéria viola a lei de conservação e é difícil de se aceitar.

Para concluir, gostaria de ressaltar que alguns especialistas demonstraram que diversos modelos baseados na Relatividade Geral levam a uma singularidade. Teria de fato o Universo surgido de um estado extremamente denso da matéria, surgido de uma explosão, de um Big Bang, como se diz? São questões em aberto. Em geral, o importante é que, pelo menos no estágio atual, tudo indica que o Universo está em expansão. Portanto, a lei da evolução se aplica ao Universo em larga escala, e não apenas a alguns corpos do Universo. A matéria eternamente em movimento e eternamente cambiante é uma das teses fundamentais do materialismo dialético.

JOSÉ LOURENÇO CINDRA é professor da UNESP - Campus de Guaratinguetá - SP.

BIBLIOGRAFIA

1. MISNER, C. W.; THORNE, K. S.; WHEELER, J. A. *Gravitation*, W. H. Freeman and Co., San Francisco, 1973.
2. KUHN, Thomas. *A Revolução Copernicana*, Edições 70, Lisboa, 1990, Cap. 1.
3. GINZBURG, V. *Sobre a Teoria da Relatividade*, Ed. Nauka, M. 1979 (em russo).
4. VLADIMIR, Yu.; MITSKIEVITCH, N.; HORSKY, J. *Space, Time, Gravitation*, Mir Publishers, Moscow, 1987.
5. WOLFGANG, Rindler. *Essential Relativity*, Spring Verlag, N. York, Heidelberg, Berlin, 1977, Ch. 9.
6. WEINBERG, S. *Gravitation and Cosmology*, John Wiley and Sons, Inc. N. York, London, Sydney, 1972, Ch. 15.
7. MARTIN, J. L. *General Relativity*, Ellis Horwood Library of Physics, King's College, Univ. London, John Wiley & Sons, 1988, Ch. 11.

Apontamentos para uma estética marxista

ICHI TERUKINA

*Terceira e última parte.
A primeira e a
segunda parte deste artigo
foram publicadas
na PRINCÍPIOS, n^{os} 28 e 29.*

Para o Marxismo, a praxis (categoria medular do materialismo dialético) é um conceito que permite superar de forma materialista todas essas dualidades que implícita ou explicitamente manipulam os modernos métodos de enfrentar o problema do imaginário e sua relação com o real.

“Entre as formas fundamentais da praxis temos a atividade prática produtiva, ou a relação material e transformadora que o homem estabelece – mediante seu trabalho – com a natureza. Graças ao trabalho, o homem vence a resistência das matérias e forças naturais e cria um mundo de objetos úteis que satisfazem determinadas necessidades”. (Sanchez Vasquez, 1967, p. 160)

Mas enquanto o homem vence a resistência da matéria e cria para si um mundo de objetos humanizados, ele transforma a si próprio, se rehumaniza ou se encontra em um constante processo de humanização cujo sentido final, como indivíduo, depende de sua própria atividade prática.¹

**Diferente da ciência,
a arte
visa que o sujeito
se afirme
no objeto artístico**



Esta dupla característica transformadora da atividade prática, ou seja, como agente de transformação da natureza em cultura e como processo de transformação do homem como espécie humana, apaga as outras fronteiras metafísicas que se levantaram em torno da dialética do sujeito e do objeto.

“Na assimilação artística o homem desenvolve toda a potência de sua subjetividade, de suas forças humanas

como indivíduo que, por sua vez, faz parte de uma comunidade, ou seja, como ser social. Enquanto a ciência tende a apagar a marca do sujeito no objeto científico, a arte pretende que o sujeito se afirme no objeto artístico”. (Sanchez Vasquez, 1962, p. 6).

A prática como atividade humana transformadora não se esgota em uma atividade puramente prática (no sentido corrente do termo) que permita ao homem transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, ela alimenta um processo de contínua humanização da natureza e autotransformação do homem no processo mesmo da praxis.

O trabalho, que é a forma fundamental da praxis, contém um duplo sentido expresso por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*: “O defeito fundamental de todo o materialismo anterior – incluído o de Feuerbach – é que ele só concebe as coisas, a realidade, a sensorialidade, sob a forma de objeto ou contemplação, mas não como atividade sensorial humana, não como prática, não de um modo subjetivo. Daí que o lado ativo fosse desenvolvido pelo idealismo em oposição ao materialismo, mas só de um modo abstrato, já que o idealismo, naturalmente, não conhece atividade real, sensorial, como tal. Feuerbach quer objetos sensoriais realmente distintos dos objetos conceituais, mas ele não concebe a própria atividade humana como uma atividade objetiva. Por isso, na *Essência do Cristianismo* só considera a atividade teórica como autenticamente humana, enquanto concebe e fixa a prática apenas em sua forma judaica de manifestar-se. Portanto, não compreende a importância da atuação revolucionária, prático-crítica.”² (Marx, O. E. p. 24.)

O trabalho, portanto, é uma atividade humana essencial, que nos revela de maneira objetiva a riqueza



•54•

subjetiva do pensamento humano, seja em sua manifestação mais clara e transparente, tal como se dá na atividade produtiva propriamente dita (transformação da natureza para a satisfação de suas necessidades materiais), seja na criação das instituições sócio-culturais e políticas, que permitem a conservação ou a transformação das condições sócio-econômicas necessárias para a sobrevivência e desenvolvimento do gênero humano.

Essa espécie de retorno objetivo da subjetividade humana através da *praxis* nos permite atingir os extratos mais recônditos da consciência, partindo não da consciência em si mesma como uma coisa dada (ponto de partida do idealismo), mas, como produto ou acumulação dialética de milhões e milhões de *atos práticos*, que a humanidade, em seu conjunto, realizou ou realiza continuamente ao longo de todas as gerações. E a materialização destes infinitos atos *práticos* que a humanidade conseguiu realizar em toda a sua existência é o que nós conhecemos como o nome genérico de *cultura*.

**Consciência do artista
e do indivíduo
comum se movem nas
turbulentas
águas da cotidianidade**



É absolutamente óbvio que dos infinitos atos *práticos*, que todos os humanos realizaram e realizam em sua existência concreta como indivíduos, só alguns puderam materializar-se concretamente em objetos culturais, permitindo sua preservação histórica. Mas estes poucos objetos culturais, que na realidade são infinitos – posto

que o universo fático dos atos *práticos*, no curso da milenária idade do gênero humano, se amplia e reproduz constantemente em cada indivíduo humano existente – de fato são *as únicas manifestações concretas e sensíveis da consciência humana*. Portanto, são os únicos veículos objetivos mediante os quais podemos atingir cientificamente os labirintos da consciência humana como uma totalidade.

Dos múltiplos e infinitos objetos culturais que existem e se reproduzem na sociedade capitalista (cuja marca fundamental, do ponto de vista *prático*, é o trabalho alienado), o objeto artístico é o produto cultural que se acha mais *livre* da alienação capitalista, é a mercadoria que tem suportado mais os embates da divisão social do trabalho e, portanto, é o produto que menos confronta seu produtor (no estrito sentido da degradação das condições materiais de existência do produtor)³; por outro lado, ao valorizar-se o produto de um artista, ele mesmo, como artista, também se valoriza socialmente e se converte em uma celebridade⁴. Por conseguinte, o objeto artístico pode ser considerado, dentro da sociedade capitalista, como a materialização de um trabalho não alienado ou, pelo menos, diferente da forma direta como o operário sofre a alienação capitalista. Portanto, o trabalho artístico é uma atividade *prática* que obriga o artista a entregar-se total e livremente a seu produto. Se bem, que as motivações mais íntimas do artista para essa entrega total a seu produto podem variar de acordo com as circunstâncias históricas que vive cada artista como indivíduo. A motivação fundamental de todo o artista se encontra marcada pela reação *sui generis* (dentro de um regime de propriedade privada) que se estabelece entre o produtor e seu produto, entre o artista e seu objeto artístico.

Esta relação, por assim dizer, mais ou menos desalienada entre o produtor e seu produto nos permite considerar o trabalho artístico como uma atividade onde o homem está obrigado a colocar todas as suas fibras materiais e intelectuais para criar e produzir seu objeto artístico. Por conseguinte, como a materialização de um objeto cultural, no qual se sintetiza com maior força a consciência ou subjetividade humana como uma totalidade objetiva, o objeto artístico se converte no portador mais fidedigno dessa consciência totalizadora e, portanto, é o objeto quimicamente mais puro onde se reproduz materialmente o caráter sincrético do pensamento cotidiano.

Esta reflexão sobre a consciência—tomada como uma totalidade e relacionada com o trabalho humano, ou melhor, ligada à *praxis* nos obriga a reconsiderar os hábitos racionais que nos levam a focalizar o problema da consciência de uma forma unilateral e a enfrentar o problema da consciência sem perder de vista a unidade de suas múltiplas determinações, ou seja, como uma concretude.

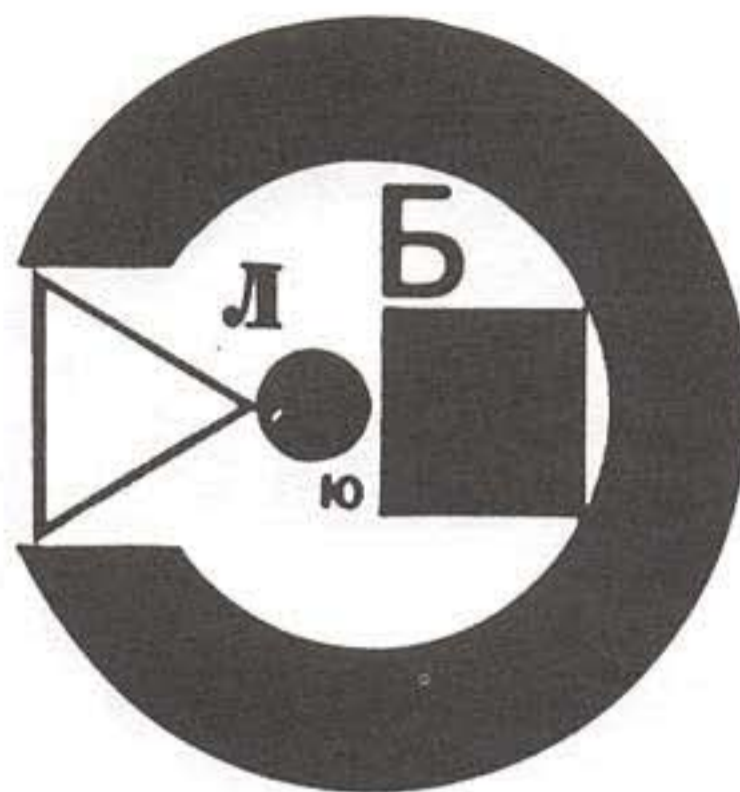
Tomar a consciência como uma concretude significa desprezar aquelas concepções puristas que a consideram como um ente não contaminado pelo mundo cotidiano, sem vinculação com a conduta cotidiana, que é, em último caso, o lugar onde se manifesta com maior consequência a unidade da complexidade de nossa consciência.

Tanto a consciência do artista como a do indivíduo comum se movem dentro das turbulentas águas da cotidianidade, nada escapa dela (nem sequer o cientista fechado em seu laboratório), e por isso mesmo, os embates sociais e políticos se produzem com o fim de modificar ou manter essa cotidianidade. Mas o artista, diferentemente do indivíduo comum, se nutre inexoravelmente da cotidianidade e é muito mais permeável ao conjunto das pressões psicológicas e sociais que fluem constantemente à sua volta, e a partir delas formula um juízo estético por intermédio de um veículo material onde se condensa e expressa seu próprio ponto de vista sobre a sociedade. Um ponto de vista que, ademais, não pode deixar de ser a expressão social de algumas das ideologias em conflito. Por conseguinte, quando o artista cria uma obra de arte, nela põe toda a sua força espiritual e material, está revelando, queira ou não, sua consciência individual como uma totalidade.

**Materialidade da obra
artística é
carregada de um modo
pessoal
de ver o mundo**



Tal é o significado da seguinte frase do mestre Cesar Vallejo: “O poeta socialista não deve sê-lo unicamente no momento de escrever um poema, mas em todos os seus atos, grandes e pequenos, internos e externos, conscientes e subconscientes e até quando dorme e



quando se equivoca e se trai voluntária ou involuntariamente e quando se corrige e quando fracassa.” (Farias, 1987, p. 298) Assim, pois, o verdadeiro artista se manifestará, mais que por suas opiniões políticas ou por qualquer outra coisa, pelas qualidades de suas obras, já que através delas nos transmite e condensa, à margem dos domínios das técnicas de execução e dos estilos, toda a sua intimidade espiritual e sua particular concepção do mundo como uma totalidade objetivada.

Mas este mundo espiritual íntimo do artista é, por um lado, em uma sociedade de classes, a manifestação consciente ou inconsciente de uma determinada ideologia de classe e, por outro, a compreensão de uma determinada visão de mundo que só pode ser transmitida socialmente através da matéria. Neste último sentido, o artista é um artesão, um fazedor, e é na fisicalidade (ou na sua manifestação sensível) da obra, onde plasma realmente esse amálgama espiritual, que o artista pretende transmitir socialmente. De modo que nós consideramos como uma premissa básica para a investigação da linguagem cinematográfica, o objeto artístico como a materialização efetiva da consciência total do produtor e/ou produtores. Materialização que significa a concentração de uma visão de mundo contida em uma forma material da milenária *praxis* humana e que é constantemente atualizada e personificada no fazedor, no artista. Por isso, quando falamos da materialidade da obra artística a assumiremos como uma materialidade carregada de uma subjetividade ou de um modo pessoal de ver o mundo, mas também de um modo pessoal que não pode desligar-se dos conflitos sociais e ideológicos da sociedade em que vive.

Finalmente, essa materialidade é também produto de um determinado estado de desenvolvimento histórico



social, portanto, essa materialidade possui em si todos os aportes técnico-científicos que o entorno social facilita ao fazedor. Assim, as limitações e possibilidades do artista estão em proporção direta com os avanços tecnológicos que a humanidade conseguiu acumular ao longo de sua história e é prerrogativa do fazedor proceder a sua utilização. Esta verdade é particularmente evidente no mundo atual, pois o capitalismo em seu afã e necessidade de expandir seus mercados, praticamente universalizou o consumo de certas tecnologias e isto explica, em parte, nossa contraditória e complexa produção estética. Um universo artístico onde convivem a quena e a música cibernética, o teatro e a dança popular com a televisão, o casebre e o arranha-céu etc.

Esta complexa realidade nos obriga a criticar e repensar aquelas categorias estético-filosóficas que contribuíram e contribuem para isolar em modelos totalmente estreitos o amplo espectro que configura nossa produção artística nacional. Nesse sentido, o presente trabalho aspira ser uma pequena contribuição que permita ampliar as fronteiras conceituais de uma estética genuinamente democrática e popular e, sobretudo, pretende evidenciar – dentro de suas limitações – a riqueza conceptual multilateral do materialismo dialético como instrumento universal do conhecimento humano e desta forma dar uma contribuição à multilateral, resposta marxista-leninista à atual cantilena anticomunista da burguesia internacional.

Tradução de Maria Motter, professora da ECA-USP e Roseli Figaro, jornalista e mestrande na ECA-USP.

ICHI TERUKINA é peruano, cineasta, já publicou *Cinegramas*, Lima, 1992.

(1) Temos preferido utilizar o termo *práxica* em lugar de *prática* porque a significação corrente deste último termo nos remete a uma série de imprecisões que queremos evitar. Ainda que o conceito de *práxis* pressuponha em si uma atividade humana, não nos parece inoportuno redundar no significado do termo e falar de uma atividade *práxica* para acentuar o caráter dinâmico e transformador do conceito.

(2) Esta tese de Marx, muitas vezes citada e lida, tem sido mesquinamente mutilada e interpretada com fim puramente político, que sem ser legítimo, reduz grosseiramente os alcances filosóficos e humanistas do materialismo dialético.

(3) "O operário se empobrece tanto mais riqueza produz, quanto mais aumenta a sua produção em extensão e em poder. O operário se converte em uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria produz. A medida que se valoriza o mundo das coisas se desvaloriza, em razão direta, o mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadoria, ele produz, também, a si mesmo e produz o operário como mercadoria e, ainda, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral".

"O que este fato expressa é, somente, o seguinte: o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, com ele como algo estranho, como poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se plasmou, materializado em um objeto, é uma objetivação". (Marx, 1966, p. 63).

(4) Não obstante, isto não significa que o artista não sofra nenhum tipo de degradação. Já que o capital só valoriza aquelas mercadorias *sui generis* (que carregam uma marca ideológica indelével) se elas acatam submissamente suas premissas ideológicas. Portanto, o artista, dentro de uma sociedade capitalista, se sente constantemente pressionado pelo poder do capital, no sentido de acatar submissamente suas premissas ideológicas, degradando assim sua riqueza espiritual humanística e escondendo o desdobramento de sua subjetividade ao mesquinho mundo do individualismo radical.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREW, Dudley. *Las principales teorías cinematográficas*, Gustavo Gili, Barcelona, 1978.
- FARIAS, Victor. "La estética de César Vallejo. El arte y la revolución", en: *Tierra Adentro*, julio, nº 4, Ediciones La Fragua, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Introducción a la Filosofía de la Praxis*, Editorial Fundamentos, Madrid, 1980.
- LEVI-STRAUS, Claude. *El pensamiento selvaje*, Fondo de Cultura Económica, México, 1972.
- MARX, Karl. Marx y Engels. *Obras Escogidas*, Vol. I, Editorial Progreso, Moscú, s.d.
- Escritos económicos varios – Manuscritos económicos-filosóficos de 1844*, Editorial Grijalbo, México, 1966.
- SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la praxis*, Editora Grijalbo, México, 1967.
- Ideas estéticas en los manuscritos económico-filosóficos de Marx: Revista Casa de las Américas*, nº 13-14, La Habana, Stálin, J. Anarquismo o Socialismo? Editorial Grijalbo, México, 1972.

A obra de Elifas Andreato

MARIA RITA LEAL *

Os 25 anos de atividade de um dos maiores ilustradores brasileiros mereceram tese acadêmica. Suas criações não são peças publicitárias. Refletem a realidade do país e de seu povo.

O trabalho de ilustração de Elifas Andreato, 45 anos, compõe um universo muito particular no campo das artes gráficas. Tem início em 1967, como diagramador na Editora Abril, depois como capista da revista *Veja*, onde fica até 1969. Fez projetos gráficos para os fascículos da *História da Música Popular Brasileira*, para a coleção *Bom Apetite* e para a revista *Placar*. Na Editora Abril chega a Editor de arte da Seção de Fascículos, saindo em 1972.

Participou da equipe que fundou os jornais alternativos *Opinião* (1972) e *Movimento* (1975). Colaborou nas revistas *Argumento*, *Repórter*, *Extra-Realidade*, *Retratos do Brasil* (onde também faz parte do Conselho Editorial ao lado de nomes como Mino Carta, Raimundo Pereira, Hélio Bicudo, Fernando de Moraes, entre outros). Fora da Abril, volta a colaborar algumas outras vezes, como capista da revista *Veja*. Fez capas ainda para revista *Imprensa*, publicações de sindicatos e de partidos políticos (PCdoB e PT), revista *Presença da Mulher* e uma revista de música popular editada por japoneses – a *Latina*. Criou cerca de 150 posters para peças teatrais e tem uma das maiores produções como capista de discos da MPB.

A marca de suas criações, longe de se tornar mera produção publicitária, tem preocupação com a realidade do país e registra os modos de vida de uma população sacrificada pelo desemprego, pela miséria, pela falta de rumos. História do homem comum que ama o futebol, a música na roda de amigos, o bar, a cachaça. Figurativa, a sua produção não se reduz ao retrato; a fotografia entra

com outros elementos gráficos. A cena aparece como uma cena que tanto poderia ter saído de um filme, como de um sonho.

Essa leitura de imagens, num tempo não cristalizado pela memória, evocando um mundo cultural popular, um contexto sócio-político recente (a partir de 69), é o tema da pesquisa.

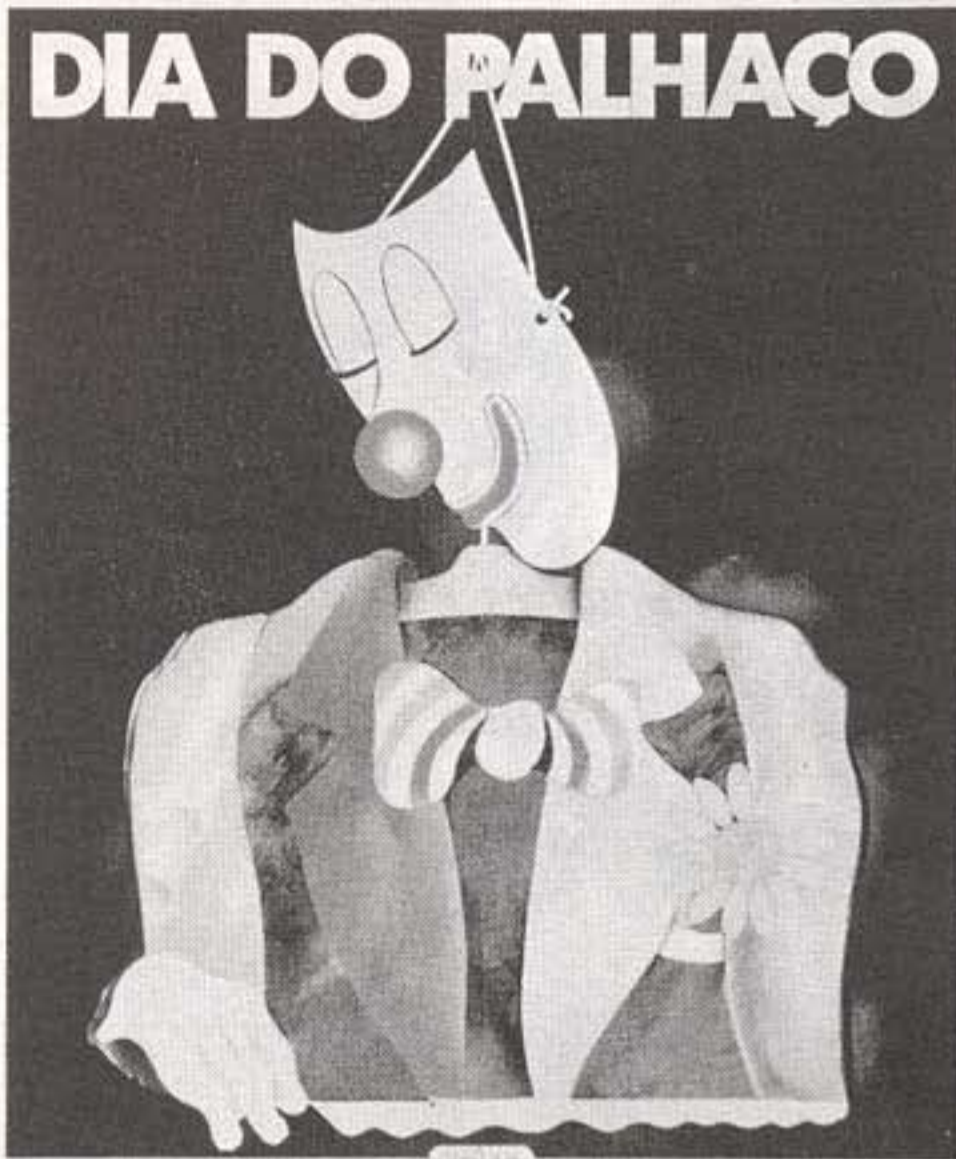
A escolha, inspirada na fala indignada de Herbert de Souza (1990) exorta a todos os que produzem cultura – entre eles, os artistas gráficos – a resgatar a voz, a consciência, a visão, a cidadania perdida. Betinho diz que a consciência é exatamente o campo privilegiado da cultura onde a criação, o grito, a fala, o gesto, o som, a imagem e a palavra compõem o verbo com o qual se constrói o novo mundo. Esta pesquisa apresenta este lado: o do resgate cultural através das produções artísticas de um artista brasileiro.

O que é preciso ressaltar, não em primeiro plano, mas num nível tão importante quanto a experiência profissional do artista em questão, é a sua origem social. Filho de camponeses do interior do Paraná, a família emigra para São Paulo, onde Elifas inicia, aos 14 anos, sua formação como operário na Fiat Lux. Nesta época, ele aprende a ler junto com outros companheiros da fábrica. Não é intenção do trabalho transformar Elifas num herói ou gênio, muito menos ater-se a uma biografia do artista. Cabe aqui, explicar a época em que Elifas entra no mercado profissional, seus ganhos e renúncias e, indo mais além, como sua visão política interfere na linguagem visual, transformando um espaço onde poucos – da sua origem social – ousaram ou puderam fazê-lo.

•57•

* Fragmento da introdução da dissertação de mestrado em comunicação de sua autoria, apresentada à UNB.

DIA DO PALHAÇO



PINTURA DE MÁSCARAS • SHOWS • JOGOS
DIA 10 DE DEZEMBRO-PRAÇA DA REPÚBLICA
A PARTIR DAS 10:00h



GOVERNADOR DO PARANÁ

•58•

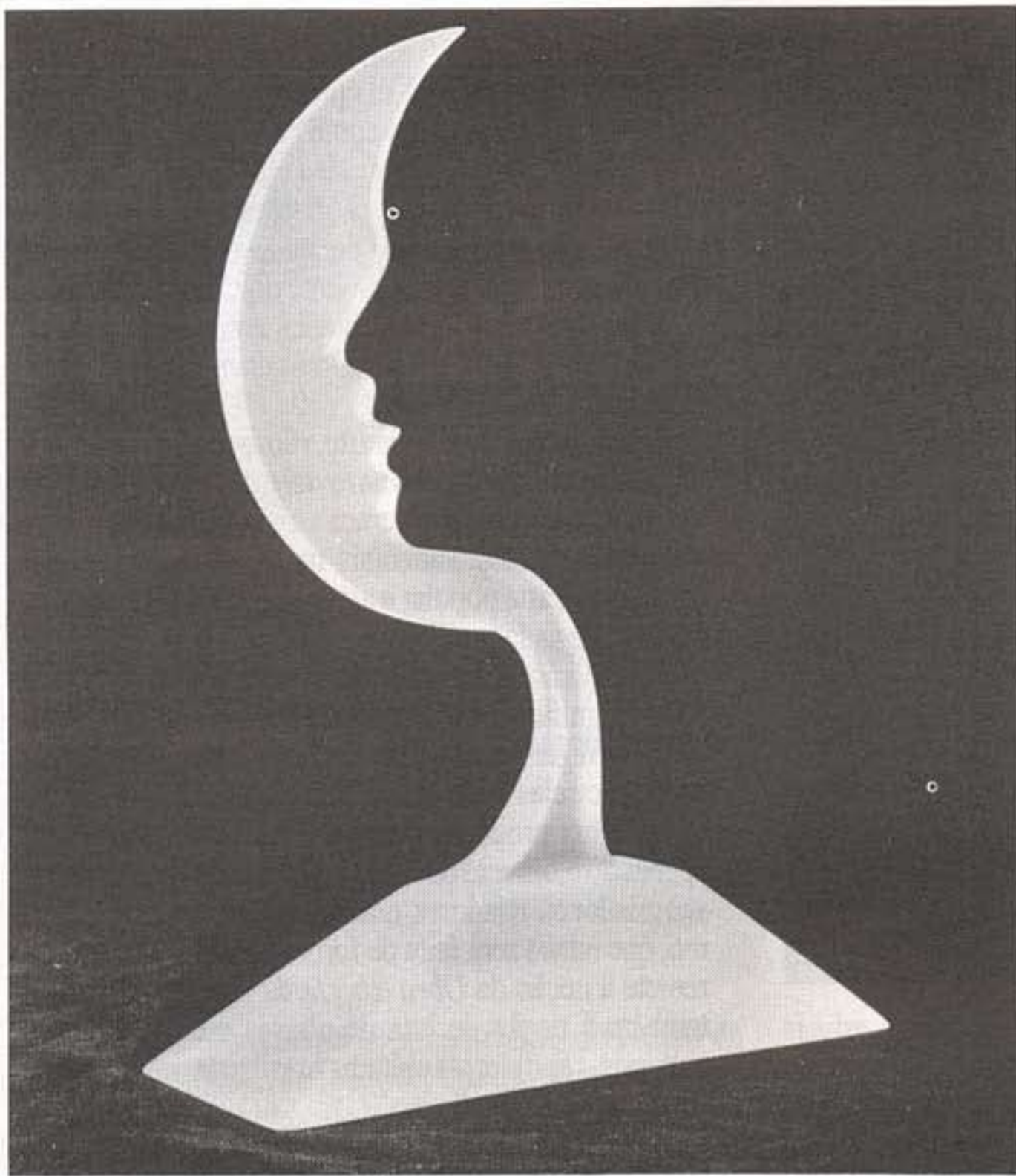


FESTIVAL DE INVERNO

CAMPOS DO JORDAO

1991

"ÚLTIMO MOVIMENTO"



Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo.



Prêmio Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.



A questão-chave da pesquisa busca uma das possíveis leituras do Brasil através da análise de um conjunto de obras artísticas deste autor, produzidas numa determinada época, a partir de 69 até hoje, num espaço que privilegia o eixo Rio/São Paulo. Precisava para isso, rever o panorama das artes gráficas e seu crescente prestígio social dentro do campo artístico em geral, tanto no país como no âmbito internacional, as relações entre a indústria editorial e a arte, as novas técnicas e tecnologia, assim como as construções do imaginário social então em voga entre os paulistas e cariocas, que de uma certa maneira inspiravam o resto do país.

Nos anos setenta recursos das multinacionais afirmam no Brasil a indústria cultural



Embora parta de uma delimitação cronológica que compreende o final da década de 60 e toda a década seguinte (anos 70), a análise da produção de Elifas se estende até nossos dias. A primeira fase da pesquisa compreende os antecedentes históricos-sociais e o início da carreira do artista que coincide com fatos e dados que explicam sua trajetória e as inevitáveis implicações daqueles acontecimentos na sua produção visual. Na segunda fase, que passa pela análise do conjunto de sua produção impressa até recentemente, permite-nos o levantamento de suas marcas e distinções, a evolução e transformações visuais nos seus trabalhos de ilustração.

A Editora Abril, além de ser seu primeiro emprego na área, funciona duplamente como escola: com seus intelectuais (jornalistas) e seus técnicos (gráficos), é nesse

meio que Elifas inicia a sua produção, o que lhe traz o primeiro reconhecimento como profissional.

Os motivos que me levaram a este tema foram, além do meu interesse pela produção deste artista como estudo de caso, a época do início de sua carreira, tão rica no âmbito da cultura, especialmente no campo artístico.

Muitos talentos foram gerados entre as equipes de jornalistas e intelectuais, criadores da imprensa alternativa daqueles anos de 1960/1970.

No campo específico da arte, vamos encontrar alguns antecedentes importantes na revisão dos movimentos de vanguarda que sobreviveram por curto período com consequências fundamentais na discussão entre arte consagrada, arte popular e arte engajada. Os campos de atuação de cada uma delas, com a valorização da arte popular como arma política, trazem à tona artigos e novos significados para palavras como *Cultura*, *Consenso* e *Hegemonia*, que hoje são vistas como relativas a grupos ou classes sociais onde circulam. A significação de qualquer produção cultural e artística não depende apenas do momento de sua criação nem das intenções de seu criador ou criadores, mas de sua circulação e consumo, que nunca será feita de forma homogênea. Isto nos remete à noção de *Obra Aberta* de Eco (1968), como também à noção de luta de classes e das distinções culturais – as diversas culturas brasileiras, num sentido mais amplo e pluralístico.



Um operário artista com experiência camponesa firma-se no campo das artes gráficas

Os anos 60 trouxeram com muita força o debate do nacional popular, ligado a um projeto de uma cultura mais homogênea que levaria a uma transformação política radical através da arte popular. Houve o golpe militar e uma consequente intervenção na política cultural. Nos anos 80, vários foram os estudos e debates sobre os equívocos e acertos dos anos 60.

Os anos 70 se caracterizariam senão como início da indústria cultural, pela sua consagração, diante dos recursos trazidos pelo capital das multinacionais, interessadas no promissor mercado brasileiro. Alguns dados importantes atestam esse cenário, tais como: o predomínio da Rede Globo de televisão; a modernização de Editoras (Abril e Bloch); o crescimento da indústria fonográfica nacional; com o lançamento e consagração de jovens compositores e intérpretes, como também de uma geração de artistas gráficos, com o consequente aperfeiçoamento da produção gráfica das capas de discos.

Quero registrar aqui um outro motivo ou inspiração para esta dissertação. O primeiro, já colocado, foi um artigo de Hebert de Souza. A outra leitura, um livro da socióloga Simone Weil (1909 – 1943), organizado e apresentado por Ecléa Bosi em 1979. Weil, socióloga

francesa, se colocou no lugar do operário para viver suas principais questões, suas necessidades e perspectivas. Sua principal meta era a de ajudar o operariado francês a pensar, ou melhor a repensar o seu sentido humano, sua relação com a produção. Um dos caminhos escolhidos por ela era o da arte.

No Brasil, quem melhor do que um operário artista, com experiência na luta pela sobrevivência no campo (interior do Paraná), e que entra e sobrevive muito bem à alta competição no campo das artes gráficas? Como, a partir de uma situação concreta, um artista de origem humilde, sem nenhum capital social (formação acadêmica) rompe o cerco de um mercado altamente competitivo conseguindo um lugar de reconhecimento entre os artistas e intelectuais brasileiros, numa época em que estas questões estavam em efervescência no país? Uma delas é a questão do intelectual orgânico (idéia Gramsciana), que, tal como na Itália, muitas vezes viria do campo para o cenário urbano. São duas ou mais culturas se relacionando, num processo de resistência, apropriação e transformações. Mais um motivo para refletir sobre o significado dessas relações.

O problema central da dissertação está na observação de uma leitura do Brasil construída pela produção visual de um artista gráfico, produção esta que se intercruciza com a sua biografia. É preciso delinear dois momentos desta leitura. Um primeiro, que tem início em 1969 e atravessa a década de 70, explica o surgimento e a evolução de um profissional como Elifas Andreato, identifica seu lugar social, suas crenças e suas relações com os meios jornalístico, artístico e político, assim como a sua inserção nas relações de produção, que envolvem a indústria de informação e de cultura do país no eixo Rio/São Paulo. Num segundo momento, privilegia o ilustrador, entrando no campo da cultura e da arte contemporânea.

O trabalho de Elifas tem uma riqueza que une o mundo das linguagens: a escritura, a fala, o gesto, a imagem, a cena. Constitui a representação dos símbolos da cultura e história de uma época. É mercadoria porque é um produto. Mas uma mercadoria cultural, onde o imaginário e a experiência são revividas, recriadas, no objeto analisado, que pode ser uma capa de revista, a capa de um disco ou poster.

Outro objetivo do trabalho consiste em situar como a marca ou estilo do artista aparece em produtos com finalidades tão diferentes – informar, cultivar hábitos, reviver mitos, formar através da experiência estética, como todos esses dados traduzem os gostos de um grupo de pessoas de um determinado tempo. De um lado, temos a análise da técnica e de seus objetivos; do outro, a força de suas inspirações e seu reflexo no social.

Penetrar nas significações sugeridas pela imagem: compor, decompor, recompor uma mesma cena, com seu movimento interno. Sua ilustração é montagem com foto e desenho, ou então, só foto, ou só desenho. Alguns elementos surrealistas, outros inspirados na pop arte, onde a intensidade maior recai sobre os signos e símbolos



Capa Revista Argumento apreendida pela Polícia Federal em 1973.

familiares à nossa cultura, apresentados de uma forma tão pessoal e tão poética. A experiência humana é revivida no momento captado pela ilustração. Memória.

Bosi (1987) nos fala da espessura social e política da memória, que funciona como oposição ao fetichismo do moderno, como oposição à desqualificação e esvaziamento da experiência. E é a mesma autora que nos introduz nos textos de Simone Weil, quando fala da importância do enraizamento que age como um fio tecendo a história de cada homem, através do tempo e da memória. Weil (1979) trabalhou os campos conceituais da palavra *enraizamento* que vem do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente, “Cada ser humano tem muitas raízes”, na releitura de Simone Weil.

Se investigarmos as relações de poder e de força no campo artístico brasileiro em que Elifas trabalha, especialmente ele – sem formação escolar regular – encontraremos resistência até mesmo para defini-lo como artista gráfico.

Na verdade, a partir da criação da Escola Superior de Desenho Industrial, em 1960, no Rio de Janeiro, a palavra *designer* passou a ser uma espécie de marco divisor das funções e dos campos de atuação artística. Ser *designer* é diferente de ser artista plástico e artista plástico é diferente de ser artista gráfico. Mesmo para ser reconhecido como artista gráfico, é necessário um reconhecimento público por parte de um grupo de pessoas, também com reconhecido prestígio social (público culto, a crítica especializada, outros artistas).

A aceitação e convocação para trabalhos na área é igualmente importante neste circuito que engloba os produtores de bens culturais, como os artistas de outras áreas (teatro, música, cinema, literatura), os intelectuais (na direção de empresas editoriais), os diretores de arte de agências de publicidade, os produtores de discos, etc.

Verificar como Elifas rompe este bloqueio faz parte da minha investigação.

Desemprego permanente é o futuro capitalista

JOSÉ CARLOS RUY e OLIVAL FREIRE

E o capitalismo, para onde vai? Um extenso balanço do desemprego no mundo capitalista, publicado pela Newsweek, mostra um futuro sombrio e difícil para os trabalhadores.

•62•

Um leitor desavisado poderia pensar que a avaliação que se segue, da situação atual da oferta de empregos no mundo, foi feita por algum marxista interessado em denunciar o caráter excludente do moderno desenvolvimento capitalista. Ledo engano. Ela foi extraída de uma reportagem especial publicada na tradicional revista norte-americana *Newsweek*, na edição de 14 de junho de 1993. Foram 15 páginas de reportagens feitas por jornalistas espalhados por vários países, em torno de um único tema: Empregos.

Embora escrita sem o propósito de denunciar as mazelas do sistema social vigente, trata-se de vivo testemunho de uma das características centrais do capitalismo que aparentemente sai vitorioso, temporariamente, do embate com as alternativas socialistas, sistema cuja lógica, hoje, leva à eliminação de empregos permanentes e à criação de subempregos.

O desenvolvimento acelerado do capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial começou a perder fôlego na década de 1970. Muita gente havia pensado - mesmo entre setores progressistas - que o crescimento rápido e aumento da produtividade sem precedentes daquelas décadas seriam eternos - ou, pelo menos, duradouros. Sonhava-se, inclusive, com o avanço para o socialismo por uma via não revolucionária, gradualista, sem rupturas, decorrente da própria dinâmica do capitalismo.

Esse sonho começou a esboroar-se já no começo dos anos 70, quando as dificuldades econômicas começaram a se avolumar nos principais países capitalistas. A tentativa neoliberal de sair do impasse, que marcou os anos 80, apenas aprofundou as tendências que, de forma acentuada, estavam agindo na economia, aumentando o fosso entre ricos e pobres, inten-

sificando o uso de máquinas cada vez mais modernas e automáticas nas empresas, e erodindo de forma cada vez mais profunda a oferta de empregos.

Assim, a recessão e as dificuldades econômicas são responsáveis apenas em parte pelo desemprego, gerado, fundamentalmente, pelo emprego de novas tecnologias e equipamentos sofisticados os quais, cada vez mais, tornam muitas profissões obsoletas, ao mesmo tempo em que as máquinas, dirigidas muitas vezes por um único operador, substituem o trabalho de equipes inteiras.

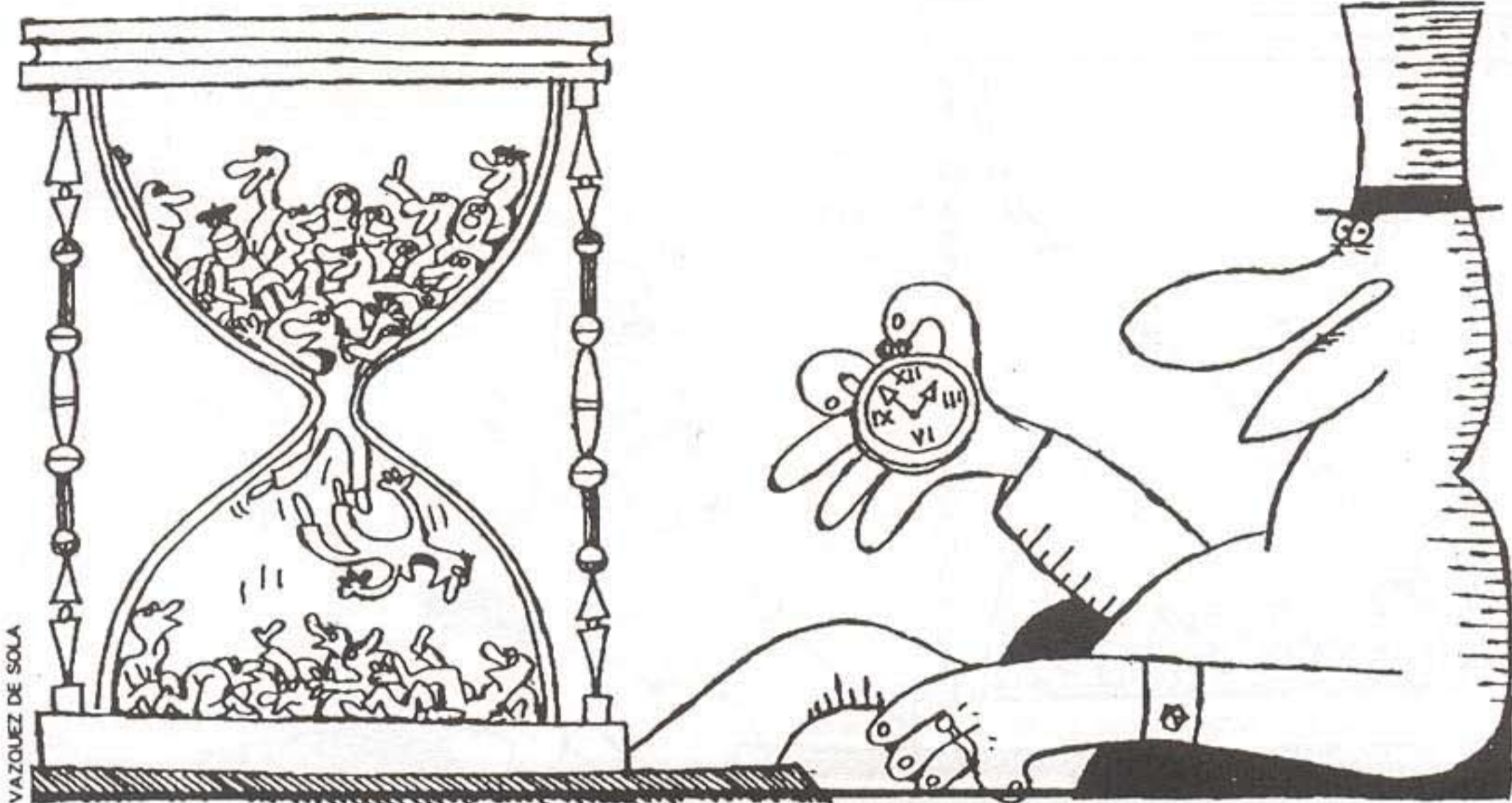
No vale do Ruhr, por exemplo, região carbonífera e siderúrgica da Alemanha, desde os anos 50, a força de trabalho empregada caiu, na indústria de carvão, de 530 mil trabalhadores para cerca de 100 mil hoje; na siderurgia, o número de empregos encolheu de 220 mil para 120 mil, no mesmo período.



Se dá para viver com 10% de desempregados, por que não 25%? ou 40, ou 50%?

Este é apenas um exemplo da realidade vivida por cerca de 20 milhões de trabalhadores na Europa Ocidental, não encontram trabalho e alimentam o índice de 11% de desempregados naquele continente, que, para muitos, é uma espécie de paraíso do desenvolvimento e do bem estar social.

Perto da metade dos desempregados da Europa tem estado sem emprego por mais de um ano, e as perspectivas são sombrias pois esta é uma situação que já dura uma década!



As nações ricas do Ocidente tem conseguido suportar taxas de desemprego de dois dígitos, "(...) sem um sério colapso na ordem social", diz a revista. "Se 10% , porque não 25? ou 40, ou 50?". Há mesmo alguns estudiosos europeus que trabalham "(...) com cenários onde níveis de desemprego, até aqui impensáveis, tornam-se permanentes".

O interesse da reportagem da *Newsweek* decorre do reconhecimento sem rodeios dessa realidade. A tecnologia aumenta a produtividade, tornando possível obter maior produção com menos trabalho, aumentando os lucros das empresas.

**Os trabalhadores na
produção
continuam vendo seus
empregos
desaparecerem**



Para os trabalhadores, essa realidade é trágica. Para alguns, abrem-se oportunidades de crescimento profissional, mas, para a maioria, a transição – diz *Newsweek* – trará tempos difíceis: reaprendizados frequentes, carreiras mais curtas, insegurança. Milhões perderam o emprego porque o trabalho que faziam deixou de ser necessário, em vários setores – siderurgia, mineração, bancos, governo etc.

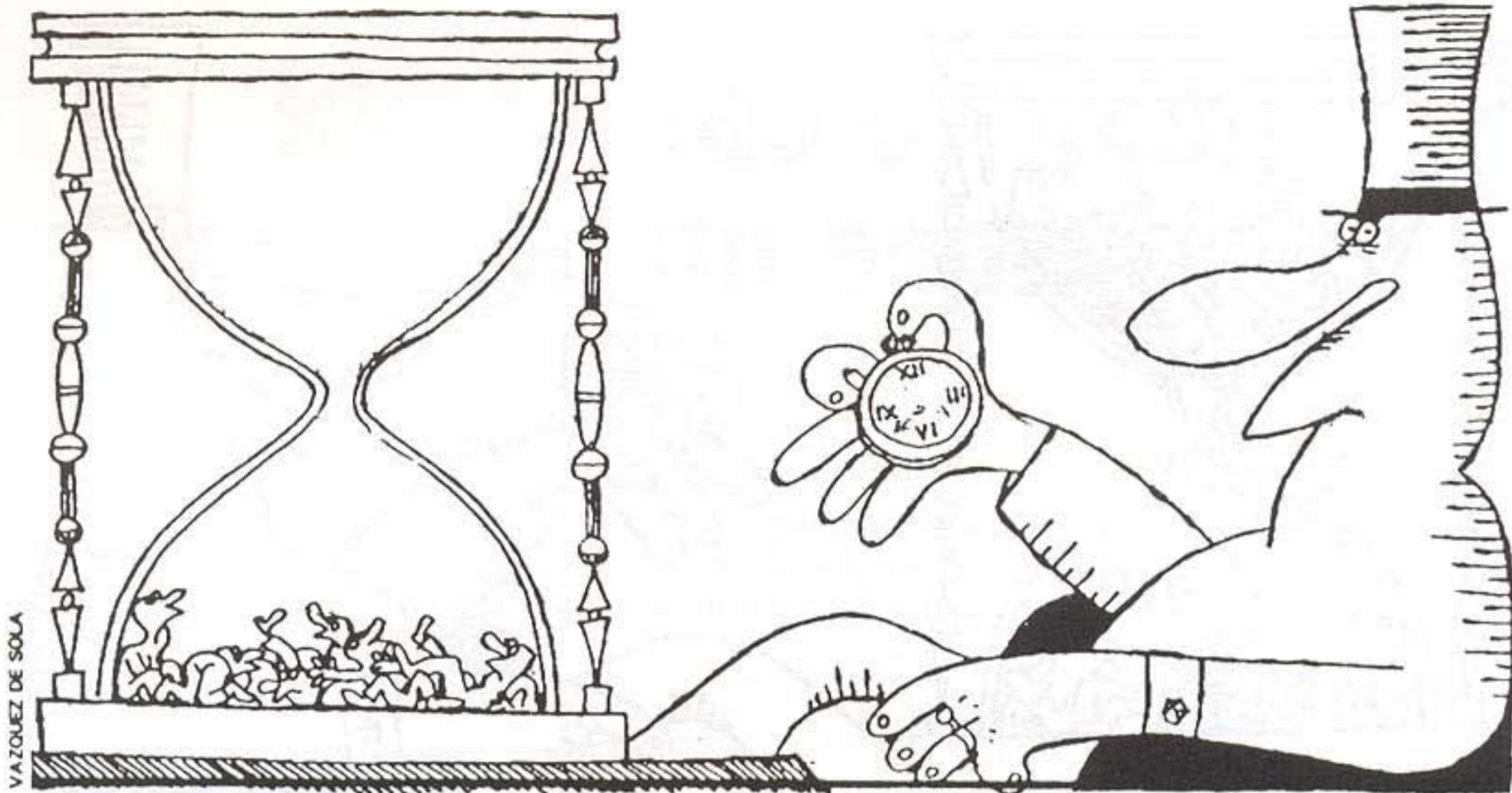
"Esses empregos desapareceram para sempre". A tendência para a criação de empregos na área administrativa ou técnica é demonstrada pela situação nos EUA onde, de 1982 a 1990, cerca de 800 mil empregos foram criados na indústria, quase todos de gerentes ou administradores.

As carreiras, antes duravam a vida inteira, hoje ficam obsoletas rapidamente, acompanhando o ritmo de implementação de novas tecnologias. Prevê-se que, em dez anos, a experiência necessária para um trabalhador desempenhar seu atual emprego provavelmente estará obsoleta.

Além disso, muitos empregos industriais foram transplantados dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, em busca de salários mais baixos e, muitas vezes, de legislação mais tolerante a respeito de agressões ao meio ambiente.

Para corrigir esta situação, europeus e norte-americanos têm mesmo recorrido a soluções que, aos olhos de muita gente, pode parecer retrógrada: procuram intensificar a oferta de empregos de trabalho intensivo (isto é, onde o uso de mão de obra é abundante em relação ao uso de máquinas e ferramentas). Trata-se de empregos menos produtivos e de salários mais baixos. Apesar disso, pensam, é algum trabalho, e atende ao *desejo desesperado* de encontrar algum trabalho para as classe inferior de desqualificados e desempregados.

Há um leque de consequências negativas decorrentes da situação atual, e que se agravarão se ela for mantida. O alto nível de desemprego aumenta as despesas dos programas sociais dos governos, mas diminui as receitas capazes de atendê-los já que reduz também os impostos pagos, diz a revista. Por outro lado, desperdiça os talentos dos trabalhadores (o capital humano dos economistas), aumenta a disparidade de renda, diminui o senso de auto valor do povo e cria ressentimentos que explodem no racismo contra os imigrantes, além de ser fonte de instabilidade social.



Uma tendência já antiga é o crescimento do setor de serviços, paralelamente ao decréscimo na oferta de empregos primário e secundário (isto é, na agricultura e na indústria). Hoje, dois terços ou mais dos empregos nos EUA, Europa e Japão estão no setor de serviços, e seu número aumenta. Ao mesmo tempo, crescem como nunca os empregos de meio período, ou o número de pessoas que trabalham por conta própria. Esta situação é a de milhões de trabalhadores, que além do emprego precário ficam também sem os benefícios de saúde e seguridade social oferecidos aos que têm empregos de tempo integral.

Nos países ricos, o terciário fica cada vez mais parecido com o dos países pobres



Hoje, a categoria serviços dos países ricos se assemelha, cada vez mais, ao terciário inchado que, há décadas, caracteriza os países pobres, com a mesma diferenciação entre os serviços altamente remunerados, englobados na mesma categoria onde está o subemprego. Muitos dos empregados neste setor, criados nos últimos 20 anos, foram para trabalhadores de baixa habilitação e baixos salários, como os chamados *mac-jobs*: vendedores de bugigangas, empregos na área de alimentos, porteiros ou zeladores. Esse tipo de trabalho não pode ser confundido com a faixa *nobre* da categoria *serviços*, os altos executivos das instituições financeiras, os programadores de computadores etc – profissionais altamente qualificados, com salários muitas vezes astronômicos. Abrar Hasan, analista de mercado de trabalho da OCDE diz que essa

tendência vai se acentuar nas próximas décadas: “(...) as habilidades de Terceiro Mundo receberão salários de Terceiro Mundo, ainda que em países do Primeiro Mundo”.

Os tremores sentidos são um sinal, diz a revista, de uma profunda transformação nas economias industrializadas, “(...) algo que não se via há mais de 100 anos”. Essa transformação parece real, da mesma forma como as dificuldades atuais parecem incontornáveis se for mantida a produção capitalista em sua forma atual.

A necessidade objetiva da concorrência capitalista empurra as empresas para o uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas. A realidade atual parece seguir como um roteiro a dinâmica que Marx descreveu em *O Capital*: a necessidade do capital de poupar força de trabalho (capital variável), diminuindo sua participação no conjunto do investimento (aquilo que Marx chamou de composição orgânica do capital) cria enormes parcelas de trabalhadores cuja força de trabalho não é necessária para a valorização do capital. Estes trabalhadores, assim, são postos à margem do processo produtivo, não encontrando lugar nem mesmo no exército industrial de reserva que caracterizou as fases anteriores do capitalismo, e que permitia a regulação da oferta de força de trabalho em condições favoráveis ao capital. Hoje, como nenhum modo de produção anterior, o capitalismo gera cada vez mais párias sociais.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista e pertence ao conselho editorial da *PRINCÍPIOS*.

OLIVAL FREIRE é professor da Universidade Federal da Bahia e editor da *PRINCÍPIOS*.

Colaborou Marina S. T. Americano.

Le Drôle de Guerre ou União Sagrada?

EDGARD CARONE

*Cena política nova no Velho Continente:
Partidos e Sindicatos
operários fortes e numerosos. Mas a eclosão
da guerra imperialista
evidenciou fragilidades provocando a cisão.*

No início do segundo decênio do século XX, o movimento operário europeu se assenta em dois alicerces sólidos, em outras palavras, em seus partidos e no movimento sindical. O fenômeno se dá em quase todos os países do Velho Mundo e, nos Estados Unidos. Para exemplificar: os cotizantes do Partido Operário Belga são 117 mil em 1905, 223 mil em 1911; o Labour Party inglês tem 375 mil em 1900, 1.430 mil em 1910; a Social Democracia Alemã registra 400 mil em 1905, 4.250 mil em 1912; a Social Democracia Austríaca reúne 146 mil e a Tcheca 130 mil em 1911; o Partido Socialista Francês passa de 40 mil em 1905, para 90.725, somente em Paris. Por sua vez, os efetivos sindicais também seguem trajetória ascendente: na Alemanha, há 1.052 mil sindicalizados em 1904, e 2.548 mil em 1913; na Inglaterra, de 1.866 mil em 1904, passam a 4.000 mil em 1913; na Bélgica, de 34 mil em 1905, para 131 mil em 1913; na Áustria, de 189 mil membros dos sindicatos em 1904, passa-se a 600 mil em 1913; na França, 836 mil em 1906, e 1.026 mil em 1914. Não é preciso dizer que esses resultados satisfatórios são acompanhados do aumento positivo do número de conquistas nas Câmaras municipais e federais. O Partido Social Democrata Alemão conquista 111 cadeiras no Reichstag em 1914. O Partido Socialista, passa de 38 deputados em 1905, 52 em 1906, 76 em 1910 e 103 em 1914.

O avanço surpreendente vem acompanhado de outros resultados nos planos nacional e internacional. São os congressos realizados por cada unidade nacional e, do ponto de vista maior, os do Bureau Socialista Internacional. Para exemplificar: de 1905 a 1914, o Partido Socialista Francês realiza 12 Congressos, e o Bureau, de 1889 a 1912, totaliza 9. O esforço para a

definição partidária é, assim, dinamicamente o resultado de fatores nacional e internacional. E, por sua vez, com o crescimento, temos a concretização que legaliza a existência do partido: jornais e livros, sedes, oficinas gráficas, isto é, todo um instrumental mostrando a presença permanente da força proletária ascendente.



Bureau Socialista se reúne às vésperas do conflito: declaração de condenação à guerra

No decorrer dos anos, uma série de problemas ocupam a atenção dos partidos socialistas, tais como o revisionismo de Bernstein, a greve geral, a questão colonial, o anarquismo, as guerras imperialistas etc. Todos os temas são importantes, mas, o último é que nos preocupa: apresentando-se de maneira mais radical a partir dos primeiros anos do século XX, ela envolve a questão do Marrocos, as duas crises do Balcãs, a guerra entre a Turquia e a Grécia. A estes incidentes soma-se o assassinato do pretendente ao trono da Áustria-Hungria, Francisco Ferdinand, em 28 de junho de 1914, momento cujo o perigo de uma conflagração europeia apresenta-se de maneira mais grave. Nestes instantes, o movimento operário se mobiliza em vários países europeus. Organizam-se comícios, manifestos, a Internacional Socialista convoca reunião para meados de agosto. Entretanto, como vimos em artigo anterior, muitos acreditam ter passado o perigo de guerra, e que seria possível a *paz armada*. Julho de 1914 desmente o otimismo da liderança operária: a Áustria envia ultimato à Sérvia em 23 de



julho, em 25 dá-se a ruptura diplomática entre ambos países, em 28 temos a declaração de guerra. Em 30, a mobilização geral na Rússia; em 1º de agosto, as mobilizações na França e Alemanha e a declaração de guerra da Alemanha à Rússia.

•66• Nestes dias, diante do aceleramento da crise, o Partido Socialista Francês, a Social-democracia Alemã, a Social-democracia Belga, e delegados ingleses e russos participam de reunião urgente convocada pelo Bureau Socialista, para o dia 29 de julho, em Bruxelas. Os primeiros a falarem são Victor Adler e Temec, o primeiro pela Áustria, o outro pelos tchecos. Nas suas intervenções confessam que os socialistas se “(...) encontram absolutamente indefesos”, ser preciso salvar “(...) o proletariado da infecção guerreira e patriótica que pairava atualmente sobre o povo áustro-húngaro”, “(...) procurar manter as organizações operárias de pé durante e depois da tormenta”, que o Bureau “(...) condenasse os culpados da guerra atual”, e que se devia “(...) renunciar à celebração do 10º Congresso Socialista Internacional, marcado para o fim de agosto”. O delegado alemão Haase critica os austríacos, esperando deles maiores resultados. Diz que o Kaiser sabe que a Social-democracia “(...) estava disposta a criar-lhe toda espécie de dificuldades para impedir-lhe a participação na guerra”; e os contatos entre governistas com membros do partido mostraram a “aversão pela guerra” dos socialistas; diante do recuo dos austríacos, Haase sugere que o Congresso se faça em Paris. Jaurés aplaude o delegado alemão e fala do estímulo de suas palavras, dizendo “(...) elas serviriam para que os companheiros franceses pudessem combater qualquer veleidade guerreira do governo, embora possa assegurar que o atual gabinete é partidário

decidido da paz e que está empregando esforços junto da Rússia para convencê-la de que não deve intervir no litígio áustro-sérvio”. Axelrod e Rubonovich, em nome dos russos “(...) afirmaram que os operários de seu país aproveitarão todas as circunstâncias propícias para desagradar ao czarismo”. O delegado italiano afirma: “(...) dissemos já ao governo que não estamos dispostos a consentir que preste o seu apoio à Áustria; se o fizer, lançar-nos-emos imediatamente na greve geral”. Ao final, Rosa Luxemburg e Haase, ambos indignados, mostram-se contrários à fala de Adler e de sua fraqueza frente aos acontecimentos na Áustria. Terminando, os presentes fazem Manifesto, onde reza: “(...) os proletários alemães e franceses farão sobre os seus governos uma pressão mais enérgica do que nunca, para que a Alemanha exerça sobre a Áustria uma ação moderadora e para que a França consiga da Rússia que se abstenha de intervir ao conflito.”¹

Reunidas em Bruxelas no dia 29, as delegações retornam aos seus países em 30 de julho. No dia seguinte, dia 31, Jaurés, acompanhado de Bedouce Cachin, Bracke, Jean Longuet, Compère-Morel, Vaillant e Renaudel, – isto é, quase todo estado-maior do Partido Socialista – conferenciam com o subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, Abel Ferry. O que desejam é saber o conteúdo e o alcance dos tratados secretos entre a França e outras potências européias. Segundo palavras do próprio Jaurés: “(...) compreenda-se bem, eu não quero discutir a essência dos vossos tratados: basta-me que declareis que vos ligam imperiosamente. Mas quanto mais vos ligarem, mais deveis pedir, e mais se vos devem dar as supremas garantias pelas quais a França não possa ser atirada para a guerra sem que tudo tenha sido tentado para

evitá-la. Temo que tendeis dito isso à nossa aliada (Rússia) com demasiada ligeireza. Receio que não tendeis feito sentir que, se não aceitava a mediação proposta pela Inglaterra, não devia contar com o vosso apoio contra a Áustria (...) Nós, que desde que começou a crise, tivemos um cuidado especial em que nenhuma das nossas palavras pudesse dificultar o vosso esforço legal em favor da paz, devemos declarar-vos isto num momento em que o perigo se desenha sobre as nossas cabeças. Devemos dizê-lo, embora nos queiram fuzilar. Nós salvamos as responsabilidades do Socialismo, ao mesmo tempo que apontamos a única probabilidade possível de salvação.”²

**Sociais-democratas
franceses e
alemães estão propensos
a votar pelos
créditos de guerra**



Enquanto os franceses fazem essas *démarches*, os socialistas alemães também agem no sentido de definição. No dia 28, o Comitê Diretor do Partido Social Democrático se reúne. A reunião termina com uma manifestação de rua, “(...) demonstração majestosa, mas, no decorrer das horas é abafada pelo vozerio patriota de escolares, na maioria deles.”³ No dia 31, nova concentração do Comitê Diretor, onde todos estavam esperando que fosse assinada, pela Alemanha, a mobilização militar. Nesta hora, em clima de tensão, os presentes voltam a examinar todas as medidas a tomar, certos de que as autoridades poderiam prendê-los. Nesta mesma manhã, ainda, Haase resume o que fôra decidido em Bruxelas. Ao meio-dia o Comitê Diretor se reúne com a bancada parlamentar do Partido, certo que a última tomaria posição em “face do projeto de lei sobre os créditos de guerra”. Nesta hora, Haase, apoiado por Ledebour, procura criar corrente em favor da recusa dos créditos, caso o Reichstag fosse convocado. E Scheidemann, afirma não ser conveniente apressarem as resoluções e, assim, a questão fica adiada. É aceita unicamente a proposta de enviarem delegado a Paris. Muller é indicado e sua viagem se faz via Bruxelas. Nesta capital, ele contata com o secretário do Bureau Socialista Internacional, chegando ambos em Paris, no dia 1º de agosto e procuram membros da direção do Partido Socialista Francês. Ao mesmo tempo, ficam sabendo do assassinato de Jean Jaurés, na noite de 31 de julho. Segundo seu Relatório, logo no início, se dão duas reuniões, uma com dirigentes partidários, outra com membros da Câmara dos Deputados. Quem as preside é Marcel Sembat.

Várias decisões são tomadas: 1) adiamento da reunião convocada pelo Bureau da Internacional Socialista, de 9 de agosto, para data indeterminada; 2) se o perigo de guerra aumentar e houver *estado de fato*, os parlamentares socialistas terão que discutir e negar os

créditos de guerra; a decisão dos parlamentares alemães, por não estarem reunidos, só seria possível em outra ocasião; 3) “(...) no que concerne as concepções do Partido Social-Democrata Alemão relativamente ao voto dos créditos de guerra, não houve acordo. No começo da guerra de 1870 uma parte dos socialistas se abstiveram no Reichstag, uma outra votou pelos créditos. Semelhante coisa não se reproduziria certamente dessa vez e o grupo emitiria um voto unânime. Antes de minha partida eu assisti a uma reunião de membros do Bureau do partido e do grupo parlamentar: as opiniões estavam divididas e não se tinha nenhuma decisão sobre qualquer proposição”; 4) jogando com o sofisma de que os socialistas franceses vivem situação diferente à dos alemães, Renaudel explica que o governo francês informa os socialistas sobre todos os acontecimentos diplomáticos, o que não se dá no caso alemão. Em princípio, se a França for obrigada a entrar em guerra, a situação seria diferente na França e na Alemanha. “Eles exprimiram o voto de que o Partido Socialista Francês estava na obrigação de conceder os créditos de guerra porque um ataque do imperialismo alemão poria em perigo as tradições liberais da França e a República teria então de lutar pela sua existência. O acordo sobre a questão preocupara a ala esquerda e a ala direita marxistas do Partido Francês; seus representantes encaravam a questão como uma ferosa invasão ofensiva do militarismo alemão e pensavam que, nestas condições, o partido não podia recusar à prática os meios necessários para assegurar sua defesa.”⁴

Na reunião, alemães e franceses concluem ser impossível a redação de um manifesto comum, resultado das diferenças levantadas pelos últimos, como



•68•

vimos. Entretanto, antes, em janeiro de 1914, gauleses e germanos se encontraram e produziram Manifesto contra o crescente armamento feito pelos países capitalistas. A situação mudara em julho, segundo os franceses, que escamoteiam a questão. A resposta de Muller, na Conferência de 1º de agosto, é a acusação direta a esses argumentos: “(...) eu respondi que quando uma guerra arrebenta, não aparece sempre claramente se ela tem caráter ofensivo ou defensivo. O fato de uma declaração de guerra não é suficiente em si para decidir se a questão se trata de uma guerra ofensiva. Se uma grande guerra européia se desencadeasse, ela teria suas causas profundas na política de expansão capitalista e imperialista e na corrida dos armamentos que, há várias dezenas de anos, todos os países defendem com vontade. É preciso considerar que essa guerra se estenderia automaticamente a outros países, pois as grandes potências européias formam dois grupos de alianças em perfeita comunhão.”⁵

**Socialistas cindidos:
maioria pelos
créditos de guerra.
Karl, Clara
e Rosa votam contra**



A mobilização militar a partir de 1º de agosto de 1914 contagia as populações dos Estados, levando os mais exaltados a criar clima de radicalismo. Na França, Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra etc, surgem patriotas à *outrance*, razão que obriga moralmente os indecisos a se definirem a favor da guerra. Por tendência ou por pressão, os socialistas tomam posição paulatinamente, contra e a favor do conflito que está se

desenhando naquele momento. É na Alemanha e na França que surgem os primeiros momentos de um novo comportamento, fato aliás que pode ser avaliado, em parte, por indícios examinados atrás. No entanto, no começo de agosto, os acontecimentos decisórios aparecem expostos abertamente, sem a camuflagem anterior.

No dia 3 de agosto, a direção do Partido Social Democrático Alemão e sua bancada no Reichstag se reúnem e discutem a posição a tomar sobre os *créditos de guerra*. O Estado de Beligerância é uma realidade e a esperança de paz deixa de subsistir. O debate travado é áspero e “(...) essas opiniões opostas se exteriorizaram com uma violência até então desconhecida nas nossas discussões”, segundo Karl Liebknecht. O resultado final é a elaboração de manifesto da maioria e o da minoria. A reunião, por sua vez, provoca a formação de quatro correntes: da esquerda, do centro, da direita e da extrema direita. 1) A esquerda acusa o Partido de ter renegado o passado socialista. Se compõe de 14 membros, entre eles Karl Liebknecht, Clara Zetkin, Rosa Luxemburg, Otto Rühle, Franz Mehring, Ledebour. 2) O grupo centrista, “(...) considerava a guerra como de essência capitalista, mas não pensava que os socialistas tivessem o direito de se separar da reação da massa, cujo desenvolvimento e a própria existência estavam ameaçados em caso de uma derrota pelo absolutismo russo. Também são contra a participação socialista no governo e a política anexionista. Dele fazem parte Bernstein, Haase, Kautsky e mais de mil funcionários do Partido. 3) O *Bloco 4 de Agosto*, que apóia o governo, compreende a maioria dos deputados, dos membros do Comitê Central e dos jornalistas. Dele fazem parte Scheidemann, ex-presidente do Reichstag; Legien, secretário geral da Internacional dos sindicatos; David, Heine e muitos outros. 4) O grupo de anexionistas, favoráveis a uma *política de conquista*. Dele fazem parte o grupo Haenisch, Cohen, Kloth, Peus. A votação que se dá neste encontro do dia 3 de agosto é a seguinte: 78 a favor dos créditos e 14 contra.⁶

O grupo majoritário e o minoritário fazem Manifesto separados. O do primeiro deles (aparece como nº 2) fala em forças imperialistas responsáveis pela agravação política, sobre a guerra ser uma realidade e que os horrores da “(...) invasão inimiga nos ameaça. Não é para ser a favor ou contra a guerra que nós devemos hoje nos situar, mas, sim, sobre a questão dos meios necessários à defesa do país. Nós devemos, agora, pensar nos milhões de camaradas do povo, que sem o desejarem, estão presos pela engrenagem! São eles que serão os mais atingidos pelas devastações da guerra”. Logo, também, “(...) pensamos nas mães, que devem dar seus filhos, nas mulheres e seus filhos privados do sustento (...) nos feridos e estropiados. Para nosso povo e seu futuro de liberdade, se houver uma vitória do despotismo russo, manchado de sangue dos melhores do seu próprio povo, muita coisa acon-

tecerá. É preciso afastar esse perigo, salvaguardar a Kultur e a independência do nosso próprio país. Com isto, nós reafirmamos o que sempre prometemos, nós não abandonamos a pátria na hora do perigo. Nós estamos de acordo com a Internacional, que sempre reconheceu o direito de todo povo a defender sua independência nacional, como estamos de acordo com ela na condenação a toda guerra de conquista. Queremos o fim da guerra, logo que seja atingido o fim de preservação e os adversários estiverem dispostos a fazerem as pazes, que preserve a amizade com os povos vizinhos; queremos isto, não somente no interesse da solidariedade internacional, pela qual sempre lutamos, mas também no interesse do povo alemão. Esperamos que a horrenda escola do martírio da guerra desperte o horror da guerra em milhões de consciências, que serão ganhas ao ideal do socialismo e da paz do povo. Em virtude destas considerações, votaremos os créditos pedidos”.

**Trágica involução dos
socialistas
franceses: da greve
geral contra a
guerra à União Sagrada**



O Manifesto da minoria (nº 1) tenta desmistificar o ato de adesão da Social-democracia à guerra. Fala, no início, que todos estão a favor da defesa nacional e que cabe aos seus deputados denunciar a responsabilidade do conflito, ainda mais que a política imperialista sempre fôra denunciada pela Social-democracia. Só uma política de denúncia poderia ser conveniente, mas, “(...) votando os créditos de guerra, o grupo social-democrata do Reichstag assumiu, apesar das reservas expressas na sua declaração, parte da responsabilidade”. O fato de votar os créditos de guerra derrubou os impecilhos para que os socialistas franceses, russos, ingleses etc, deixassem de lado sua neutralidade e passassem a participar do esforço de guerra nos seus respectivos países.⁷

Ao mesmo tempo que os acontecimentos se precipitam na Alemanha, na França os socialistas passam por processo semelhante. Como vimos, na Europa as classes dominantes se preparam, há tempos, para uma guerra, já delineada pela diplomacia secreta. No dia 1º de agosto de 1914 começa a guerra, no dia 4, o Kaiser conta com o apoio da maioria da população e, substancialmente, com os votos dos socialistas de seu país. E os socialistas franceses, ou de outras tendências operárias? Também, o Partido Socialista e a Confederação Geral do Trabalho, no mês de julho, passam por metamorfose, quando oscilam das posições de esquerda à direita. Em Congresso Extraordinário do Partido Socialista, em 15 de julho de 1914, vota-se uma *moção extrema* a favor da *greve geral*: “(...) entre todos os meios empregados para prevenir e impedir a guerra e para impôr aos governos o recurso à arbitragem, o



Congresso considera como particularmente eficaz a *greve geral* operária, simultânea e internacionalmente organizada, nos países interessados, assim como a agitação e a ação popular sob as formas as mais diversas”. A tese aceita pela minoria dos socialistas, nesta hora, torna-se palavra de ordem geral, defendida até pelo moderado Jean Jaurés. Ainda mais, Partido Socialista e CGT (Confederação Geral do Trabalho) adotam agora a mesma estratégia contra a guerra. Dias depois, a palavra de ordem radical vai se amaciando e, nos dias 30 e 31 de julho, o jornal *A Batalha Sindicalista* (da CGT) e os socialistas ainda acreditam na boa vontade do governo francês, na idéia de que este realmente tem a intenção de lutar pela paz.⁸

O desenrolar da crise européia, assim, provoca tensão contínua e ao mesmo tempo leve mudanças na atitude dos franceses: da *greve geral* e insurrecional passa-se à *união das forças proletárias*, até que a partir de 1º de agosto (isto é, no dia seguinte à morte de Jaurés) entra-se na fase da *União Sagrada*. O processo envolve os socialistas, os sindicalistas e até os anarquistas (os últimos incluídos unicamente nesta terceira fase). É que a onda belicista, por sua vez, se torna mais grave.

No dia 1º de agosto, o social-democrata alemão, Muller, tem encontro com a esquerda francesa, que está reunida em sua sede. Maurice Sémata lhe afirma que seus companheiros não tinham deliberado nada sobre os *créditos de guerra*. No mesmo dia, a Alemanha declara guerra à Rússia e a França convoca seus reservistas; no dia 2, tropas alemãs invadem o Luxemburgo e é enviado *ultimatum* à Bélgica. No dia 3, declaração de guerra da Alemanha à França. No dia 4, a indecisão de alguns socialistas e o esforço a favor da guerra, de outros, se somam e todos, patrioticamente, votam as medidas de urgência a favor do esforço de guerra.



**Adesão à guerra foi
passo para
subordinação do
movimento
operário à burguesia**

O dia 4 de agosto, assim, simboliza o momento trágico da *União Sagrada*. De manhã, as exéquias de

Jean Jaurés; à tarde, a Câmara dos Deputados sanciona todas as medidas legislativas pedidas pelo governo. Elas vão dos decretos sobre a defesa nacional e os recursos correspondentes, à anistia aos insubmissos que se apresentassem às autoridades militares etc. Na hora do caixão descer à tumba, os discursos do representante do Governo, do Secretário da CGT e representante do Partido Socialista são uníssonos. Todos desejam um único comportamento: a defesa da França. No discurso a Jaurés, do primeiro Ministro René Viviani, ele afirma: "(...) nesta tumba, no qual jaz inanimado o mais apaixonado dos homens, diante deste semblante tranquilo, diante desses olhos fixos, diante desta boca fechada, eu convoco os franceses à união, ao apaziguamento nacional, à concórdia suprema. O poderoso tribuno, se pudesse levantar, não usaria outra linguagem". Jouhaux, secretário da CGT, em nome dos operários que já partiram para a guerra, afirma que "(...) Jaurés foi nosso reconforto em nossa ação apaixonada pela paz. Não é falta sua, nem nossa, se a paz não triunfou. É a guerra que surgiu. Antes de ir para o grande massacre, em nome dos trabalhadores que partiram, em nome dos que vão partir, dos quais me incluo, eu grito diante deste caixão todo nosso ódio ao imperialismo selvagem que perpetua o horrível crime". Finalmente, Edouard Vaillant, militante operário que participara da Comuna de Paris, fala em "(...) fortificarmo-nos para a luta. Juremos em cumprirmos nosso dever até o fim, pela Pátria, pela República, pela Revolução." ⁹

•70•

A adesão à guerra é o primeiro passo rumo ao chauvinismo e à subordinação do movimento operário à burguesia. Os argumentos a seu favor mostram-se, com o tempo, frágeis e enganosos: de um lado estão os fervorosos defensores do Kaiser e os socialistas alemães, todos encorajados pela idéia de que a Rússia seria sinônimo de *barbarie* e ela, no verão de 1914, se encontrava à beira de uma revolução. O mesmo se daria com a Inglaterra, que iria se defrontar com a revolta na Irlanda. Assim, o colosso eslavo não passaria de gigante de pés de barro a caminho da revolução. Do outro lado, na França, os socialistas acreditam que a revolução começaria primeiro na Alemanha, depois se estenderia aos outros países.

Após os alemães e os franceses, é a vez de outras lideranças operárias justificarem a sua adesão ao conflito armado. O anarquista Pedro Kropotkin declara: "(...) não é possível deixar de desejar que a Alemanha seja definitivamente vencida. Todo homem que se interesse pelo progresso da humanidade e que não deixe que interesses, maus costumes ou sofismas lhes obscureçam o pensamento, têm o dever imperioso de contribuir para a defesa nacional dos russos e dos aliados". Jorge Plekanov, um dos introdutores do marxismo na Rússia, busca explicação na história: "(...) o jugo tártaro atrasou o nosso desenvolvimento econômico e, por conseguinte, todo o nosso desenvolvimento social e intelectual. Fez também nascer o

nosso czarismo. A vitória da Alemanha paralisaria o nosso desenvolvimento econômico, acabaria com a europeização da Rússia e eternizaria o nosso antigo regime político". Neste mesmo sentido é a posição da Sociedade Fabiano e do Partido Trabalhista Britânico, embora haja "(...) causas gerais e profundas do conflito europeu – produto monstruoso dos antagonismos que dilaceram a sociedade capitalista, da política colonial e do imperialismo agressivo –, uma vitória do imperialismo alemão seria a ruína e a destruição da democracia na Europa." ¹⁰

Com os mesmos argumentos e outras palavras poderemos citar contínuas declarações de franceses, ingleses, alemães, austríacos, russos etc. Todos defendendo seus respectivos governos. Mas, a onda de colaboração é mais profunda. A um apelo do Ministro Viviani, em 1915, os socialistas franceses Marcel Sembat e Jules Guesde são nomeados para os cargos ministeriais do Trabalho Público e a do Sem-Pasta. Na Alemanha Philipp Scheidemann vai para o Ministério. E na Bélgica, o mesmo se dá com Vandervelde e outros mais. Por sua vez, os oposicionistas, os contra a guerra, representam minoria em cada um dos países beligerantes e neutros, minoria essa que, a partir de 1915 ocupará papel cada vez mais importante no cenário da Europa em guerra.

EDGARD CARONE é historiador e professor da USP. Os artigos sobre a história da II Internacional publicados na PRINCÍPIOS estão agora reunidos em livro lançado recentemente, em co-edição Edusp/Anita Ltda, sob o título "A II Internacional pelos seus congressos 1889-1914". O livro inclui ainda introdução, de autoria do próprio Carone, intitulada: Movimento Operário e a II Internacional.

NOTAS

- (1) RIBAS, A. Fabra. *O Socialismo e o Conflito Europeu*, pp. 34-38.
- (2) RIBAS, A. Fabra. *idem*, p. 42.
- (3) SCHEIDEMANN, Philipp. *L'Effondsremant*, p. 12. Ver também CHESNAIS, La, P. G. *Le Groupe Socialiste au Reichstag*, p. 22-25.
- (4) O texto do Relatório está transcrito em várias fontes da época. Utilizamos a de SCHEIDEMANN, Philipp. *idem*, pp. 24-27; ver também CHESNAIS, La, P. G. *idem*.
- (5) SCHEIDEMANN, Philipp. *ibidem*, p. 24.
- (6) O resumo se beneficia de duas fontes, em parte divergentes na análise: RIBAS, A. Fabra. *ibidem*, pp. 63-68; e CHESNAIS, La. *ibidem*, p. 63. O primeiro, por exemplo, fala na formação de quatro correntes, o outro, em três.
- (7) Os dois Manifestos estão transcritos em CHESNAIS, La. *ibidem*, pp. 65-69. O livro de RIBAS, A. Fabra. *ibidem*, pp. 63-68, traz uma seleção dos documentos.
- (8) DROZ, Jacques. *Le Socialisme Democratique, 1864-1960*, pp. 148-149.
- (9) ZEVAËS, Alexandre. *De Parti Socialiste de 1904 a 1923*, p. 142.
- (10) As duas citações iniciais são de ZEVAËS, Alexandre. p. 143. A seguinte é de MORTON, A. L. e TATE, George. *O Movimento Operário Britânico*.

Teorias físicas indicam nova ordem

BOHM, David. *A totalidade e a ordem implicada*, Cultrix, 1992, tradução de M. de C. Silva e revisão técnica de N. R. Eichenberg.

Trata-se da tradução brasileira da coletânea de artigos científicos e filosóficos publicada em 1980 com o título *Wholeness and the Implicate Order*. O autor, norte-americano, notabilizou-se como físico e filósofo. Trabalhou no Brasil – na Universidade de São Paulo – no início da década de 50, perseguido pelo macartismo dos EUA e faleceu em setembro do ano passado, em Londres, onde residia desde os anos 60.



Sendo coletânea de artigos escritos em datas diversas cabe registrá-los em ordem cronológica para melhor avaliar a evolução do pensamento do autor. O mais antigo data de 1962 (cap.4) e apresenta flexão no programa desenvolvido por Bohm, durante a década de 50, com o propósito de recuperar uma descrição causal, no sentido do determinismo clássico, no âmbito da teoria física dos fenômenos atômicos e moleculares (teoria quântica). Neste ensaio o autor reconhece as dificuldades inerentes aos modelos que buscou construir, mas, ainda não esboça o programa de desenvolvimento da física que veio à luz no início dos anos 70. Este programa está bem retratado nos capítulos 5 e 6. Bohm vê nas modernas teorias físicas – relatividade e quanta – indicações de uma nova ordem. Seu programa passa pelo questionamento da velocidade da luz como limite para a propagação de sinais, e do caráter de linearidade do formalismo matemático da teoria quântica. Mas, ele não mais busca modelos alternativos e sim novas teorias, via princípios gerais expressos através de estruturas algébricas ainda mais gerais que aquelas das atuais teorias físicas. É um programa aberto, ainda em desenvolvimento.

Os primeiros e o último ensaio (caps. 1, 2, 3 e 7) são os mais recentes, mais filosóficos e por isto mesmo de maior interesse para o leitor não especializado. O autor desenvolve a noção de ordem implicada sustentando que "(...) quando se opera com esta categoria (...) começa-se com a totalidade indivisa do universo, sendo a tarefa da ciência derivar as partes abstraindo-as do todo(...)" (p. 236). Mas Bohm não defende um holismo, tão em moda mas tão simplista, onde o privilégio do todo dilui o papel das partes na construção do conhecimento. Ele próprio introduz, neste sentido, um "(...) princípio da relativa autonomia das subtotalidades" (p. 250). Este conflito entre parte e todo pode ser melhor raciocinado se, como Amélia Hamburger, trabalhamos com uma lógica de constituição simultânea onde o recorte que define as subtotalidades adquire significado ao mesmo tempo que são constituídos os nexos destas subtotalidades com o todo.

O autor estende a noção de totalidade indivisa para englobar desde a natureza inanimada até a consciência, passando pela vida. É, a nosso ver, concepção de fundo materialista, que não justifica tentativa de apropriação que segmentos místicos buscam fazer de seu pensamento. A força e atualidade das idéias de Bohm reside não tanto no detalhamento de suas propostas mas principalmente na sua crítica renhida à fragmentação dominante no moderno conhecimento.

A tradução deste livro enfrenta dificuldades peculiares

pois Bohm cria novos termos como *implicate order* e dedica um dos capítulos (o segundo) a experiência com linguagem e pensamento onde busca romper a estrutura gramatical sujeito – verbo – objeto que dicotomiza sujeito e objeto, para propor estrutura gramatical centrada na própria ação (verbo). Por todas estas razões o leitor se sentirá gratificado com esta leitura.

Olival Freire Jr.

A crise do marxismo e sua influência no desenvolvimento de uma concepção educacional de base marxista – Uma análise exploratória

PEIXOTO, Madalena Guasco. *Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História e Filosofia da Educação da PUC-SP, em 1992.*

A autora toma como objeto de análise, de caráter comparativo e exploratório, elementos teóricos de reflexões críticas sobre a crise do marxismo de 10 autores. A maior parte (80%) situa-se no campo marxista: Perry Anderson, Eric Hobsbawm, J. Chasin, Ricardo Antunes, István Mészáros, Florestan Fernandes, Dermeval Saviani e Miriam Jorge Warde (estes 2 últimos voltados para a produção no campo da educação). Integram ainda o grupo selecionado os não-marxistas Lúcio Colletti e Norberto Bobbio.

Com exceção dos dois autores da área da educação, cujas reflexões foram obtidas a partir de entrevistas concedidas à autora, dos demais tomou-se como base para análise textos escritos, nos quais a temática em tela estivesse tratada com destaque.

O objetivo deste estudo era apreender e analisar o debate sobre a crise do marxismo, a partir do seu desenvolvimento histórico, com o propósito de identificar seu impacto no campo da teoria e prática da educação, as perspectivas futuras de evolução e desenvolvimento do próprio marxismo e, conseqüentemente, de uma concepção educacional de base marxista.

Além da síntese do pensamento de cada autor, procurou-se, também, estabelecer alguns critérios referenciadores para uma análise comparativa, tendo em vista a obtenção de uma síntese de caráter mais global. Vejamos, inicialmente, alguns dos pontos tratados pelos autores selecionados:

PERRY ANDERSON ("A crise da crise do marxismo – um debate contemporâneo" – 1983): O autor parte do pressuposto de que o marxismo é uma teoria crítica e auto-crítica e de que sua trajetória tem sido determinada pela luta de classes. Destaca o surgimento, nesse percurso, de conjunturas adversas ao seu desenvolvimento, tais como as derrotas operárias na Europa, o fascismo e o stalinismo. Dentre as causas da crise do marxismo ocidental, privilegia a trajetória do marxismo pós 17 e o afastamento da teoria marxista da prática da luta de classes. Das questões novas, não suficientemente tratadas pelo marxismo, destaca a relação entre estrutura e sujeito e entre marxismo e socialismo. Considera que a crise do marxismo somente será

resolvida nos marcos do próprio marxismo e propõe, nesse sentido, maiores esforços no estreitamento da relação teoria e prática, no estudo do desenvolvimento do capitalismo e das novas questões relacionadas à revolução socialista.

ERIC HOBBSBAWN ("O marxismo hoje: um balanço aberto" – 1989): Considera inevitável o processo de transformação vivido pelo marxismo, ao tornar-se referência universal de todos os críticos do capitalismo, ao ser tomado como força política na luta pelo socialismo, ao passar pela formalização, estabilização e simplificação pedagógica e ao se constituir como disciplina escolar. Nesse processo, dá destaque especial ao deslocamento do marxismo do movimento operário para a intelectualidade. Considera que a crise é interna à própria teoria, à medida em que tornou-se impossível sustentar duas teses: a de que a economia socialista tinha se saído vitoriosa e a de que o capitalismo representava o modelo da derrota iminente. Essa crise, no entanto, não significa o fim do marxismo e nem poderá negar o poder de atração e de influência dessa teoria, que também soube, segundo o autor, dar resposta a vários novos problemas como a questão do imperialismo e a problemática do chamado Terceiro Mundo.

J. CHASIN ("Marx – da razão do mundo ao mundo sem razão" – 1988): O autor diagnostica uma corrosão da herança marxiana, manifestada na alteração da integridade ontológica e lógica da teoria, que teria sofrido mutilações com a introdução de intercalações e novos ordenamentos e com as omissões de elementos importantes. Duas causas seriam responsáveis por tal fenômeno: a crise global do movimento comunista e a postura intelectual. Esta última marcada pelo terror da certeza e pela revolta do dessaber, com origem na dupla crise ou dupla barbárie do mundo atual, ambas gestadas pelo capital (o capitalismo contemporâneo e o socialismo de acumulação). Esse panorama histórico torna a atual crise do marxismo diferente das de outras épocas. Duas questões, em especial, precisariam ser resgatadas: as relações recíprocas entre ciência e filosofia, e os laços entre Marx e Hegel. Partindo do pressuposto de que nenhuma transição socialista foi materializada até hoje, propõe como re-começo, o re-encontro com Marx, o re-encontro de classe, com a re-tomada da razão do trabalho como potência central da ação política.

RICARDO ANTUNES ("Poder e transição – a atualidade de Marx frente aos dilemas do socialismo"): Ao retomar as características do poder operário na sociedade de transição, apontadas por Marx, o autor conclui que a experiência do desenvolvimento do Estado no chamado socialismo de acumulação, de inspiração staliniana, não permitiu a implantação e a consolidação da ditadura do proletariado, trazendo um questionamento de fundo para a teoria: a possibilidade de Revolução nos países atrasados.

ISTVÁNS MÉSZAROS ("Poder político e dissidências nas sociedades pós-revolucionárias"): O autor analisa a problemática da crise do marxismo, tendo como centro a questão do poder político. E, como problema básico, a sobrevivência nas sociedades pós-capitalistas, da necessidade de produção do capital e da reprodução da divisão hierárquica do trabalho. Considera necessário retomar a forma como Marx trabalhou as relações entre indivíduo e classe e sua preocupação com a questão da emancipação do indivíduo social.

LÚCIO COLLETTI ("Ultrapassando o marxismo e as ideologias" – 1979): O autor parte do pressuposto de que há um conflito entre marxismo e ciência em dois pontos básicos: não seria cientificamente correto concordar com a idéia de que a realidade é intrinsecamente contraditória (as contradições seriam indícios de erros subjetivos) e não seria possível aceitar a tese de que só a dialética, a lógica dos contrários seria competente para a compreensão da realidade. O materialismo

dialético seria, ainda, inconsistente, por representar um mal entendimento e um decalque da filosofia de Hegel e com relação à concepção da história, incorreria num finalismo e teleologismo de caráter determinista. Os três elementos centrais da crise do marxismo seriam: a lógica dialética e a consequente falta de um conceito rigoroso de ciência; a teoria política, ou a falta dessa teoria abarcando as instituições políticas modernas, levando inclusive ao desenvolvimento selvagem do poder nos países socialistas e, por último, a teoria econômica, impossível de ser considerada científica pois apoia-se na teoria da alienação e do fetichismo, que só tem sentido dentro do finalismo dialético hegeliano.

NORBERTO BOBBIO ("Qual socialismo – debate de uma alternativa" – 1979): Centrado na análise da teoria política do marxismo, o autor a considera frágil e com desenvolvimento fragmentado, já que os teóricos preocuparam-se mais com problemas relacionados com a conquista do poder, o partido, o modo de ser ou não ser marxista, a importância dos sujeitos e menos com as instituições e com o Estado. Por outro lado o abuso do princípio da autoridade, ao considerar Marx sempre certo e os adversários sempre errados, impediria uma análise mais profunda da obra marxista e a percepção de inovações teóricas vindas de outros autores.

FLORESTAN FERNANDES ("Nós e o marxismo" – 1988): Admitindo a existência da crise do marxismo, o autor adverte para a necessidade de distinguir-se quando a crise resulta do próprio crescimento da teoria e de quando se trata de um produto da mistificação ideológica. Para ele, a crise é um processo normal e necessário, e não pressupõe a negação das idéias de Marx, já que continuam atuais a necessidade da revolução contra o capital, as tarefas políticas da classe operária e a ótica marxista da luta de classe.

DERMEVAL SAVIANI (entrevista): A vitalidade do marxismo, para esse autor, está na persistência dos problemas que formula e na sua capacidade de exercer tanto a crítica externa quanto a interna. O não esgotamento do capitalismo seria a principal razão da derrota das experiências socialistas e da frágil elaboração teórica específica sobre esse tipo de sociedade. Os textos teóricos soviéticos tinham como referência predominante a luta contra a ordem capitalista e no campo educacional pouco avanço se conseguiu além da visão liberal de educação igualitária e do conceito abstrato de homem. A ausência do proletariado tanto como força social e, também, como expressão política autêntica é chave para a compreensão do desequilíbrio entre o ensino e as necessidades dos trabalhadores. Por não terem se esgotado as capacidades do capitalismo, o socialismo não se realizou plenamente em parte alguma. Mas isso não invalidaria a importância dos estudos sobre essas experiências, que pela primeira vez na história, representaram um projeto social coletivo e consciente, apoiado em uma teoria. Marx não teorizou sobre o socialismo e ainda hoje não se chegou a uma teoria desse sistema social. Falta, por conseguinte, a teorização no campo da educação, mesmo porque as referências disponíveis indicariam que os problemas enfrentados não teriam sido propriamente os da constituição de uma educação autenticamente socialista.

MIRIAM JORGE WARDE (entrevista):

Como crise historicamente enraizada, que tem por referência formas sociais saturadas, as deformações da teoria teriam a ver mais com o economicismo stalinista, com a forma como teria sido apropriada, do que com a falência de seus fundamentos. Do ponto de vista educacional, as experiências socialistas apresentam aspectos positivos quantitativa e qualitativamente. No entanto, o dogmatismo, a política de diferenciação social interna ao sistema educacional e a burocratização, fatos que expressavam o que ocorria no âmbito da sociedade, impediram

a realização da tese socialista básica: a formação do homem novo. A educação se voltava, ao contrário, para o desenvolvimento da produtividade, da tecnologia e do armamento bélico. Com respeito ao possível desenvolvimento da teoria marxista da educação no Brasil, a autora revela preocupação com a fragilidade teórica e política dos quadros técnicos, muitos voltados para uma solução eclética. Considera fundamental a mobilização em torno de um programa coletivo, orientado para a construção de elementos teóricos de base marxista, que sirvam de base para a prática pedagógica.

A ANÁLISE COMPARATIVA

Procedeu-se à comparação das posições e conclusões dos autores estudados, a partir das seguintes referências: amplitude das análises, causas da crise do marxismo, crise da teoria e crise do socialismo, pluralidade de marxismos, possibilidade de superação da crise, questões em aberto que necessitam estudos e condições para a superação da crise.

CONCLUSÕES GERAIS

Ao constatar a significativa influência da crise do socialismo nos textos examinados, a autora chega à conclusão de que é esse fato histórico que dá a particularidade da atual crise do marxismo. Trata-se de um momento novo, de transição, que só será respondido se respondidas forem as questões que lhe deram origem. Tornam-se necessários, portanto, rigorosos estudos da prática social e educacional das experiências socialistas, exames críticos do desenvolvimento teórico do marxismo frente as questões contemporâneas, dentre as quais situam-se os problemas educacionais. É importante ter em vista a compreensão da problemática do recrudescimento do capitalismo e da atual política neoliberal e seus reflexos na educação e o desenvolvimento de um corpo teórico que subsidie a ação política de reatualização do projeto socialista.

APRECIÇÃO CRÍTICA

O tema escolhido mostra-se oportuno e necessário, face ao atual momento histórico de balanço teórico e de busca de respostas para questões novas e antigas.

Trata-se de assunto muito amplo, envolvendo questões, que por si exigem estudos específicos. A autora optou por uma pesquisa de caráter exploratório, que resultou num levantamento de aspectos gerais da problemática. Essa não verticalização evidencia-se, principalmente, ao abordar a temática da educação, que teve um tratamento ligeiro, separado, "a posteriori", e de forma predominantemente dedutiva, em relação à análise do debate sobre a crise do marxismo. Essa, por sua vez, pouco se distancia, na sua forma de exposição, dos resultados imediatos trazidos pelo fichamento das obras selecionadas, dificultando de certa forma, a realização do estudo comparativo.

A presença de um eixo de análise prévio, que informasse a coleta de dados tanto das questões gerais da crise do marxismo, quanto das questões específicas da educação e o tratamento simultâneo e mutuamente entrelaçado dos dois debates, que na verdade é um só, poderiam ter jogado um papel importante na melhor organização e síntese das informações coletadas, que são da maior pertinência e relevância.

A todos que se interessam pelo estudo da crise teórica do marxismo, recomenda-se a consulta a esse estudo, que oferece importantes sistematizações de leituras e sugestivas pistas de investigação.

Lucília Regina de Souza Machado

Jornalismo operário

ARAÚJO, Silvia. CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e Militância Operária*. Curitiba, UFPR, 1992. 175.p.

As autoras desse trabalho lecionam na Universidade Federal do Paraná e não é a primeira vez que se voltam para um problema candente, que é a história do Movimento Operário no Paraná. No seu esforço para elucidar esta questão organizaram, de maneira muito feliz, um Centro de Memória sindical, onde procuram armazenar o conhecimento sobre a história do operariado paranaense. É através deste esforço que podemos encarar os seus trabalhos. Elas recolheram, até então, não só as informações para este livro, mas também produziram uma brochura sobre o primeiro de maio neste estado.



Por ser um marco profundo da organização classista do movimento operário brasileiro, a imprensa é uma constante nos estudos que abordem tal tema. A atualidade das questões que a envolvem a tornam viva e é nesse prisma que sobressai o trabalho de Silvia Araújo e Alcina Cardoso.

O trabalho está dividido em três partes. Na primeira: A prática da imprensa operária, as autoras apresentam a imprensa operária paranaense procurando familiarizá-la com o leitor, seguindo um raciocínio lógico, temos um quadro vivo de como os operários elaboram seu jornal e o que ele significa. Um exemplo, tirado ao acaso do livro, mostra-nos que estamos em "(...) 1904, 31 de dezembro. São seis horas. Amanhã mal despertada madrugada de Curitiba. Gigi Damiani se apressa em sair para às portas das fábricas a distribuir O Despertar, que acaba de ser impresso. Último dia do ano. Uma vez mais Damiani materiliza com este oitavo número do jornal o sonho acalentado durante inumeros serões. A mensagem é tão inovadora quanto o seu espírito inquieto: Leitor, amigo que tu sejas, nós não te auguramos a vitória com anos de saúde(...). Nós te auguramos adquirires a consciência de ti mesmo e o ardente desejo de te veres livre no seio de uma sociedade de iguais".

Nesta parte, ainda, encontramos informações não só dos diversos jornais existentes no decorrer do período de 1892 a 1936, como também, dos seus colaboradores; temos a questão da indústria gráfica, utilizada então pela classe; e outras, como as que falam dos intelectuais e dos redatores, dos temas propostos no decorrer desse processo etc, o que demonstra o esforço de pesquisa das autoras.

Na segunda parte: *Projetos de sociedade*, vislumbram as ambições e ideologias que permeiam essa imprensa. Compensando a sua intencionalidade, a conclusão das autoras é de que esta literatura jornalística "(...) reveste-se de um significado que, embora revolucionário na proposta de transformação social total, materializa-se de forma reformista. Os jornais produzidos (...) em cada estado ou cidade adquirem especificidades próprias e também apresentam características gerais da ideologia que veiculam". A maioria dessas folhas são anarquistas, voltadas para tendências anti-clericais, anti-militaristas etc.

Na terceira parte: *Uma história a contrapelo*, temos adaptações e modificações que a imprensa sofrerá num período conturbado, que vai de 1910 a 1936, momento onde ela intensificara o seu caráter de vanguarda, assim como a de instrumento de resistência, frente ao comportamento da imprensa burguesa e ao próprio Estado, apesar de muitas vezes assumir um caráter reformista, prova da introjeção de novos valores.

O livro é composto por uma série de ensaios, que datam de 1984 a 1990, tornando-o uma espécie de coletânea. Apesar de seguirem uma mesma linha de raciocínio eles se encontram de maneira dispersa, não perdendo seu caráter individual. Não é um trabalho para ser lido com um todo, mas sim como informações complementares.

A partir desse trabalho, acredito, poderemos ampliar o questionamento a respeito da imprensa operária, no que tange sua importância.

Vera Alves Crispim Capucho

Educação e questões da atualidade

SAVIANI, Dermerval. *Educação e questões da atualidade*. Ed. Livros do Tatu e Cortez Editora. São Paulo, 1991.

A teoria marxista aplicada à investigação das questões candentes da educação - esta é a frase que resume e mostra a enorme relevância deste novo livro do professor Dermerval Saviani.

Editado em 91 na Argentina e em português em 92, o livro trata de questões que ultrapassam os limites, colocados para a educação brasileira. São reflexões sobre questões atuais presentes na ordem do dia em nível mundial.

A importância deste livro também, está no fato de ao abordar as questões emergentes e polêmicas colocadas hoje para a educação e educadores - como a pós-modernidade, a relação entre problemas sociais e problemas de aprendizagem, o pensamento de esquerda, o papel do Estado na educação e os sindicatos dos trabalhadores diante da educação escolar - o autor faz à luz da abordagem Histórico crítica.

Na apresentação de seu livro, e durante a explanação dos diferentes temas, Dermerval nos dá importante contribuição ao debate extremamente atual acerca da chamada crise do marxismo e da crise das experiências socialistas de nosso século.

O autor entra em polêmica com as correntes que negam a atualidade do marxismo e que afirmam a morte do socialismo e a sua inviabilidade como sistema.

Dermerval levanta argumentos de profundidade teórica que apontam de forma clara a necessidade Histórica do socialismo.

A defesa da atualidade do marxismo é feita pelo autor levando em conta as vicissitudes Históricas por que passou o marxismo em seu desenvolvimento em nível mundial; levando em conta as apropriações históricas por que passou, apontando ao mesmo tempo, tanto os elementos de sua atualidade como aqueles que devem ser levados em conta para o seu desenvolvimento.

Ao analisar questões relacionadas à crise das experiências socialistas, Dermerval fazendo esforço crítico destas experiências, contra-argumenta com os que decretam a inviabilidade do socialismo, afirmando que exatamente pelo fato do capitalismo enquanto sistema ainda não ter sido ultrapassado em nível mundial, é nisto que contraditoriamente, reside a necessidade Histórica do socialismo e sua atualidade.

Elemento de destaque no livro do professor Dermerval é a análise feita sobre a crise da educação em caráter mundial, cujas causas se encontram na fase atual do capitalismo que como sistema em decadência, além dos inúmeros males que traz, engendra também a decadência da educação, dos processos pedagógicos e da escola.



Destaca então como elemento conclusivo que o dilema vivido pela educação pública na conjuntura atual, coloca na ordem do dia a consigna *socialismo ou barbárie*. Portanto a ultrapassagem da crise da educação traz a necessidade da transformação das relações sociais vigentes e a construção de uma nova sociedade, o que recoloca de forma ainda mais profunda a questão do socialismo.

Apesar, de ser um livro que aborda as questões da Educação, ultrapassa estes limites, é indicação de leitura, portanto, não restrita apenas aos que trabalham e produzem conhecimento neste campo.

Madalena Guasco

A lição da história

CARONE, Edgard. *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*. Editora Anita/Edusp - Editora da Universidade de S. Paulo, São Paulo, 1993.

O período que vai da repressão à Comuna de Paris, em 1871, até a Primeira Grande Guerra, em 1914-1918, foi crucial para o desenvolvimento da luta operária, em nível internacional.

Ele marcou a virada de uma página na história do movimento operário; formas antigas de organização e do pensamento revolucionário foram ultrapassadas, substituídas por outras, alcançadas pela experiência acumulada de décadas de luta intensa.

Esse é o contexto do novo livro do historiador Edgard Carone. *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*, lançado pela Editora Anita em co-edição com a Edusp, que rememora os congressos da Internacional pré-Primeira Guerra, marcados inicialmente pela luta entre socialistas e anarquistas. Os socialistas preconizavam a luta política revolucionária contra o capitalismo, enquanto os anarquistas enfatizavam a luta meramente econômica. Após a expulsão dos anarquistas, em 1896, a entidade foi marcada pelo conflito entre as correntes revolucionárias e as correntes reformistas. Boa parte dos textos que compõem o livro foram publicados na revista *PRINCÍPIOS*.

O Congresso de Bâle, de 1912, marcou o final melancólico da luta entre revolucionários e reformistas. Ele representou um "(...) recuo em relação às condições mais radicais e revolucionárias aprovadas em 1907". Contudo, pergunta Carone, em que medida aquelas conclusões "(...) se aprovadas em 1912, vigorariam no ano de 1914? Como sabemos, a maior parte dos líderes e militantes socialistas aderiu ao social-patriotismo, negando toda filosofia pela qual juraram lutar". A partir de então, a II Internacional afunda-se no pântano do reformismo e do legalismo burguês, e é abandonada pelos revolucionários.

O panorama dos congressos da II Internacional, elaborado por Carone é surpreendente. Os leitores modernos podem descobrir aí que muitos temas e teses que estão presentes na luta política dos trabalhadores contemporâneos repetem caminhos já percorridos. Essa é a lição da história

José Carlos Ruy



ERRATA

Por erro de revisão não saiu publicado na *PRINCÍPIOS* nº 29 o nome do autor da resenha *O Colapso da Modernização* - Antonio Carlos Queiroz.



ASSINE PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS é uma revista trimestral que debate os grandes problemas da atualidade. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas para os que almejam construir um mundo de igualdade. É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, irreverentes e subversores. É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas de nosso país e do nosso tempo. Queira ou não queira, você está no meio desse debate. Entre nele! Leia, recomende, discuta e assine PRINCÍPIOS. UMA REVISTA MARXISTA.

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Cidade _____

CEP _____ Estado _____ Telefone _____

Assinatura Anual (4 edições) a partir do nº 30

agosto 1.250.000,00 setembro 1.600.000,00 outubro 2.100.000,00

Assinatura de Apoio (9 edições - 5 passadas e 4 próximas)

agosto 1.700.000,00 setembro 2.200.000,00 outubro 2.900.000,00

Assinatura Anual para o exterior - 50 dólares Assinatura de Apoio: 75 dólares

Copie esses dados e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Ltda.
Rua dos Bororós, 51 - 1º andar - CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Fone: (011) 35-8150
e assine as edições que deseja receber na assinatura de apoio.

Números disponíveis para a venda avulsa ou assinatura de apoio: 4, 9, 11, 13, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 - preço Cr\$ 230.000,00.



Obra: 25 de Outubro

Para exposição da IBM no Centenário de Picasso

Tema: A Guernica Brasileira, homenagem a Vladimir Herzog